

2008



Relatório Anual

Eletrobrás 

Eletrobrás 

2008

Relatório Anual

5008

Mensagem do Presidente



Mais forte, mais integrado e cheio de planos para o futuro. É assim que o Sistema Eletrobrás chega ao final de 2008. O ano, que começou com a expectativa da aprovação da Lei 11.651, trouxe o fortalecimento da empresa, a ampliação de seu escopo de atuação e a concretização de projetos que vinham sendo acalentados há tempos. Uma grande Transformação, com “T” maiúsculo, iniciou seu curso em todas as empresas do Sistema. Um excepcional lucro líquido, de R\$ 6.136.497 milhões, coroa um período de excelentes resultados.

Já em abril, a sanção da Lei 11.651 aumentou a flexibilidade dos negócios da empresa, abrindo as portas para a atuação internacional e possibilitando a constituição de consórcios e a participação em sociedades no Brasil ou no exterior. Com isso, a Eletrobrás ganhou ainda mais condições de atuar como líder das iniciativas do setor elétrico.

Para fazer frente aos novos desafios, a criação da Diretoria de Distribuição marcou o fim de uma era de problemas crônicos nas empresas de distribuição de energia do Norte e Nordeste. Com administração unificada, redução de custos operacionais e planejamento estratégico integrado, os resultados já começam a aparecer.

Nas subsidiárias, a mudança nos estatutos ratificou o papel da holding. As novas condições de governança corporativa vêm sendo objeto de vários projetos do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás, desenvolvido para adaptar as empresas ao seu novo papel no setor elétrico brasileiro. Uma série de ações articuladas vem buscando aumento das possibilidades de receita e redução dos custos operacionais.

As grandes conquistas de 2008 refletem essas mudanças internas, bem como o empenho de uma equipe que, hoje, conta com cerca de 27 mil colaboradores. O início da negociação de nossas ações no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque representa, por um lado, o reconhecimento de nossa transparência e, por outro, a perspectiva de maior visibilidade de nossos papéis e de elevação do valor de mercado da empresa.

No campo da sustentabilidade, a listagem, pelo segundo ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa) é mais uma confirmação das boas escolhas que vêm orientando nossa governança corporativa e as decisões com relação a aspectos ambientais, sociais e econômico-financeiros.

Como principal agente do setor elétrico brasileiro, o Sistema Eletrobrás escreveu parte importante da história do país em 2008. Empresas do Sistema participaram de parcerias vitoriosas nos leilões da hidrelétrica de Jirau, das linhas de transmissão para as usinas do Rio Madeira e do linhão Tucuruí-Manaus-Macapá. Além disso, foram retomadas as obras de Angra 3 e Belo Monte ganho uma visão mais moderna, que inaugura um novo ciclo na construção de hidrelétricas. E, mais uma vez, a empresa teve atuação de destaque nos programas do governo federal – Luz para Todos, Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

Foi um ano cheio de trabalho, mudanças, bons resultados e vitórias. Findo, 2008 deixa a expectativa de muitos novos anos cheios de energia. A internacionalização e o Complexo do Tapajós, com 10,6 mil MW em cinco usinas, são duas das maiores promessas, além da continuidade das obras de Angra 3 e da licitação de Belo Monte. O Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás continuará nos preparando, a todos, para esses e outros compromissos, que a Eletrobrás tem o maior orgulho de firmar com o Brasil e o povo brasileiro.

José Antonio Muniz
Presidente da Eletrobrás

Índice

INDICE

II – Identidade Empresarial.....	8
1.1 Perfil da Companhia	9
III – Perfil	10
1. A Empresa	11
2. Geração, Transmissão e Distribuição	12
3. Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)	14
4. Participações Acionárias	15
5. Atividades Internacionais.....	16
IV – Gestão.....	18
1 – Plano de Transformação do	19
Sistema Eletrobrás – PTSE.....	19
2 - Planejamento Estratégico	20
3 – Gestão Corporativa.....	21
4 - Governança Corporativa	22
V – O Mercado de Energia	24
1 – Expansão da Geração	26
2 – Expansão da Transmissão	27
3 - Leilão de Linhas de Transmissão	28
4 - Interligações Fronteiriças	29
5 – Mercado Internacional	30
VI - Investimentos	32
1 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	34
2 – Recursos Ordinários.....	37
3 – Participações Acionárias.....	38
VII – Captação de Recursos	40
VIII – Desempenho Empresarial.....	42
1. Geração e Transmissão.....	44
2. Distribuição.....	48
IX – Mercado de Capitais.....	54
1. Base Acionária	55
2. Análise das Ações da Eletrobrás	57
3 – Valor de Mercado (R\$ Milhões)	58

4 – Rating.....	58
5 – Relacionamento com Acionistas e Investidores	60
6 – Remuneração aos Acionistas	61
7 – Programa de ADRs – Bolsa de Nova Iorque (NYSE)	62
8 – Latibex – Bolsa de Valores de Madrid.....	63
X – Empréstimo Compulsório	64
XI – Fundos Setoriais.....	66
1 – Reserva Global de Reversão (RGR).....	67
2 – Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	68
3 – Conta de Consumo de Combustível (CCC).....	69
XII – Programas Setoriais de Governo	70
1 – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz)	71
2 – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)	72
3 – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)	73
4 – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos)	74
XIII – Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI).....	76
1 – Pesquisa & Desenvolvimento (P&D).....	77
2 – Normas e Qualidade.....	79
XIV – Dimensão Social	80
1 – Gestão de Pessoas.....	81
2- Relações com a Sociedade	85
XV – Tecnologia da Informação	88
XVI - Meio Ambiente.....	90
XVII – Prêmios e Reconhecimento.....	92
Demonstrações Contábeis de 2008.....	94
Anexos	219
Diretoria Executiva	236
Parecer Auditores Independentes.....	238
Créditos do Relatório	244

II – Identidade Empresarial



*Eletronorte - Sistema de
Transmissão do Mato Grosso*

(Banco de Imagens Eletronorte)

Missão

Criar, ofertar e implementar soluções que atendam aos mercados nacional e internacional de energia elétrica, atuando com excelência empresarial, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países em que venha a atuar.

Visão

Ser referência mundial no negócio de energia elétrica, com eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

Valores

Ética, integração, valorização das pessoas, excelência na gestão, transparência e responsabilidade social e ambiental.

III – Perfil



Eletronorte - Rotor da unidade de 22 da UHE Tucuruí

(Banco de Imagens Eletronorte)

A Eletrobrás é uma empresa de economia mista e de capital aberto, controlada pelo governo federal brasileiro. Foi criada em 1962 para promover estudos e projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações, destinadas ao suprimento de energia elétrica do país. É a maior *holding* do setor elétrico na América Latina, responsável por cerca de 60% das linhas de transmissão e 40% da capacidade instalada destinada à geração de energia elétrica no Brasil.

Atualmente, integram o Sistema Eletrobrás seis empresas de geração e transmissão de energia elétrica: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), Eletrosul Centrais Elétricas (Eletrosul) e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Além disso, a empresa controla 50% da usina Itaipu Binacional, seis empresas de distribuição de energia elétrica (Cea, Ceron, Cepisa, Manaus Energia, Boa Vista Energia, Eletroacre) e o Cepel, maior centro de pesquisa de energia elétrica do hemisfério Sul.

O governo federal detém 58% das ações ordinárias da Eletrobrás, negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque, São Paulo e Madri. A empresa é a principal agente e investidora do governo no setor elétrico nacional e vem atualizando sua prática de gestão para alinhar-se com as tendências internacionais.

As empresas do Sistema Eletrobrás têm capacidade instalada para produção de 39.753 MW, através de 30 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas termonucleares. Além do financiamento e desenvolvimento de projetos nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, a Eletrobrás tem desempenhado importante papel como gestora de programas governamentais no âmbito do Luz para Todos, que busca promover a universalização do acesso à energia elétrica. A empresa também fomenta a utilização de fontes alternativas de energia, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), e o uso eficiente de energia elétrica, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

2. Geração, Transmissão e Distribuição

GERAÇÃO

Situação em 31/12/2008	Hidráulica*		Térmica		Nuclear		Total*	
	Potência (MW)	Usinas	Potência (MW)	Usinas	Potência (MW)	Usinas	Potência (MW)	Usinas
CGTEE	---	---	490	3	---	---	490	3
Chesf	10.268	14	350	1	---	---	10.618	15
Eletronorte	8.694	4	479	6	---	---	9.173	10
Eletronuclear	---	---	---	---	2.007	2	2.007	2
Furnas	8.122	8	962	2	---	---	9.084	10
Manaus Energia	250	1	780	3	---	---	1.030	4
TOTAL	27.334	27	3.061	15	2.007	2	32.402	44

*Não considera 50% de Itaipu (7.000 MW)

Capacidade Instalada - Situação em 31/12/2008 (MW)

Empresas	UHE	UTE	UTN	(EOL+SOL)	Total	%
Sistema Eletrobrás	27.334	3.061	2007	---	32.402	31
Itaipu (50%)	7.000	---	---	---	7.000	7
Outras *	43.174	19.695	---	338	63.207	62
Brasil	77.508	22.756	2.007	338	102.609	100

* Dados obtidos do relatório da Aneel (SFG). Capacidade instalada até 31/12/2008, subtraída a participação do Sistema Eletrobrás.

TRANSMISSÃO

Linhas de Transmissão com tensão acima de 230 Kv

Empresas	Situação em 31/12/08 Extensão (Km)*
Chesf	18.010
Eletronorte	9.027
Furnas	16.950
Eletrosul	8.165
Manaus Energia	365
TOTAL	52.537

* Extensão das linhas considerando as parcerias.



*Eletronuclear -
Usina Nuclear Angra 2
(Arquivo Eletronuclear)*





*CGTEE - Candiota/RS - Usina
Presidente Médici
(Foto: Gustavo Vara/Satolep Press)*



DISTRIBUIÇÃO

Crescimento do mercado das distribuidoras em 2008

Consumo de Energia Elétrica - GWh

	2007	2008	Crescimento (%)	Participação (%)
Brasil	378.362	392.764	3,8	100
Ceal	2.124	2.246	5,7	0,6
Cepisa	1.740	1.831	5,3	0,5
Ceron	1.627	1.743	7,1	0,4
Eletoacre	540	581	7,6	0,1
Mesa Interior	570	626	9,9	0,2
Mesa Capital	3.563	3.727	4,6	0,9
Boa Vista Energia	378	403	6,5	0,1
Total - Distribuidoras	10.542	11.157	5,8	2,8

Fontes: EPE/MME e DEND/DEN/DE

Apesar da pequena participação das distribuidoras do Sistema Eletrobrás no mercado nacional de energia, todas apresentaram crescimento superior ao crescimento nacional no período, o que demonstra a tendência de expansão da participação do Sistema Eletrobrás no mercado de distribuição de energia elétrica.



*Itaipu – Usina
de Itaipu
(Foto: Caio Coronel)*

3. Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)

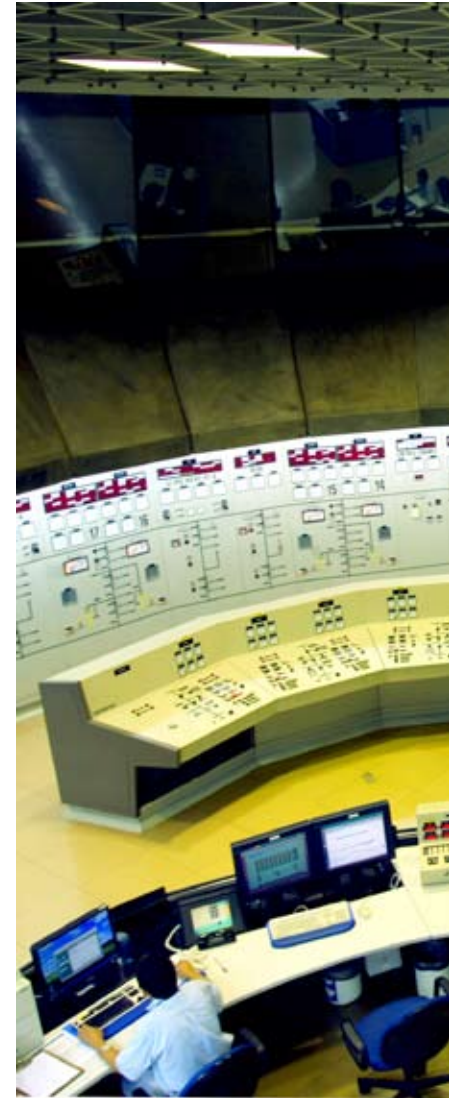
Maior centro de pesquisas de energia do hemisfério sul, o Cepel possui um complexo de 30 laboratórios, muitos deles pioneiros no Brasil e sem similares na América do Sul. Seu rico acervo de metodologias e programas computacionais é aplicado no planejamento da expansão da geração e transmissão, considerando os aspectos de meio ambiente e a inserção de fontes alternativas.

Seus projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) beneficiam não apenas o Sistema Eletrobrás, mas entidades setoriais como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de concessionárias e fabricantes. Entre os projetos desenvolvidos destacam-se a operação de sistemas hidrotérmicos interligados, operação da rede básica, desenvolvimento de tecnologias para transmissão, monitoramento e diagnóstico de equipamentos, conservação e uso eficiente de energia, metalurgia e novos materiais e tecnologias de uso energético do hidrogênio.

O Cepel dá ainda apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, como Luz para Todos, Proinfa, Procel e Reluz, além de colaborar na elaboração dos Planos de Expansão de Energia.



*Cepel – Laboratório de Análises Químicas
(Foto: Milton Maurente)*



4. Participações Acionárias



*Itaipu – Sala de Controle
(Foto: Caio Coronel)*

A Eletrobrás possui participações acionárias nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo:

- 11 empresas controladas;
- 26 empresas coligadas com participação minoritária;
- 5 sociedades de propósito específico (SPE), cujo capital é constituído de ações preferenciais resgatáveis com remuneração correspondente ao IGP-M mais juros de 12% ao ano;
- 50% do capital de Itaipu Binacional.

Além das participações acionárias, a Eletrobrás possui títulos da dívida pública decorrentes do processo de privatização do setor elétrico brasileiro na década de 90. O mais representativo é o CFT-E1 (Certificados Financeiros do Tesouro), que registra valor de mercado de R\$ 209 milhões.

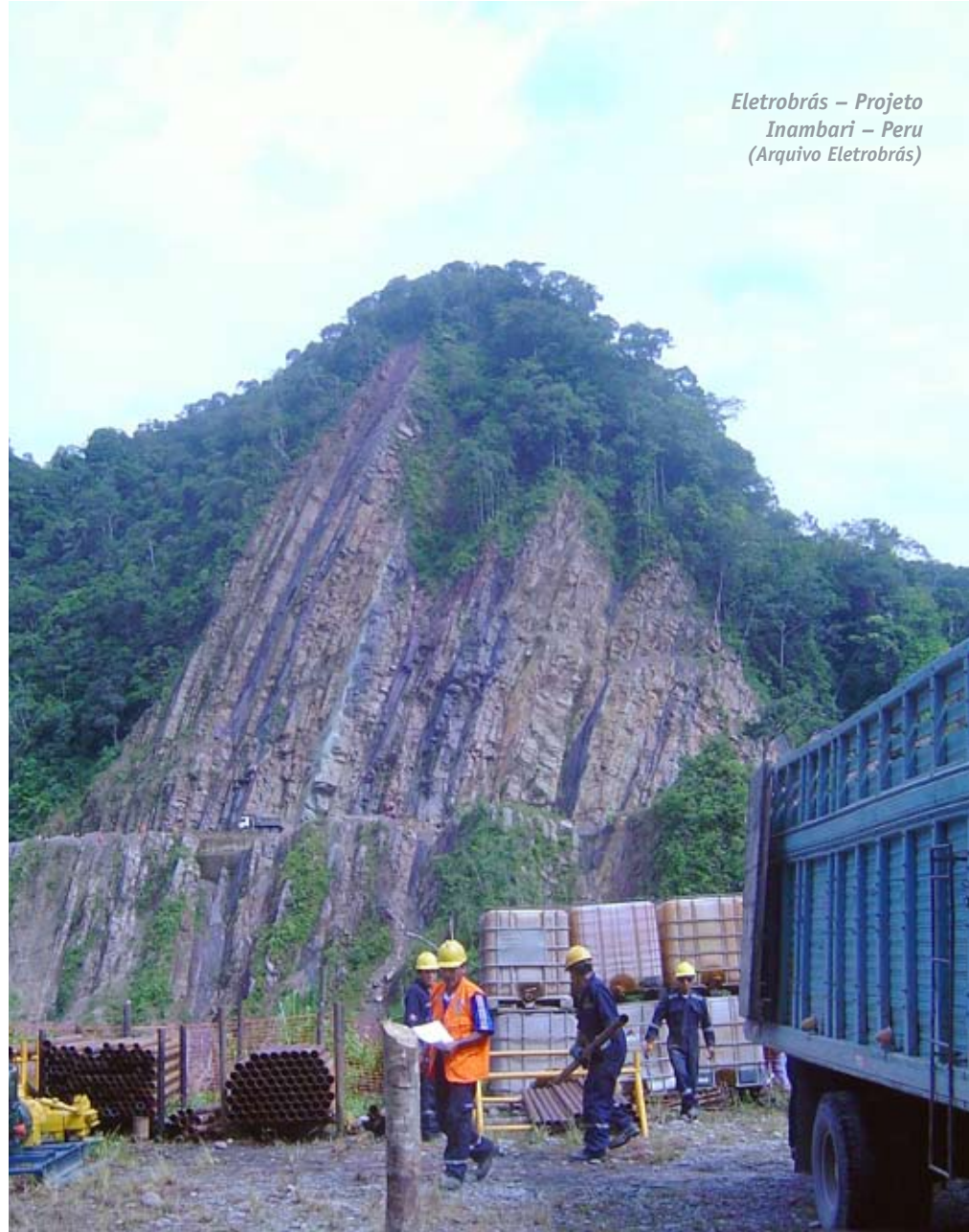
5. Atividades Internacionais

Em 7 de abril de 2008, a Lei nº 11.651 alterou o estatuto da Eletrobrás, autorizando a *holding* a associar-se, diretamente ou por meio de suas controladas, com ou sem aporte de recursos, para a constituição de consórcios empresariais no Brasil e no exterior, destinados à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização.

Para atendimento a essa missão, foi criada, em julho de 2008, a Superintendência de Operações no Exterior (PE), unidade organizacional pertencente à Presidência. A partir das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração, seu papel é coordenar a atuação das empresas do Sistema Eletrobrás no mercado internacional, identificando e avaliando potenciais oportunidades no exterior.

Foi elaborado, ainda, um planejamento estruturado de negócios e países prioritários, com previsão de conclusão das atividades no primeiro trimestre de 2009 e as seguintes orientações estratégicas:

- Todos os projetos de interesse nos segmentos de geração, transmissão e outros identificados no mercado internacional deverão apresentar rentabilidade adequada;
- A inserção em novos mercados deverá se dar preferencialmente em países situados na América do Sul (aproximação geográfica);
- Serão realizados esforços no sentido da promoção da integração elétrica entre os países da América do Sul e da difusão da *expertise* brasileira no segmento de geração a partir de fontes renováveis.
- A partir dessas orientações, a Superintendência de Operações no Exterior vem desenvolvendo ações em parceria com o setor privado nacional e com grandes grupos internacionais de energia, visando à celebração de acordos para a participação conjunta em estudos de empreendimentos considerados atraentes, em países da América do Sul, da América Central e da África.



IV – Gestão

Relatório Anual 2008

*Eletrobrás – Lançamento do
Plano de Transformação*

(Foto: Jorge Coelho)



1 – Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás – PTSE

Estudos realizados por técnicos da Eletrobrás e do Ministério de Minas e Energia durante os anos de 2006 e 2007 identificaram a necessidade de buscar a transformação e o fortalecimento do Sistema Eletrobrás, por meio de iniciativas em dois âmbitos de atuação:

- Gerencial e institucional, com mudanças nas empresas do Sistema Eletrobrás;
- Estrutural e regulatório, com mudanças abordadas diretamente pelo governo federal.

Para atingir os objetivos internos, a partir das diretrizes definidas pelo governo federal, foi elaborado o Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás (PTSE). Buscando uma nova plataforma estratégica sob o ponto de vista institucional, organizacional e mercadológico, o PTSE visa dotar o Sistema Eletrobrás de uma estrutura de gestão corporativa integrada e transparente, tornando-o competitivo na operação e na expansão da oferta de energia elétrica, capaz de proporcionar a remuneração adequada a seus acionistas e contribuir para a segurança no atendimento às necessidades energéticas para o desenvolvimento sustentável do país. O reposicionamento contempla quatro vetores de atuação:

- Aperfeiçoamento da governança corporativa;
- Reorientação dos negócios de distribuição;
- Reformulação institucional da *holding*;
- Reorganização do modelo de gestão empresarial.

O PTSE é constituído por um conjunto de 41 projetos, distribuídos nos quatro vetores de atuação. Para a coordenação das atividades envolvidas foi instituído o Comitê de Gestão da Transformação do Sistema Eletrobrás (CGTE), formado por representantes de cada uma das empresas do Sistema Eletrobrás e de cada uma das diretorias da Eletrobrás.

Transformação
SISTEMA ELETOBRÁS
ISTO FAZ A DIFERENÇA



2 – Planejamento Estratégico

Com a posse da nova Diretoria, em 10 de março de 2008, e a consolidação das orientações estratégicas do ministro de Minas e Energia, o Planejamento Estratégico Empresarial e seu desenvolvimento integrado para o conjunto das empresas passaram a ser vistos como fator crítico de sucesso no Sistema Eletrobrás.

O desenvolvimento do Planejamento Estratégico foi iniciado com a estruturação de um processo seletivo para contratação de consultoria habilitada a contribuir com o necessário suporte conceitual e metodológico. O cronograma prevê o início do apoio da consultoria contratada para o segundo semestre de 2009.

Enquanto o Planejamento Estratégico é elaborado, e atendendo-se à necessidade de oferecer uma orientação estratégica corporativa imediata ao Sistema Eletrobrás, decidiu-se, ainda, pela confecção de um plano de ações plurianual, com vigência já a partir de 2009.

O Programa de Ações Estratégicas do Sistema Eletrobrás (PAE 2009-2012) alia, assim, as estratégias corporativas presentes na missão da Eletrobrás (excelência empresarial, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental) aos vetores e ações que constituem o Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás, elencando um conjunto de objetivos e metas cuja consecução depende do esforço integrado das empresas do Sistema.



*Eletrobrás – Reunião para assuntos de gestão corporativa
(Foto: Arquivo Eletrobrás)*

A reorganização do modelo de gestão empresarial é uma das quatro diretrizes definidas pelo MME para viabilizar o fortalecimento do Sistema Eletrobrás. Neste sentido, foi transformada em um dos vetores do PTSE, contemplando 16 grandes ações que, integradas, conduzirão a *holding* e suas empresas a um novo patamar de gestão.

Dentre essas ações, destaca-se a elaboração e implementação de um plano de readequação empresarial, contemplando a redefinição de processos organizacionais, bem como de seus indicadores de desempenho e controles, e o realinhamento dos sistemas de informação utilizados, como forma de atender aos novos requisitos de gestão. Ao final de 2008, estavam em andamento iniciativas para readequação dos processos relacionados a: Gestão Integrada de Riscos Corporativos, Gestão dos Controles Internos, Gestão da Logística de Suprimentos, Gestão de Novos Negócios e Gestão de Investimentos, todos com abrangência estendida às empresas do Sistema Eletrobrás.

Em particular, deve-se ressaltar a adequação dos controles internos de todas as empresas do Sistema Eletrobrás aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbannes-Oxley (SOX), o que permitirá a manutenção da negociação das ADRs nível 2, iniciada em outubro de 2008, na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Em 2008, foi desenvolvido, ainda, um modelo de gestão integrada de riscos corporativos para a *holding*. O trabalho teve como produtos o mapeamento do universo de riscos da empresa; a identificação dos riscos empresariais mais relevantes, que impactam diretamente seus objetivos estratégicos financeiros; a definição de metodologias para tratamento; e a recomendação de ações para a implantação do gerenciamento dos riscos identificados. Algumas destas ações já estão em andamento e a expectativa é de que sejam implementadas no decorrer do exercício de 2009. Em paralelo, no âmbito do Plano de Transformação, estuda-se a replicação das metodologias desenvolvidas para as demais empresas do Sistema Eletrobrás.

Ações específicas para a mitigação de riscos financeiros atrelados à variação cambial foram também postas em prática em 2008. A partir da política de *hedge* cambial aprovada em fins de 2007, que visa tratar a exposição ativa líquida em dólar, foram realizadas operações de curto prazo com instrumentos derivativos, no montante de US\$ 280 milhões. Tais operações deverão continuar incorporando não apenas os descasamentos em moedas estrangeiras para os próximos exercícios, mas também a proteção dos resultados da empresa contra flutuações adversas de taxas de juros, índices de preço e prazos.

Por fim, vale frisar que a expansão da gestão de riscos corporativos para todo o Sistema deverá atender aos preceitos de governança corporativa e contribuir para o aumento do retorno para os acionistas, o que, em última análise, deverá influir na valorização da empresa no mercado financeiro e na consolidação da sua participação no setor de energia elétrica.

4 – Governança Corporativa

Os principais órgãos de governança da Eletrobrás, formalmente constituídos e com atuação regular, são:

- Assembleia-Geral de Acionistas – Ao longo de 2008, foram convocadas seis Assembleias-Gerais, sendo cinco Extraordinárias e uma Assembleia-Geral Ordinária.
- Conselho de Administração – Composto por nove membros, sendo sete indicados pelo MME; um, pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; e um, pelos acionistas minoritários, eleito em votação em separado na Assembleia-Geral, excluído o acionista controlador. As reuniões são mensais, dedicadas a assuntos estatutários e temas estratégicos para o Sistema Eletrobrás.
- Conselho Fiscal – Teve seu regimento interno alterado em 2006, para atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Tem caráter permanente e é composto por cinco membros eleitos pela Assembleia-Geral Ordinária: três indicados pelo acionista majoritário (sendo um indicado pelo ministro da Fazenda, que representa o Tesouro Nacional); um, pelos detentores de ações minoritárias; e outro, pelos detentores de ações preferenciais. As reuniões são mensais e, quando necessário, são realizadas, ainda, reuniões conjuntas com o Conselho de Administração.
- Diretoria Executiva – Composta pela Presidência e mais cinco diretorias: Administração, Distribuição, Engenharia, Tecnologia e Financeira e de Relações com Investidores. As reuniões, semanais, são dedicadas à condução dos negócios da Eletrobrás e do Sistema, com base nas orientações estratégicas do Conselho de Administração.

Com o objetivo de aumentar a transparência das informações prestadas a seus *stakeholders*, a Eletrobrás aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa desde 2006. Em 2008, o Ministério de Minas e Energia determinou à empresa novas diretrizes de orientação de sua gestão. Entre elas, destacam-se o aperfeiçoamento e a ampliação das melhores práticas de governança corporativa. Para atender a essa diretriz, novos desafios estão em pauta:

- Maior efetividade na atuação dos conselheiros fiscais e de administração, representantes da Eletrobrás nas empresas nas quais detém participação acionária.
- Elevação do nível de pontuação do Sistema Eletrobrás no Índice de Sustentabilidade da Bovespa (ISE Bovespa).
- Listagem no Dow Jones Sustainability Index (DJSI) até 2012.
- Ascensão ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa até 2012.

Por fim, cabe destacar que em 2008, pelo segundo ano consecutivo, a Eletrobrás foi listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa). A listagem nesse índice significa comprometimento com a sustentabilidade empresarial, o que representa um diferencial para os investidores. Significa, também, que a empresa possui um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável.



Pacto Global
Rede Brasileira



*Eletrôbrás - Projeto Sox
- Painel de discussão de
metodologia de documentação
(Foto: Jorge Coelho)*

V – O Mercado de Energia



Eletronuclear – Atividades de manutenção durante a parada da usina Angra 2

(Foto: Marco Antônio Alves)

Em 2008, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 3,8%, atingindo 392,8 TWh, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Todas as regiões apresentaram crescimento no consumo e apenas no Sudeste o crescimento ficou abaixo da média (3,3%), o que demonstra gradativa perda de sua participação no consumo total. A região Centro-Oeste, por sua vez, foi a que apresentou maior crescimento no consumo (7,0%). A venda de energia por região, embora continue sendo maior no Nordeste (40,9%), é praticamente igual para o Sudeste (38,2%), sendo de 12,2%, para o Sul; 5,3%, para o Centro-Oeste; e 3,4% para o Norte.

As empresas do Sistema Eletrobrás atuam de modo regional, cobrindo áreas que não correspondem exatamente às regiões geográficas brasileiras. No sul do Brasil, a Eletrosul abrange não apenas os estados da região Sul, mas também o Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste), com população de quase 30 milhões de habitantes (aproximadamente 16% da população nacional) e PIB que representa cerca de 16% do nacional.

Furnas, por sua vez, é responsável pelo fornecimento de energia aos mercados regionais do Sudeste e do Centro-Oeste (exceto Mato Grosso do Sul), nos quais se situa mais da metade dos domicílios brasileiros (51% do total), com 65% do PIB nacional. De toda a energia consumida no Brasil, mais de 40% passa pelo Sistema Furnas. A participação da empresa no suprimento é de 97% no Distrito Federal; 92% no Rio de Janeiro; 91% em Mato Grosso; 81% no Espírito Santo; 61% em Goiás; 58% em São Paulo; 45% em Minas Gerais; e 16% no Tocantins.

Na Região Nordeste, a cobertura da Chesf se estende por uma área superior a 1 milhão de quilômetros quadrados, habitada por mais de 50 milhões de pessoas. Já a Eletronorte possui uma cobertura que abrange os estados da região Norte, além do Maranhão. A principal característica do mercado regional atendido por essa empresa é que, embora tanto a população quanto o PIB regionais sejam os menores do país, existem grandes plantas industriais eletrointensivas, bem como projetos de implantação de novas plantas e/ou de expansão das já existentes, o que representa um aumento de carga para o futuro.

Os desenvolvimentos regionais estão associados aos projetos implementados ou a implementar em cada região. Como exemplos destacam-se, no caso da região Nordeste, a consolidação do polo industrial de Suape e dos polos farmacêutico e de hemoderivados, em Pernambuco; no Ceará, a consolidação do polo de Pecém e a implantação da siderurgia; e, na Bahia, a consolidação do polo automobilístico. Por seu turno, na região Norte, o crescimento da carga deve ocorrer de forma mais intensa que nas demais, por conta da instalação de novas plantas industriais eletrointensivas. Na região Centro-Oeste, a expansão do agronegócio, acompanhada do aumento das atividades extrativistas, tende a elevar o consumo, na medida em que exige a instalação de plantas industriais de transformação (como as indústrias moveleira e siderúrgica). Já as regiões Sudeste e Sul, por serem as mais industrializadas e desenvolvidas, tendem a perder participação no mercado nacional de energia elétrica por causa do crescimento mais acelerado das outras e pela tendência natural de migração das indústrias nelas baseadas para as outras regiões.

Quanto à participação na potência instalada nacional, que em 2008 atingiu a marca de 102.609 MW, o Sistema Eletrobrás alcançou o montante de 39.402 MW instalados, representando 38% de participação percentual no Brasil.

1 – Expansão da Geração

O Plano Decenal de Expansão de Energia, elaborado pela EPE/MME para o período de 2008 a 2017, prevê a contribuição do Sistema Eletrobrás com 35.676 MW em projetos de geração, de forma direta ou em participação societária. Desse total, 10.573 MW virão de projetos já com concessão, sendo 2.212 MW em participação direta e 8.362 MW em participação societária.

Cabe salientar que a participação do Sistema Eletrobrás conta com 99% dos projetos em energia limpa – 33.976 MW em projetos hídricos (incluindo grandes empreendimentos, como o AHE Belo Monte, as usinas de Santo Antônio e Jirau e projetos do rio Tapajós) e 1.350 MW em energia nuclear (Angra 3).

Com vistas a participações nos próximos leilões de energia nova (A-5), o Sistema Eletrobrás vem desenvolvendo estudos e projetos hidráulicos, diretos e em parceria com agentes privados, no montante de 32.300 MW.

USINAS PREVISTAS PARA ENTRAR EM OPERAÇÃO

EMPRESA	UHE	(MW)	Operação Comercial	Classificação
Eletrosul	Passo São João	77	nov/09	Leilão 2005
	Barra do Chapéu	15	ago/10	Autorização
Furnas	Simplício	334	jul/10	Leilão 2005
	Batalha	53	fev/11	Leilão 2005
UTE				
CGTEE	Presidente Médici (Candiota III)	350	jan/10	Concessão
UTN				
Eletronuclear	Angra 3	1.350	nov/14	Concessão

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM SPEs

EMPRESA	UHE	Participação (%)	MW	Op.Comercial	Classificação
Chesf/Eletronorte	Dardanelos	24,5/24,5	261	jan/10	Leilão 2006
Chesf/Eletrosul	Jirau	20/20	3.300	jan/13	Leilão 2008
Eletrosul	Mauá	49	362	abr/11	Leilão 2006
	Peixe Angical	40	452	---	---
Furnas	Baguari	15	140	set/09	Leilão 2005
	Retiro Baixo	49	82	jan/10	Leilão 2005
	Foz do Chapecó	40	855	ago/10	Concessão
	Serra do Facão	49	210	out/10	Concessão
	Santo Antônio	39	3.150	mai/12	Leilão 2007

2 – Expansão da Transmissão

O PDE 2008/2017 prevê participação ativa do Sistema Eletrobrás nas atividades relativas à expansão da transmissão. As empresas já participam dos Grupos de Estudos de Transmissão Regionais (GET), de apoio à EPE no planejamento da transmissão em caráter regional, e da realização de estudos de interligações regionais e integração de usinas.

Entre os empreendimentos mais significativos destaca-se o sistema de transmissão para integração do complexo hidrelétrico do rio Madeira, em cujos estudos as empresas do Sistema Eletrobrás desempenharam papel de destaque, contribuindo para o sucesso obtido no leilão de transmissão. Destaca-se, ainda, a interligação Tucuruí-Macapá-Manaus, que possibilitará a integração ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de sistemas da região amazônica hoje isolados.

Em 2008, as empresas do Sistema Eletrobrás incorporaram ao SIN 504 km de linhas de transmissão e 3.077 MVA em capacidade de transformação em subestações. Em parceria com empreendedores privados, nas chamadas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), foram mais 695 km de linhas de transmissão e 672 MVA em capacidade de transformação em subestações.

LINHAS DE TRANSMISSÃO			
Empreendimento	Tensão (kV)	Empresa/Parceria	Extensão (KM)
Gravataí 3/ Atlântida 2	230	Eletrosul	102
Pimenta Bueno/ Vilhena	230	Eletronorte	160
Miracema/ Gurupi	500	INTESA*	255
Peixe 2/ Serra da Mesa 2	500	INTESA	195

*Eletronorte 37%; Chesf 12%

SUBESTAÇÕES			
Empreendimento	Tensão (kV)	Empresa/Parceria	Potência (MVA)
Vilhena	230	Eletronorte	120
Nova Santa Rita	525	Eletrosul	672
Barreiras	230	CHESF	200
Biguaçu	500	Eletrosul/SC Energia	672

3 – Leilão de Linhas de Transmissão

O sucesso obtido pelo Sistema Eletrobrás nos quatro leilões de transmissão promovidos pela Aneel em 2008 demonstra a força das empresas, que arremataram 13 dos 29 lotes leiloados, num total de 6.415 km de linhas de transmissão (59,3% do total ofertado). É de cerca de R\$ 868,8 milhões a receita anual que será propiciada pela operacionalização desses empreendimentos, entre os quais se destacam:

- **Leilão 004-2008** – Eletronorte e Chesf, em parceria com empreendedores privados, integram o Consórcio Amazônia, que arrematou o Lote C (interligação Tucuruí-Macapá-Manaus).
- **Leilão 007-2008** – Eletronorte e Eletrosul, em parceria com empreendedores privados, compõem o Consórcio Integração Norte Brasil, que arrematou os lotes A, C e G do sistema de transmissão das usinas do rio Madeira, no qual os investimentos previstos superam R\$ 6 bilhões. Já os lotes D e F foram arrematados pelo Consórcio Madeira Transmissão, do qual participam Chesf e Furnas.
- **Leilão 008-2008** – Furnas integra o Consórcio Transenergia Renovável, vencedor do Lote C, que tem Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 34,5 milhões e inclui: LT 230 kV Chapadão-Jataí (CD com 128 km); LT 230 kV Barra dos Coqueiros-Quirinópolis (CS com 50 km); LT 230 kV Palmeiras-Edéia (CS com 60 km); SE Jataí 230 kV; SE Quirinópolis 230 kV; e SE Edéia 230 kV.



4 – Interligações Fronteiriças

Interligação com o Uruguai, através da estação conversora de frequência de Rivera

– Por meio de um acordo com a estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas (UTE), a Eletrobrás cedeu, mediante ressarcimento, o direito de uso das instalações da conversora. O resultado da comercialização na CCEE até novembro foi positivo em R\$ 12,6 mil.

Interligação com a Argentina por meio da estação conversora de frequência de Uruguaiana – Com o objetivo de viabilizar a retomada das operações de intercâmbio por meio da conversora de Uruguaiana, a Eletrobrás, a Eletrosul e a Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anônima (Ebisa) estão negociando o equacionamento da dívida da empresa argentina com a Eletrosul.

*Furnas - Torres e linhas da subestação de Foz do Iguaçu
(Foto: Bruno Ribeiro)*



5 – Mercado Internacional

A partir da atuação da Superintendência de Operações no Exterior, foram identificadas as seguintes oportunidades de negócios no mercado internacional, atualmente em fase de avaliação pelo Sistema Eletrobrás e seus parceiros:





- **Argentina:** UHE Garabi (1.800 MW) - Realização dos Estudos de Inventário e Viabilidade.
- **Angola/Namíbia:** Aproveitamento Hidrelétrico Binacional de Baynes (360 MW) - Realização dos Estudos de Viabilidade.
- **Nicarágua:** UHE Tumarín (180 MW) - Realização dos Estudos de Viabilidade.
- **Peru:** Realização dos Estudos de Pré-Viabilidade dos seguintes aproveitamentos hidrelétricos: Paquitzapango (1.380 MW), Sumabeni (1.080 MW), Urubamba (950 MW), Cuquipampa (800 MW) e Vizcatan (750 MW). Início dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Inambari (2.000 MW).
- **Venezuela:** Estudo de Interconexão de Energia, visando ao intercâmbio elétrico entre os dois países.
- **América do Sul, América Central e África:** Novos empreendimentos encontram-se em fase inicial de prospecção.

VI – Investimentos



*Furnas – Obras do Programa de
Aceleração do Crescimento (PAC) AHE
BAGUARI*

(Foto: José Lins)

Em 2008, o Sistema Eletrobrás investiu R\$ 3,8 bilhões nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Entre os projetos, destacam-se:

Irrigação de lotes na área de reassentamento na usina de Itaparica;
 Implantação da UHE Simplício;
 Implantação da UHE Passo São João;
 Implantação da usina Candiota III – Fase C;
 Ampliação do sistema de transmissão na região Sul;
 Reforços e melhorias no sistema de transmissão nas áreas de São Paulo e Minas Gerais;
 Sistema de transmissão no Pará, associado à UHE Tucuruí;
 Programa Luz para Todos.

Natureza dos Investimentos (R\$ milhões)	2008	2007	%
Geração	2.019	1.284	57,2
Transmissão	1.190	1.288	-7,6
Distribuição	384	332	15,7
Qualidade Ambiental	30	20	49,0
Pesquisa	28	18	55,6
Infra-estrutura	227	162	40,3
Total Geral	3.878	3.104	24,9

1 – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Em 2008, o Sistema Eletrobrás investiu, em empreendimentos incluídos no PAC, R\$ 2,5 bilhões. O montante equivale a 69,8% dos R\$ 3,5 bilhões aprovados para o ano e representa um crescimento de 22,2% em relação a 2007. Do total, 39% foram destinados à região Sudeste; 29%, à região Sul; 21%, à região Norte; e 11%, à região Nordeste.

Quanto ao tipo de segmento, 78,3% foram investidos em projetos de geração; 14,3%, em transmissão; e 7,4%, em distribuição. A média de realização orçamentária foi de 69,8%, destacando-se, acima da média, Eletronorte (99,1%), Furnas (88%), Eletrosul (70,7%) e Ceal (99%).

Investimentos do PAC - R\$ milhões				
	2008		2007	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
TOTAL	3.534.407	2.469.334	2.660.107	2.020.032

Geração - Em Implantação					
Empreendedor	UHE	UF	MW	Operação Prevista	
Consórcio Madeira Energia	Santo Antônio	RO	3.150	abr/12	
Consórcio Energia Sustentável do Brasil	Jirau	RO	3.300	jan/13	
Furnas, CPFL e CEEE	Foz do Chapecó	SC/RS	855	ago/10	
Eletrosul e Copel	Mauá	PR	362	set/11	
Eletrosul	Passo São João	RS	77	dez/09	
Furnas, Cemig, Baguari	Baguari	MG	140	set/09	
Furnas, Orteng, Logos e Alen	Retiro Baixo	MG	82	jan/10	
Furnas	Simplício	MG	334	jul/10	
Eletronorte, Chesf, CNO, Neoenergia	Dardanelos	MT	261	fev/10	
Furnas	Batalha	MG	52	mar/11	
Eletrosul	São Domingos	MS	48	dez/11	
Furnas, Alcoa, DME e CCCC	Serra do Facão	GO	210	out/10	
Empreendedor	UTN	UF	MW	Operação Prevista	
Eletronuclear	Angra 3	RJ	1.350	out/14	
Empreendedor	UTE	UF	MW	Operação Prevista	
CGTEE	Candiota III	RS	350	jan/10	

Geração – Estudos de Inventário

Empreendedor	UHE	UF	MW
Eletronorte, CCCC	Bacia do Rio Tapajós	PA/AM	10.682
Eletronorte, Engevix, Themag, OAS	Bacia do Rio Itacaiunas	PA	200

Geração – Estudos de Viabilidade

Empreendedor	UHE	UF	MW	Op. Prevista
Eletronorte, EDP	Novo Acordo	TO	160	03/04/2015
Chesf, Queiroz Galvão e Cnec	Castelhano	PI/MA	94	19/12/2013
Chesf, Queiroz Galvão e Cnec	Estreito Parnaíba	PI/MA	56	19/12/2013
Chesf, Queiroz Galvão e Cnec	Cachoeira	PI/MA	63	01/06/2013
Chesf, Queiroz Galvão e Cnec	Uruçuí	PI/MA	134	14/12/2014
Chesf, Queiroz Galvão e Cnec	Ribeiro Gonçalves	PI/MA	113	14/12/2014
Chesf, Desenvix e Odebrecht	Pedra Branca	PE/BA	320	04/09/2015
Chesf, Desenvix e Odebrecht	Riacho Seco	PE/BA	276	14/12/2014
Eletronorte, Maggi, Linear, MCA	Juruena	MT	46	30/07/2013
Furnas, PCE, Ener-Tech, Rialma, Schahin	Mirador	GO	80	09/07/2014
Furnas, PCE, Ener-Tech, Rialma, Q.Galvão	Maranhão Baixo	GO	125	03/09/2015
Furnas, Rialma, PCE e Queiroz Galvão	Buriti Queimado	GO	142	03/09/2015
Furnas, ELN, Enercamp, PCE, Ener-Tech, Alston, A.Gutierrez	Água Limpa	MT	380	14/12/2014

Linhas de Transmissão Concluídas

Empreendedor	AHE	UF	MW	Op. Prevista
Eletronorte/Eletronorte	Belo Monte	PA	11.181	30/04/2014
Eletronorte, CCCC	Marabá	PA	2.160	---
Eletronorte, Queiroz Galvão	Tabajara	RO	350	---
Eletronorte, CCCC, Alcoa e BHP	Serra Quebrada	MA/TO	1.328	30/09/2016
Eletronorte, Maggi, Linear, MCA	Cachoeirão	MT	64	19/12/2013
Eletronorte, Furnas, Alusa, Q.Galvão	Toricoejo	MT	76	19/12/2013
Eletronorte, Desenvix	Torixoreu	PA/TO	408	28/02/2017

Consórcio Intesa: Eletronorte 37% e Chesf 12%

Empreendimento	Tensão (Kv)	Empreendedor	Extensão (Km)	Op.Prevista
Colinas-Miracema	500	INTESA	173	23/05/2008
Miracema-Gurupi	500	INTESA	255	23/05/2008
Gurupi-Peixe Nova	500	INTESA	72	23/05/2008
Peixe Nova-Serra da Mesa 2	500	INTESA	195	23/05/2008
Desterro-Palhoça	230	Eletrosul	40	29/12/2008
Ji-Paraná - P.Bueno- Vilhema C1	230	Eletronorte	278	31/10/2008

Linhas de Transmissão em Execução

Empreendimento	Tensão (Kv)	Empreendedor	Extensão (Km)	Op.Prevista
Milagres - Coremas	230	CHESF	120	31/05/2009
Pres. Médice - Santa Cruz I	230	Eletrosul	235	30/09/2009
Campos Novos - Nova Santa Rita	500	RS Energia	273	01/04/2009
Juba - Jauru	230	Brasnorte S.A	121	10/09/2010
Brasnorte - Nova Mutum	230	Brasnorte S.A	264	17/09/2009

2 – Recursos Ordinários

Foram aplicados em 2008, nas empresas controladas e distribuidoras, recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão, na forma de empréstimos e financiamentos, conforme especificado abaixo:

Aplicações	Liberações		Total
	Econômica	Financeira	
Empréstimos/Financiamentos:	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Distribuidoras:			
Ceal	---	30.800	30.800
Cepisa	---	31.584	31.584
Ceron	8.251	13.559	21.810
Manaus Energia	---	457.488	457.488
Controladas:			
CGTEE	---	93.927	93.927
Chesf	---	17.135	17.135
Eletronuclear	106.434	88.501	194.935
Eletrosul	52.381	292.552	344.933
Furnas	---	113.000	113.000
Itaipu	8.326	4.933	13.259
TOTAL	175.392	1.143.479	1.318.871

3 – Participações Acionárias

O valor de mercado da participação acionária da Eletrobrás nas companhias cujas ações são negociadas em Bolsa de Valores foi superior a R\$ 6,1 bilhões em 2008, e sua variação apresentou aderência principalmente com o Índice de Energia Elétrica (IEE).

Com papéis concentrados em empresas com renda fixa ou regulada, a carteira Eletrobrás apresenta menor volatilidade em relação ao mercado, caracterizando-se, assim, como uma carteira conservadora. Mesmo com o cenário econômico desfavorável no último trimestre de 2008, a desvalorização da carteira da Eletrobrás foi de apenas 8%, enquanto o Ibovespa, no mesmo período, teve desvalorização de cerca de 40%. Além disso, as ações de posse da Eletrobrás têm boa perspectiva de ganho quando analisadas no longo prazo.

Em 2008, a remuneração dessas participações na forma de dividendos alcançou mais de R\$ 1 bilhão, significando uma das maiores fontes de recursos ordinários da companhia. A maior parte da contribuição veio das empresas controladas.

Dividendos / JCP Recebidos em R\$ milhões					
Empresas	2004	2005	2006	2007	2008
Controladas	449	463	686	378	484
Coligadas*	53	95	189	464	418
Coligadas	25	0,1	45	46	57
Parcerias	1	31	38	169	128

*Coligadas com ações comercializadas na Bovespa

VII – Captação de Recursos



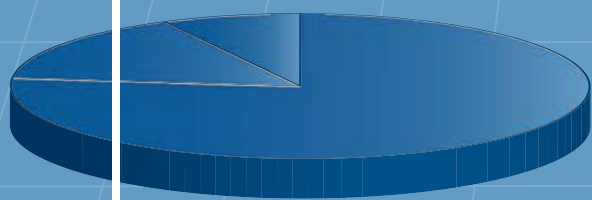
*Eletrobrás - Assinatura
de empréstimo com a
Corporación Andina de
Fomento*

(Foto: Jorge Coelho)

O Programa de Dispendios Globais (PDG) da Eletrobrás previa, para o exercício de 2008, captação no valor de US\$ 1 bilhão. Ao longo do ano, foram realizadas as seguintes operações:

- Contratação de um empréstimo sindicalizado, na modalidade A/B Loan, com a Corporación Andina de Fomento (CAF). No valor de US\$ 600 milhões, o empréstimo foi estruturado da seguinte forma: parte A, de US\$ 150 milhões, da CAF, com prazo de 12 anos; e, parte B, no valor de US\$ 450 milhões, de um sindicato de bancos, liderado por Citi, BNP Paribas e Societé Generale, com prazo de sete anos. A taxa média de juros da operação contratada foi de 1,64% acima da Libor de seis meses.
- Obtenção de autorização junto à Secretaria do Tesouro Nacional, válida até o final de 2009, para operação no valor de US\$ 400 milhões, sob a forma de bônus no mercado internacional.
- Contratação de empréstimo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de € 37,2 milhões, com aval da União. Os recursos serão aplicados na construção do Complexo São Bernardo, formado por quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas: Barra do Rio Chapéu (15 MW), João Borges (19 MW), Itararé (9 MW) e Pinheiro (10 MW), sob responsabilidade da Eletrosul.
- Início das negociações com Bird e demais órgãos autorizativos para obtenção de empréstimo no valor de US\$ 500 milhões, destinados ao Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás e ao Programa de Investimentos nas Empresas de Distribuição da Eletrobrás.

VIII – Desempenho Empresarial



42

A Eletrobrás registrou, em 2008, um lucro líquido de R\$ 6.136,5 milhões, 296% acima do obtido em 2007, quando atingiu R\$ 1,547,9. No quarto trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 3.038,4 milhões, 85,35% superior ao resultado positivo do mesmo período do ano anterior, que chegou ao montante de R\$ 1.639,2 milhão.

A soma dos Ebitdas das empresas controladas pela Eletrobrás totalizou R\$ 6.233 milhões, 79% superior ao valor obtido no mesmo período do ano anterior, de R\$ 3.483 milhões. Furnas apresentou um crescimento de 212%, passando de R\$ 496 milhões para R\$ 1.546 milhões; a Chesf evoluiu de R\$ 2.071 milhões para R\$ 2.762 milhões, um aumento de 33%; a Eletrosul (que ainda opera apenas como empresa transmissora) apresentou um Ebitda de R\$ 413 milhões, 31% superior ao valor de R\$ 317 milhões de 2007; e a Eletronuclear registrou elevação de 77%, saindo de R\$ 322 milhões em 2007 para R\$ 572 milhões. Já as empresas de distribuição de energia tiveram um incremento de 308% no valor total dos Ebitdas, passando de um montante negativo de R\$ 341 milhões, em 2007, para um total positivo de R\$ 711 milhões, em 2008.

Parte do expressivo resultado da Eletrobrás em 2008 deveu-se ao desempenho das empresas distribuidoras do Norte e Nordeste. Em 2007, essas companhias registraram uma perda de R\$ 1.172 milhões, resultado que se transformou num lucro de R\$ 53 milhões em 2008, 104,52% superior ao exercício anterior.

Em termos de resultados financeiros, a desvalorização do real em relação ao dólar e o fato de a Eletrobrás deter recebíveis no valor R\$ 16.893 milhões (US\$ 7.229 milhões), indexados principalmente à moeda norte-americana, produziram um efeito positivo no resultado da companhia, gerando uma receita líquida de R\$ 4.297,1 milhões decorrente da variação cambial, contra uma perda de R\$ 3.000,5 milhões em 2007. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, a empresa obteve um ganho de R\$ 997,8 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 528 milhões, no ano anterior.

1. Geração e Transmissão

A. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Empresas	2007		2008	
	MWh	R\$ - milhões	MWh	R\$ - milhões
CGTEE	1.670.547,17	142	2.127.335,29	195
Eletronorte	37.023.340,90	3.595	53.130.566,96	4.623
Chesf	49.596.126,15	3.573	50.692.554,83	4.423
Furnas	36.388.690,00	2.599	42.212.472,00	2.645
*Eletronuclear	11.334.548,00	1.356	12.851.578,00	1.570
Total	136.013.252,22	11.265	161.014.507,08	13.456

UHE ITAIPU

Como Agente Comercializador de Energia de Itaipu (conforme determinado pela Lei nº 10.438, de 26/04/02), a Eletrobrás repassou para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em 2008, 67.902.120 MWh de energia vinculada à potência contratada, correspondentes a um faturamento de aproximadamente US\$ 3,2 bilhões.

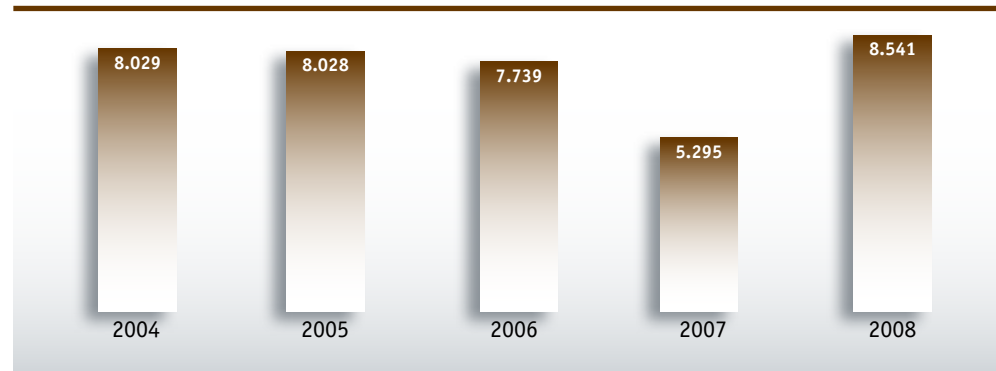
Já a energia suprida acima da vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletrobrás foi de 14.891.612 MWh, correspondente a um faturamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de R\$ 316 milhões.

B. LUCRO LÍQUIDO DAS CONTROLADAS

Empresas	2008	2007
CGTEE	-292.202	-69.149
Chesf	1.437.291	652.630
Eletronorte	-2.424.558	-542.315
Eletronuclear	-282.070	117.668
Eletrosul	268.250	196.940
Furnas	454.518	800.222
Itaipu	835.885	1.321.590
Eletropar	10.664	16.097
Distribuidoras		
Ceal	32.487	-22.704
Cepisa	-98.736	-81.197
Ceron	-50.158	-54.362
Eletroacre	152	4.093
Manaus Energia	198.845	-601.706

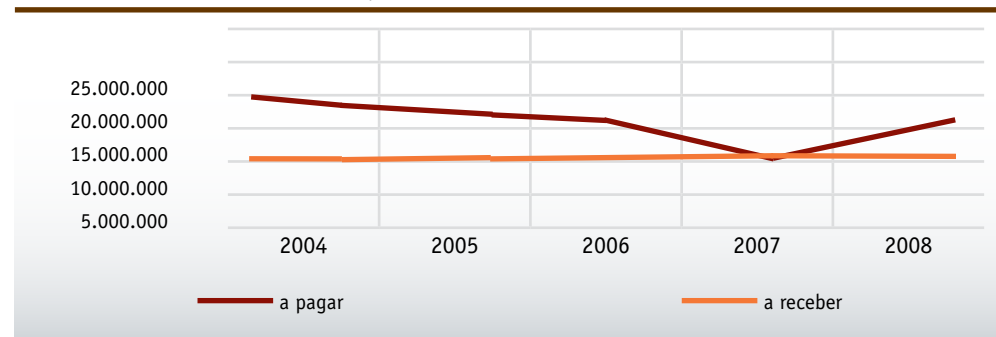
C. EBITDA

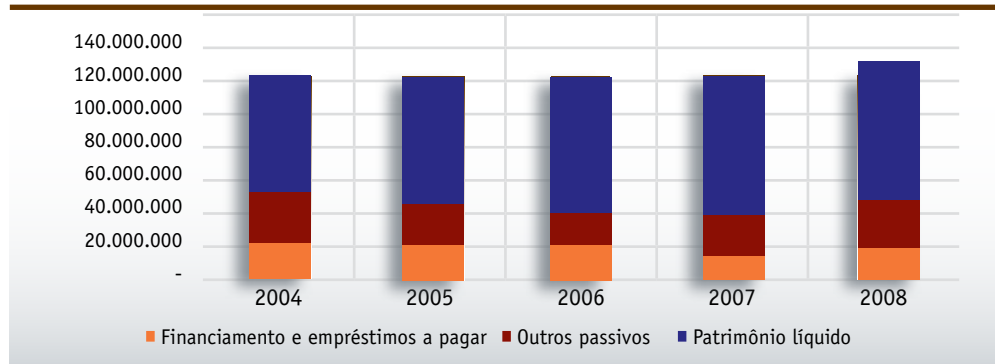
R\$ BILHÕES



D. ESTRUTURA DE CAPITAL E ENDIVIDAMENTO

FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMO - R\$ MILHÕES



ENDIVIDAMENTO - R\$ MILHÕES**Financiamentos e Empréstimos Concedidos****Fluxo do Financiamento – R\$ milhares**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014
Endividamento	1.714.611	1.537.342	1.203.083	1.514.850	1.511.167	1.445.406	11.085.716

Controladas e Itaipu:	Saldo em 31.12.2008	Saldo em 31.12.2007
CGTEE	574.974	---
Chesf	3.460.807	4.211.228
Eletronorte	7.589.415	6.014.378
Eletronuclear	2.902.701	2.448.667
Eletrosul	592.161	186.566
Furnas	1.178.001	996.262
Itaipu	18.416.525	14.671.171

E. RESULTADO PRIMÁRIO

As empresas controladas do Sistema Eletrobrás destacaram-se, em 2008, pelo bom desempenho no Resultado Primário, cuja meta, conforme o Decreto nº. 6.646, de 18/11/08, foi de R\$ 1.441 milhão.

Período	Resultado	R\$ milhões
2008	Superávit	2.585
2007	Superávit	2.783
2006	Superávit	2.137
2005	Superávit	2.865
2004	Superávit	1.650

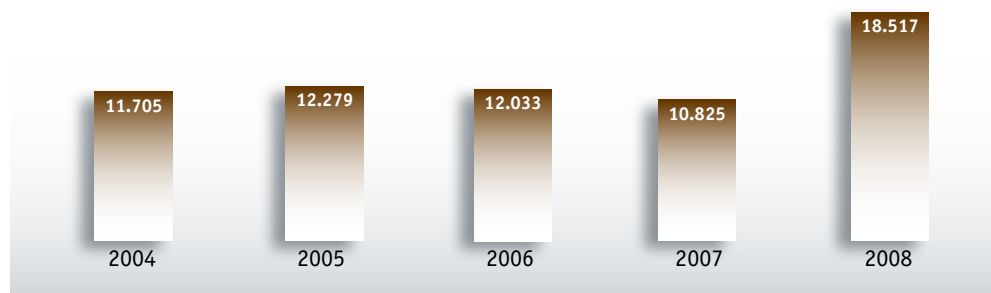
Os auditores independentes, para cada uma das companhias, foram os seguintes:

- CGTEE – Deloitte Touche Tohmatsu
- Chesf – Boucinhas & Campos e Soteconti
- Eletronorte – BDO Trevisan
- Eletronuclear – HLB Audilink e CIA
- Eletrosul – Horwath Tufani e Reis & Soares
- Furnas – HLB Audilink e CIA
- Itaipu – BDO Trevisan
- Lightpar – Russell Bedford Brasil

F – VALOR ADICIONADO

Distribuição do Valor Adicionado %			
	2007	2008	
Terceiros	26,72	15,43	
Acionistas	15,05	33,14	
Pessoal	32,99	20,78	
Governo	25,23	30,65	

VALOR ADICIONADO - R\$ BILHÕES



2. Distribuição

A. REAJUSTE TARIFÁRIO

O contrato de concessão das empresas distribuidoras prevê um reajuste tarifário anual, para proteger concessionária contra a corrosão do processo inflacionário. Há, ainda, uma revisão tarifária periódica, que acontece a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O quadro abaixo resume o reajuste tarifário das empresas distribuidoras de energia em 2008:

EDE	Índice de Reajuste (%)	Vigência	
	Ceal	15,05	28/8/08
	Cepisa	10,39	28/8/08
Manaus Energia	Capital	12,66	1/11/08
	Interior	12,19	1/11/08
Boa Vista Energia		13,76	1/11/08
	Ceron	12,73	30/11/08
	Eletroacre	11,19	30/11/08

B. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

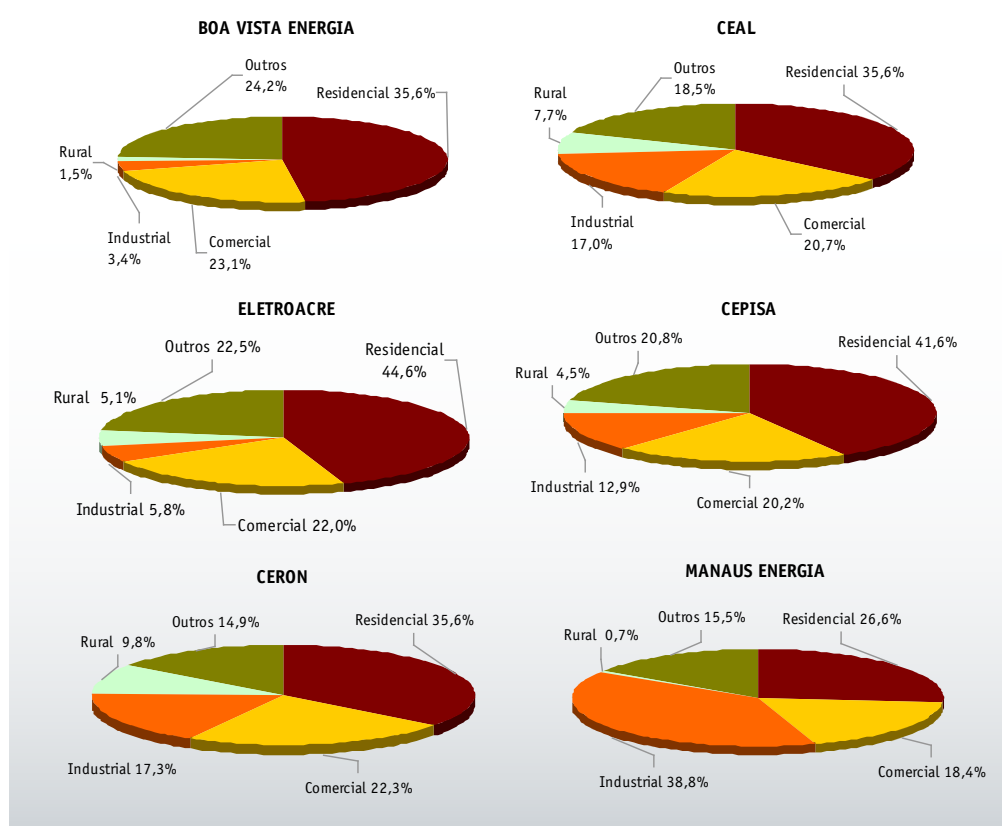
Em relação a 2007, houve um aumento de 15,7% na quantidade de energia elétrica fornecida em 2008. O maior aumento foi registrado na classe rural (93,5%). As principais classes de destino de energia elétrica são a residencial, a industrial e a comercial, que, juntas, representam 76% do total de energia elétrica distribuída em 2008.

Entre as empresas com maior participação na comercialização de energia elétrica destacam-se a Manaus Energia, com 37,6%, e a Ceal, com 19,8%. Na Manaus Energia, a classe mais representativa é a industrial, com 38,8% do total comercializado. Já na Ceal este papel cabe à classe residencial, que responde por 36% do total fornecido.

O grande aumento na quantidade de energia elétrica fornecida em 2008 se deve principalmente ao aumento da renda, à ampliação de programas de expansão da rede de distribuição, como o Luz para Todos, e à diminuição das perdas.

Fornecimento Consolidado de Energia Elétrica - (GWh)						
Classe	2004	2005	2006	2007	2008	
Residencial	2.931	3.069	3.146	3.331	3.760	
Comercial	1.676	1.847	1.895	2.009	2.218	
Industrial	2.214	2.358	2.384	2.465	2.612	
Rural	330	380	414	400	774	
Outras Classes	1.405	1.561	1.718	1.561	1.938	
Total	8.556	9.215	9.557	9.766	11.302	

POR DISTRIBUIDORA



C. CONTROLE DE PERDAS COMERCIAIS

De forma geral, os índices de perdas apresentaram queda em 2008, fruto dos esforços que vêm sendo realizados. A Manaus Energia, cujo mercado e índice de perdas são os maiores entre as distribuidoras, foi responsável por 45% das perdas.

Entre as empresas com maior redução de perdas, destacam-se a Cepisa, que regularizou 92 mil unidades consumidoras sem medição no período 2007-2008, e a Boa Vista Energia, cujo processo de seleção de unidades consumidoras para inspeção segue análise criteriosa de estudos estatísticos de segmentação das perdas.

Mesmo com os índices decrescentes, no entanto, as reduções nas perdas ainda são tímidas, devido a fatores limitantes como: conhecimento precário das perdas de forma segmentada e

sistemática; estrutura precária das áreas de combate às perdas nas concessionárias, com quadro de pessoal reduzido, baixa integração com as demais áreas envolvidas e estrutura de apoio insuficiente; e reduzido investimento histórico em tecnologia.

	Perdas Técnicas (%)		Perdas Comerciais (%)		Perdas Totais (%)	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Boa Vista	8,97	9,31	9,31	7,21	18,28	16,52
Ceal	12,50	8,73	18,26	21,27	30,76	30,00
Cepisa	14,00	14,17	24,46	21,97	38,46	36,14
Ceron	10,00	10,00	24,68	33,54	34,68	43,54
Eletoacre	8,80	8,80	17,62	17,39	26,42	26,19
Manaus Energia	10,90	2,90	26,30	35,80	37,20	38,70

D. DEC/FEC

De um modo geral, houve reduções significativas nos índices de Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) e de Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC). As reduções chegaram a 11% no DEC, caso da Eletoacre, e 16% no FEC, registradas na Manaus Energia (interior).

Apesar disso, somente a Boa Vista Energia não apresentou violações nas metas de DEC definidas pela Aneel por conjunto de consumidores. Quanto ao FEC, todas as empresas apresentaram violações, nas metas mensais, trimestrais ou anuais.

Apenas a Cepisa e a Manaus Energia (capital) ultrapassaram as metas globais de DEC. Quanto ao FEC, três empresas apresentaram valores acima da meta e somente a Cepisa apresentou resultados muito distantes do estabelecido pelo órgão regulador.

Para a redução dos índices, algumas ações foram tomadas, dentre as quais destacam-se:

- Manutenção das redes de distribuição, com execução de poda de árvores, gerenciamento de rede e intervenções de recuperação do sistema;
- Aumento das equipes de operação e manutenção;
- Programação de manutenções preventivas, com o objetivo de minimizar os defeitos nas linhas de distribuição, direcionadas às áreas com índices de continuidade críticos;
- Recondutoramento de circuitos;
- Construção de novos alimentadores.

É importante destacar que reduções significativas desses índices requerem grandes investimentos, como melhoria contínua no processo de manutenção preventiva, expansão do sistema e aquisição de sistemas de gerenciamento de rede.

Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) – Hora/Ano								
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroa-cre	Manaus Capital	Manaus Interior	
2007	14		21	45	38	17	54	94
2008	15		20	52	37	15	54	87

Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC) – N°. Interrupções/Ano								
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroa-cre	Manaus Capital	Manaus Interior	
2007	39		17	37	52	22	32	110
2008	39		15	36	46	20	29	93

E. INADIMPLÊNCIA

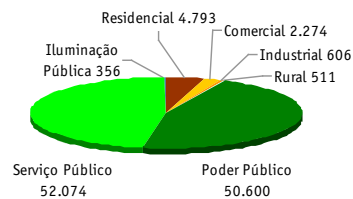
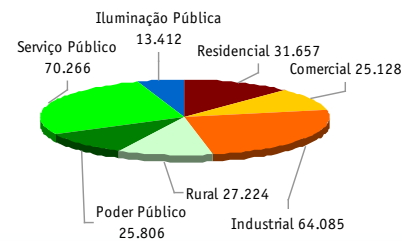
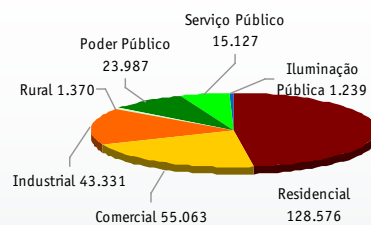
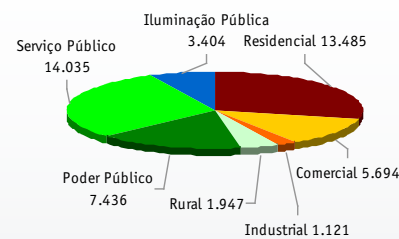
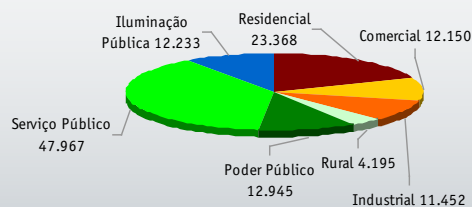
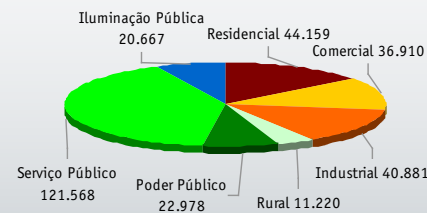
A inadimplência nas empresas distribuidoras do Sistema Eletrobrás apresenta problemas mais sérios em classes específicas de consumidores – poder público, serviço público, industrial e residencial.

Em 2008, foi registrado um decréscimo de 6,7% no estoque nominal dos débitos em atraso – R\$ 1,040 bilhão, contra R\$ 1,115 bilhão em 2007. As empresas que mais contribuíram para essa redução foram a Cepisa, a Manaus Energia e a Ceal, que, isoladamente, apresentaram queda de 12,5% dos débitos em atraso. A Cepisa obteve uma redução no seu estoque inadimplente, por meio de baixa contábil (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), no montante de R\$ 154,198 milhões, representando redução de 20,8% do total das faturas em atraso. Na Manaus Energia, a redução de 2,9% na inadimplência total se deu principalmente pela diminuição de 65,9% dos débitos em atraso da classe serviço público. Já a Ceal teve uma redução de 10,1% dos débitos em atraso, graças à negociação com a Casal, no valor de R\$ 66,7 milhões.

A Eletrobrás vem empenhando esforços para obter o equilíbrio dos principais problemas estruturais das concessionárias de distribuição. Nesse contexto, foram tomadas medidas de caráter corretivo, visando à recuperação dos débitos em atraso. Tais ações estão centradas, principalmente, na efficientização do corte, na cobrança administrativa e na cobrança judicial.

Inadimplência Consolidada das Distribuidoras – R\$ mil

Classe	2004	2005	2006	2007	2008
Residencial	191.550	196.969	213.461	264.616	245.998
Comercial	82.783	100.064	101.092	117.130	125.467
Industrial	82.247	93.100	112.288	150.014	173.203
Rural	31.571	33.757	34.107	40.824	46.462
Poder Público	119.590	112.707	123.822	135.479	143.700
Serviço Público	157.679	215.355	291.974	372.062	254.116
Iluminação Pública	22.586	28.682	30.074	35.269	51.312
Total	688.005	780.634	906.820	1.115.394	1.040.257

POR DISTRIBUIDORA**Boa Vista Energia - R\$ mil****CEAL - R\$ mil****Manaus Energia - R\$ mil****Eletoacre - R\$ mil****CERON - R\$ mil****CEPISA - R\$ mil**

F. ATENDIMENTO AOS CLIENTES

Em 2008, as seis empresas distribuidoras de energia adotaram uma série de medidas para facilitar os contatos com seus mais de 3 milhões de clientes no Norte e Nordeste do Brasil, tendo como base as novas regras que regem os centros de teleatendimento de todo o país. Entre as medidas adotadas, destacam-se:

- Aumento do número de atendentes em todos os *call centers*;
- Instalação de novos equipamentos nos *call centers*;
- Atendimento a deficientes auditivos e de fala (em implantação);
- Novo sistema de emissão de contas, com equipamento portátil que permite imprimir a fatura no ato da leitura do consumo, diante do consumidor;
- Visitas periódicas às áreas em que há consumidores inadimplentes, para conhecimento sobre a realidade dos clientes e criação de alternativas de regularização;
- Cadastro de unidades consumidoras para regularização da situação de desvio de energia;
- Distribuição de cartilhas sobre economia de energia elétrica;
- Desenvolvimento de uma cartilha virtual que facilita pesquisas e consultas nos *sites* das empresas, dispensando o atendimento por telefone em boa parte dos casos;
- Criação de um canal exclusivo de relacionamento, via telefone gratuito, para os consumidores de energia em média e alta tensão, com informações sobre suspensão de fornecimento, interrupção programada ou emergencial, entre outras.

G – EBITDA

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
2008	-38.160	133.369	67.114	27.774	22.911	505.909

H – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
2007	108.652	536.704	472.245	444.388	152.546	810.290
2008	113.244	637.315	548.813	494.802	154.402	991.488

I – EVOLUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
2007	-8.892	-22.704	-81.197	-54.362	4.093	-601.706
2008	-36.637	39.487	-98.736	-50.158	152	198.845

IX – Mercado de Capitais

Eletrobrás

Brazilian Energy now in NY

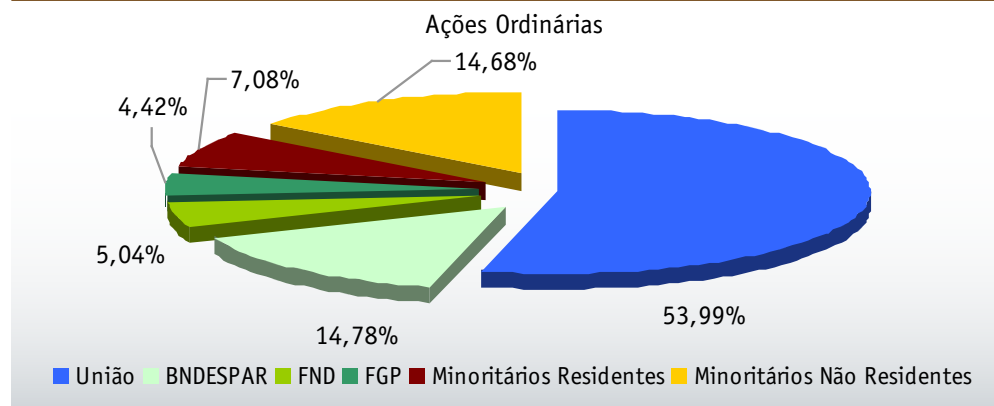
Eletrobrás - Início da negociação das ADRs 2 na Bolsa de Valores de Nova Iorque



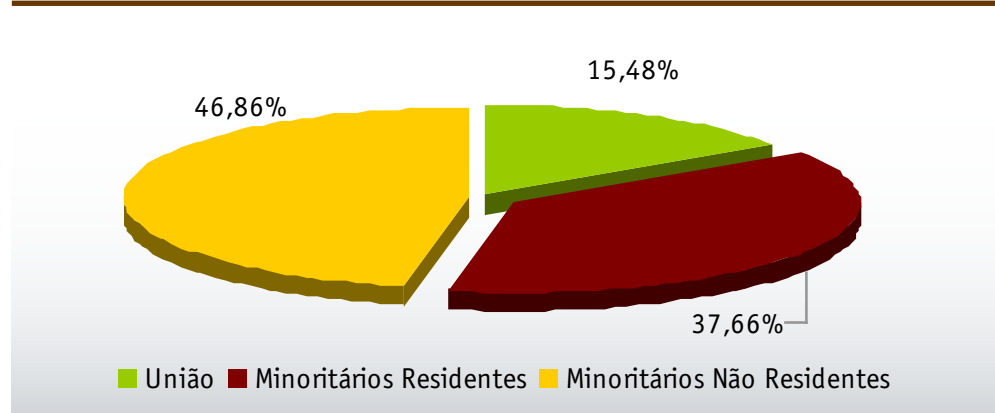
Realizada em 25 de setembro, a 153ª Assembleia-Geral Extraordinária deliberou um aumento do capital social, em função da 4ª conversão dos créditos do empréstimo compulsório, no montante de R\$ 202.374.761,75 (duzentos e dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos), mediante emissão de 2.858.588 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e oito) ações.

Outro fato relevante para o aumento do capital foi a capitalização do excesso das reservas de lucros, no montante de R\$ 1.859.401.181,87 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e um mil cento e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos), passando o capital social da Eletrobrás de R\$ 24.235.828.852,78 (vinte e quatro bilhões, duzentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) para R\$ 26.156.567.211,64 (vinte e seis bilhões, cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e sete mil duzentos e onze reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes a 905.023.527 (novecentos e cinco milhões, vinte e três mil quinhentas e vinte e sete) ações ordinárias, 146.920 (cento e quarenta e seis mil novecentos e vinte) ações preferenciais da classe "A" e 227.186.643 (duzentos e vinte e sete milhões, cento e oitenta e seis mil seiscentos e quarenta e três) ações preferenciais da classe "B", totalizando 1.132.357.090 (um bilhão, cento e trinta e dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e noventa) ações.

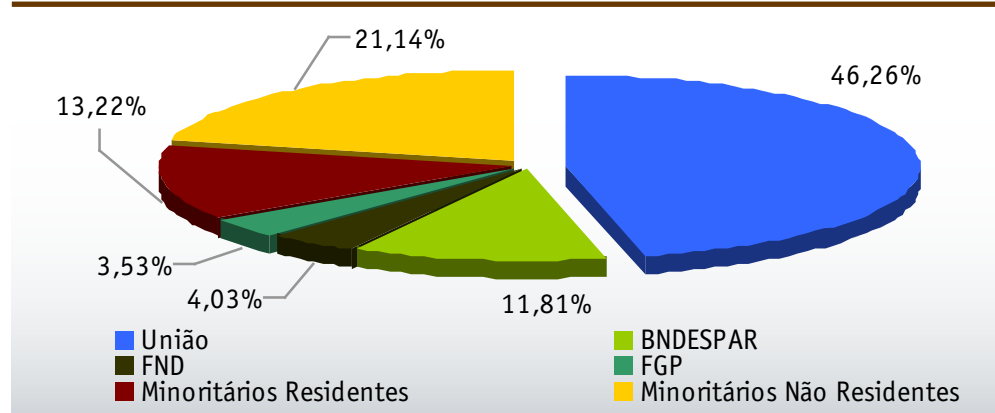
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA ELETROBRÁS EM DEZEMBRO DE 2008



AÇÕES PREFERENCIAIS



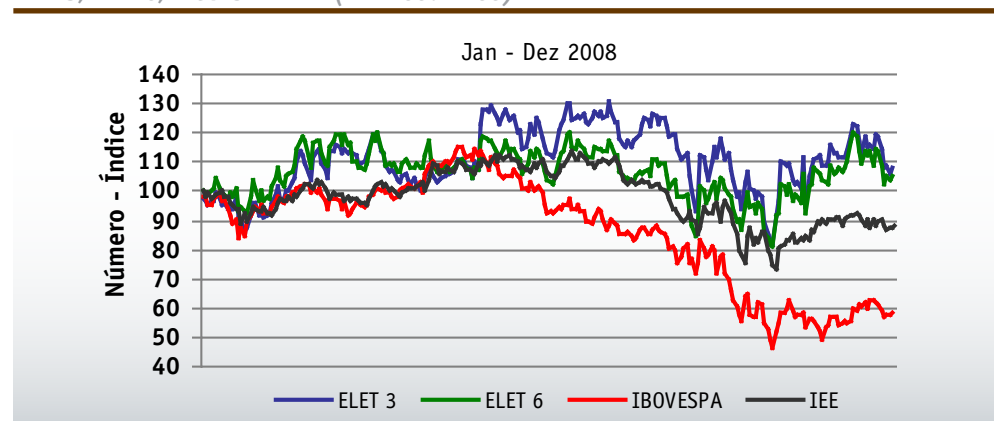
PARTICIPAÇÃO TOTAL NO CAPITAL SOCIAL



2. Análise das Ações da Eletrobrás

O gráfico abaixo demonstra, em números-índice a evolução das ações da Eletrobrás e do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa). Num período em que o Ibovespa sofreu desvalorização de 41,22%, as ações ordinárias da Eletrobrás (ELET3) valorizaram-se 8,19% e as preferenciais (ELET6), 5,36%.

ELET 3, ELET 6, IBOVESPA E IEE (DEZ 2007 =100)

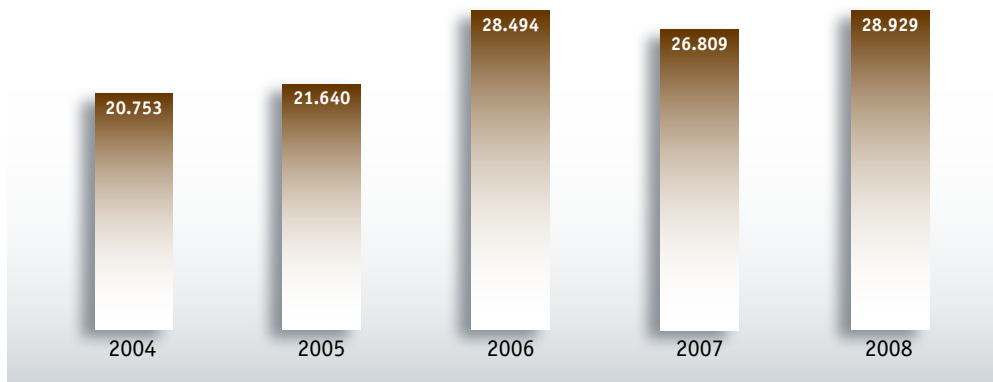


ELET-3: As ações ordinárias da Eletrobrás encerraram o ano de 2008 cotadas, na Bolsa de Valores de São Paulo, a R\$ 25,89 – uma valorização de 9,9% em relação ao encerramento de 2007, quando a cotação ficou em R\$ 23,55.

ELET-6: As ações preferenciais da Eletrobrás encerraram o ano de 2008 cotadas, na Bolsa de Valores de São Paulo, a R\$ 24,18 – uma variação de 11,9% em relação ao encerramento de 2007, quando a cotação ficou em R\$ 21,62.

3 – Valor de Mercado (R\$ Milhões)

VALOR DE MERCADO - R\$ MILHÕES



Sendo a União seu acionista majoritário, a Eletrobrás tem sua classificação de risco diretamente relacionada à classificação de risco obtida pelo país. Em 30 de abril de 2008, a agência de classificação de risco Standard & Poor's concedeu grau de investimento ao Brasil. O *rating* soberano, na escala global, encerrou 2008 com nível BBB+ para negócios em moeda nacional e BBB - para moeda estrangeira.

O bônus da Eletrobrás com vencimento para 2015 encerrou o ano com *rating* BBB - para negócios em moeda estrangeira. O maior valor registrado ocorreu em 27 e 28 de outubro, 11,29%, enquanto o menor, 6,02%, foi verificado em 9 de junho.

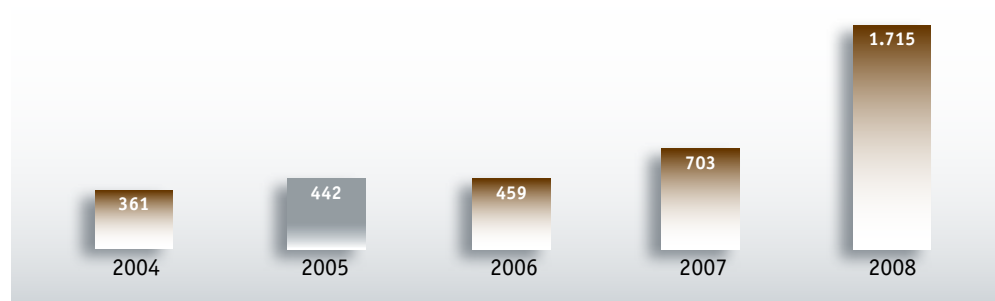
5 – Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, a Eletrobrás realiza, semestralmente, reuniões nas Apimecs regionais do país: São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Sul e Nordeste.

Além disso, com o objetivo de apresentar a empresa aos investidores estrangeiros, têm sido realizadas pela área de Relações com Investidores, reuniões anuais (*roadshows*) na Europa e nos Estados Unidos.

6 - Remuneração aos Acionistas

R\$ MILHÕES

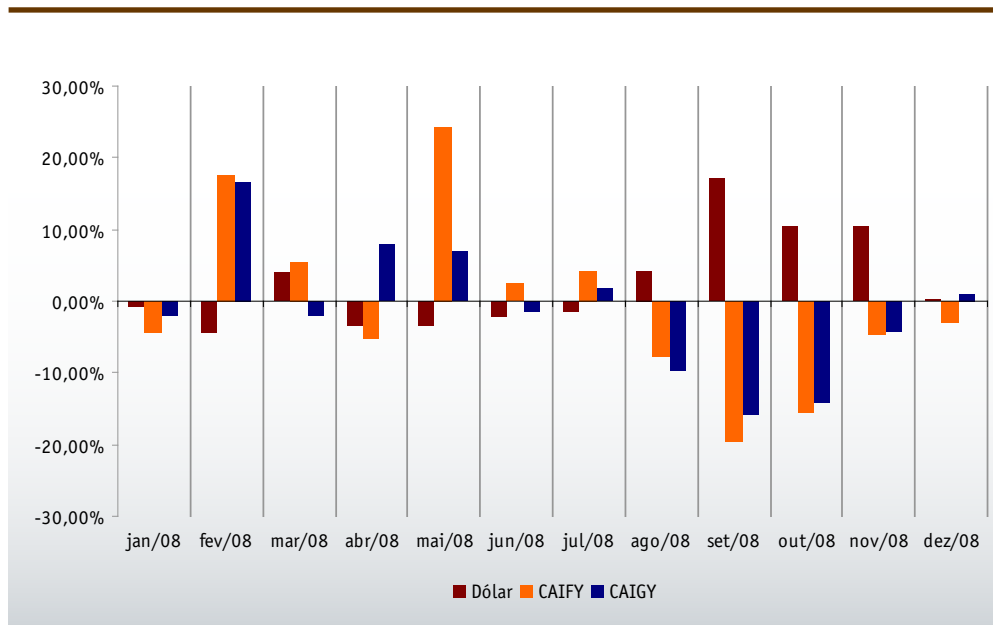


7 – Programa de ADRs – Bolsa de Nova Iorque (NYSE)

As ações da Eletrobrás foram negociadas no mercado de balcão dos Estados Unidos até 30 de outubro de 2008 por meio do programas de ADR nível I. Após esse período, tanto as ações ordinárias (CAIFY) quanto as preferenciais (CAIGY) passaram a ter seus negócios realizados na NYSE sob o símbolo EBR e EBRB, respectivamente.

Em 2008, as ações ordinárias desvalorizaram-se 13,59% (cotadas a US\$ 11,19) e as preferenciais, 17,91% (cotadas a US\$ 10,59), enquanto o Real depreciou-se em relação ao dólar 31,94%.

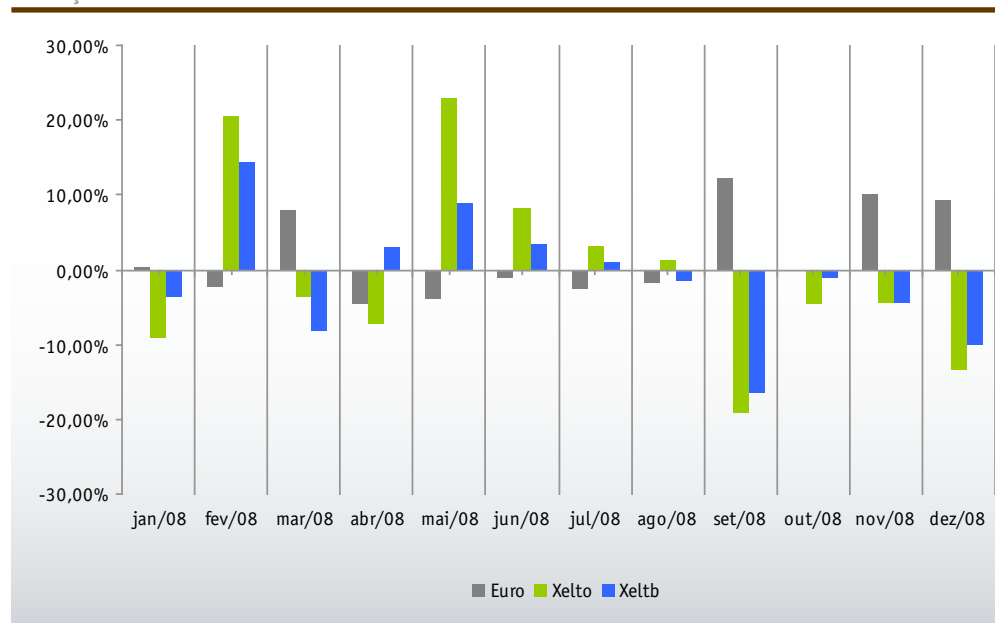
O gráfico abaixo apresenta as variações do dólar e dos ADRs no ano de 2008:



8 – Latibex – Bolsa de Valores de Madrid

Na Bolsa de Valores de Madrid, as ações ordinárias (XELTO) e as preferenciais (XELTB), negociadas no programa Latibex, encerraram o ano de 2008 cotadas a € 7,99 e € 7,49, respectivamente. Em função da desvalorização do Real, verificou-se uma variação negativa de 13,3% para as ações ordinárias e de 17,2% para as ações preferenciais.

O gráfico abaixo apresenta as variações do Euro e das ações na Bolsa de Madrid no ano de 2008:

VARIAÇÃO PERCENTUAL MENSAL


X – Empréstimo Compulsório

Chesf - Linha de Transmissão de Santo Antônio de Jesus - BA

(Foto: Arquivo Chesf)

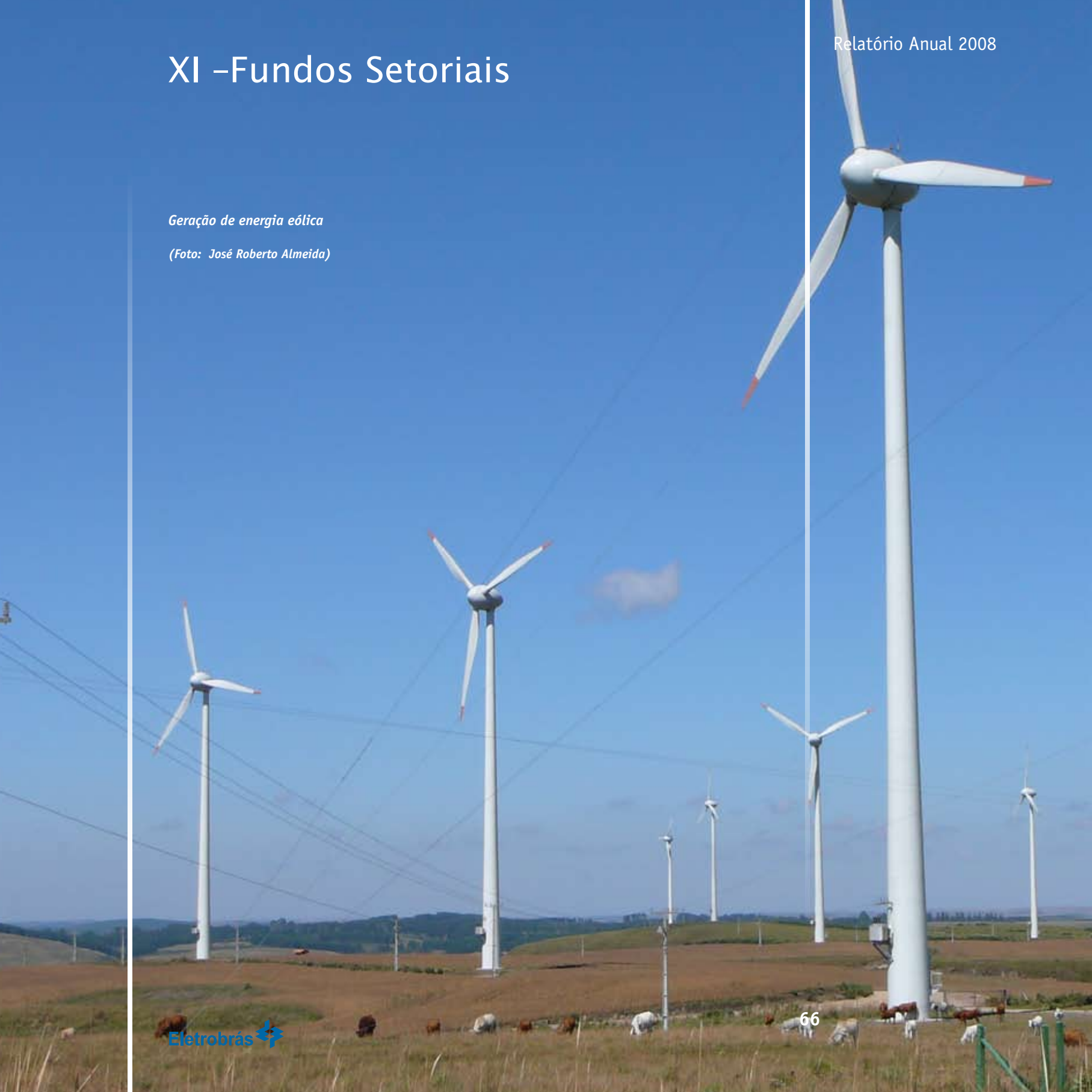
Instituído com a finalidade de expandir e melhorar o setor elétrico brasileiro, o empréstimo compulsório foi cobrado dos consumidores industriais com utilização mensal igual ou superior a 2 mil kWh a partir de 1977. O montante anual dessas contribuições passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1º de janeiro do ano seguinte, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório (Cice).

Em 2008, dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, a Eletrobrás implantou no sistema escritural do Banco Bradesco S.A. o montante de 5.465.096 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e noventa e seis) ações preferenciais da classe "B". Foi ainda enviado às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R\$ 10.560.685,06 (dez milhões, quinhentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e seis centavos), referente aos juros da correção dos créditos do empréstimo compulsório.

XI – Fundos Setoriais

Geração de energia eólica

(Foto: José Roberto Almeida)



1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a Eletrobrás aplicou, no exercício financeiro de 2008, o montante de R\$ 914 milhões. O quadro abaixo apresenta a movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos.

Ingressos e aplicações em 2008

Movimentação	Em R\$ milhões
Ingressos:	2.816
Arrecadação de quotas	1.436
Outros	1.380
Aplicações:	1.719
Financiamentos	915
Outras	804

Região	Financiamento Liberado - R\$ milhões	%
Norte	92	10,1
Nordeste	212	23,1
Centro-Oeste	119	13,0
Sul	224	24,5
Sudeste	268	29,3
TOTAL	915	100,0

Linhas de crédito

Programa	Liberações - R\$ milhões	%
Luz Para Todos	514	56,2
Reluz/Conservação	27	2,9
Geração	91	9,9
Transmissão	167	18,3
Distribuição	79	8,6
Revitalização de Parques Térmicos	2	0,3
Outros	35	3,8
TOTAL	915	100,0

2 – Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução das receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda. Em 2008, foram liberados, a título dessa fonte de recursos, R\$ 2.866 milhões, sendo R\$ 1.661 milhão para Baixa Renda, atendendo a diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, e R\$ 1.206 milhão para o Programa Luz para Todos, conforme descrito no quadro abaixo.

Ingressos e Aplicações em 2008

Movimentação	Em R\$ milhões
Ingressos: CDE+UBP+Multas Aneel:	3.532
Arrecadação de quotas	2.583
Outros	949
Aplicações:	3.546
Subvenção Luz para Todos	1.205
Subvenção Baixa Renda	1.661
Outras	680

3 – Conta de Consumo de Combustível (CCC)

A Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-Isol) é um fundo setorial, gerido pela Eletrobrás, que visa à cobertura de parte das despesas com aquisição de combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica nas termelétricas que não estão integradas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), localizadas, na grande maioria, na região Norte do país.

Em 2008, a Eletrobrás implementou uma série de medidas visando à melhoria da gestão da CCC, dentre as quais se destacam:

- Aperfeiçoamento do Acompanhamento do Estoque de Combustíveis (AEC), de forma a otimizar os controles sobre a movimentação física de combustíveis nas usinas térmicas dos Sistemas Isolados;
- Aprimoramento do Programa Mensal de Operação (PMO) dos Sistemas Isolados, com inclusão de controles que contribuem para preservar a integridade do processo de planejamento e acompanhamento da operação nos Sistemas Isolados;
- Desenvolvimento de um sistema de informação, com a participação da área de informática da Eletrobrás, para criação, em ambiente institucional, dos dois procedimentos acima citados, como forma de aumentar a confiabilidade e integrar as rotinas de procedimentos.

Fazem parte do escopo da cobertura do fundo, também, os pagamentos para os empreendedores que obtiveram a sub-rogação dos benefícios da CCC-Isol. Os pagamentos cobrem parte dos custos com ações que visam à economicidade atual ou futura da conta, bem como à substituição de derivados de petróleo por outras fontes de geração de energia elétrica.

Em 2008, o Plano Anual de Combustíveis previu, para tais pagamentos, uma quota anual de R\$ 3.531 bilhões, referentes aos custos com óleos combustíveis, mais R\$ 145 milhões, referentes ao ICMS. A esse total, foi adicionado o custo previsto dos empreendimentos sub-rogados à CCC, no valor de R\$ 155 milhões. Chegou-se, assim, ao valor de R\$ 3.831 bilhões, que, diante do saldo positivo em conta referente ao ano anterior, da ordem de R\$ 35 milhões, totalizou uma estimativa de R\$ 3.796 bilhões para 2008.

A geração indicada pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte (GTON) para ser atendida em 2008 foi da ordem de 9.723.764 MWh, com o consumo de 730 mil toneladas de óleo combustível, 225 mil toneladas de óleo PGE, 826 milhões de litros de óleo diesel e 854 milhões de litros de óleo leve PTE.

XII – Programas Setoriais de Governo

Relatório Anual 2008

*Eletrobrás - RELUZ -
Supervisão Física do
Procel Reluz*

(Arquivo Eletrobrás)

1 – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz)

Responsável por 3,2% do consumo nacional de energia elétrica, a iluminação pública é o foco do Procel Reluz, que tem como meta, até 2010, investir R\$ 2 bilhões para tornar eficientes cinco milhões de pontos de iluminação pública e instalar mais um milhão de pontos no país.

Em 2008, o Reluz beneficiou 15 municípios, tornando eficientes mais de 112 mil pontos. Como resultado, houve uma economia de energia de 20,1 MWh/ano e uma redução na demanda de 4,6 mil kW. Além disso, foram instalados 218 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram R\$ 34,4 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 25,8 milhões.

O Reluz beneficiou 15 municípios em 2008, tornando eficientes mais de 112 mil pontos, o que resultou em uma economia de energia de 20,1 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 4,6 mil kW. Além disso, instalou outros 218 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram, em 2008, R\$ 34,4 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 25,8 milhões.

Utilização dos recursos por região

Região	C. Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Recursos/R\$ milhões	10,199	0,527	---	0,393	23,282	34,401

Resultados efetivos por região – número de pontos

Região	C. Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
*Número de Pontos	33.087	218	---	479	78.874	112.658

*Quantidade de pontos referente à implementação de projeto de expansão da iluminação pública eficiente

Resultados efetivos por região – redução na demanda

Região	C. Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Redução/demanda Kw	1.047,80	---	---	46,5	3.485,40	4.579,70

2 – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)

Destinado a promover o uso eficiente e o combate ao desperdício da energia elétrica, o Procel investiu, em 2008, aproximadamente R\$ 40 milhões, incluindo recursos da Reserva Global de Reversão (RGR). Foram desenvolvidos projetos que propiciaram uma economia de energia estimada em cerca de 4,1 mil GWh – equivalente ao consumo anual de energia elétrica de aproximadamente 2,4 milhões de residências. Tal economia representa a postergação de investimentos da ordem de R\$ 2,71 bilhões.

Economia de energia estimada (2001-2008)

PROCEL - ENERGIA ECONOMIZADA - GWh/ano



Instituído em 1993, o Selo Procel de Economia de Energia destina-se a destacar anualmente, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do selo é fruto do trabalho conjunto da Eletrobrás/Procel com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), do Inmetro.

Em 2008, o Selo Procel foi concedido a 2.402 modelos de 137 empresas diferentes, distribuídos em 23 categorias de equipamentos e eletrodomésticos. Foram incluídas as categorias de ventiladores de teto e lâmpadas a vapor de sódio.



*Eletrobrás - Inauguração Casa Genial Porto Alegre
(Foto: Jorge Coelho)*



*Eletrobrás - Selo Procel 2008
(Foto: Jorge Coelho)*

3 – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

O Proinfa incentiva a diversificação da matriz energética brasileira, apoiando empreendimentos com base em energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e biomassa. Além de promover o aproveitamento de fontes energéticas locais, o Proinfa contribui para a geração de cerca de 150 mil empregos diretos e indiretos, proporciona grandes demandas industriais e a internalização de tecnologia de ponta.

Com a conclusão de todos os empreendimentos, o programa proporcionará redução na emissão de gases do efeito estufa de cerca de 2,8 milhões de toneladas de CO₂ equivalente/ano.

Em 2008, entraram em operação comercial 31 empreendimentos no âmbito do Proinfa, sendo cinco eólicas (90,90 MW), 25 PCHs (498,60 MW) e uma térmica a biomassa (5,00 MW), que acrescentaram 594,50 MW de potência ao sistema elétrico nacional.

No total, o Proinfa já implantou 69 usinas, acrescentando 1.580,68 MW de capacidade instalada ao país.

Fontes	Empreendimentos que entraram em operação em 2008	Potência em operação (MW)
PCH	25	498,60
Eólica	5	90,90
Biomassa	1	5,00
TOTAL	31	594,50

Fontes	Total de Empreendimentos em operação até 31/12/08	Potência em operação (MW)
PCH	39	766,94
Eólica	11	309,40
Biomassa	19	504,34
TOTAL	69	1.580,68

4 – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos)

O programa Luz para Todos tem por meta levar energia elétrica a dez milhões de pessoas, residentes no meio rural. Em 2008, foram realizadas 441.427 novas ligações, acumulando um montante de 1.877.362 ligações efetuadas – o que corresponde a um total de mais de 9,3 milhões de pessoas beneficiadas.

Foram cadastrados 55.987 projetos, totalizando, desde 2004, 248.808 projetos cadastrados, compreendendo:

- a realização de ligações de domicílios no meio rural em 5.174 municípios brasileiros;
- a construção de 330.779 quilômetros de redes elétricas de alta e baixa tensão;
- a implantação de 3,4 milhões de postes;
- a instalação de 509.503 transformadores;
- a implantação de 2.046

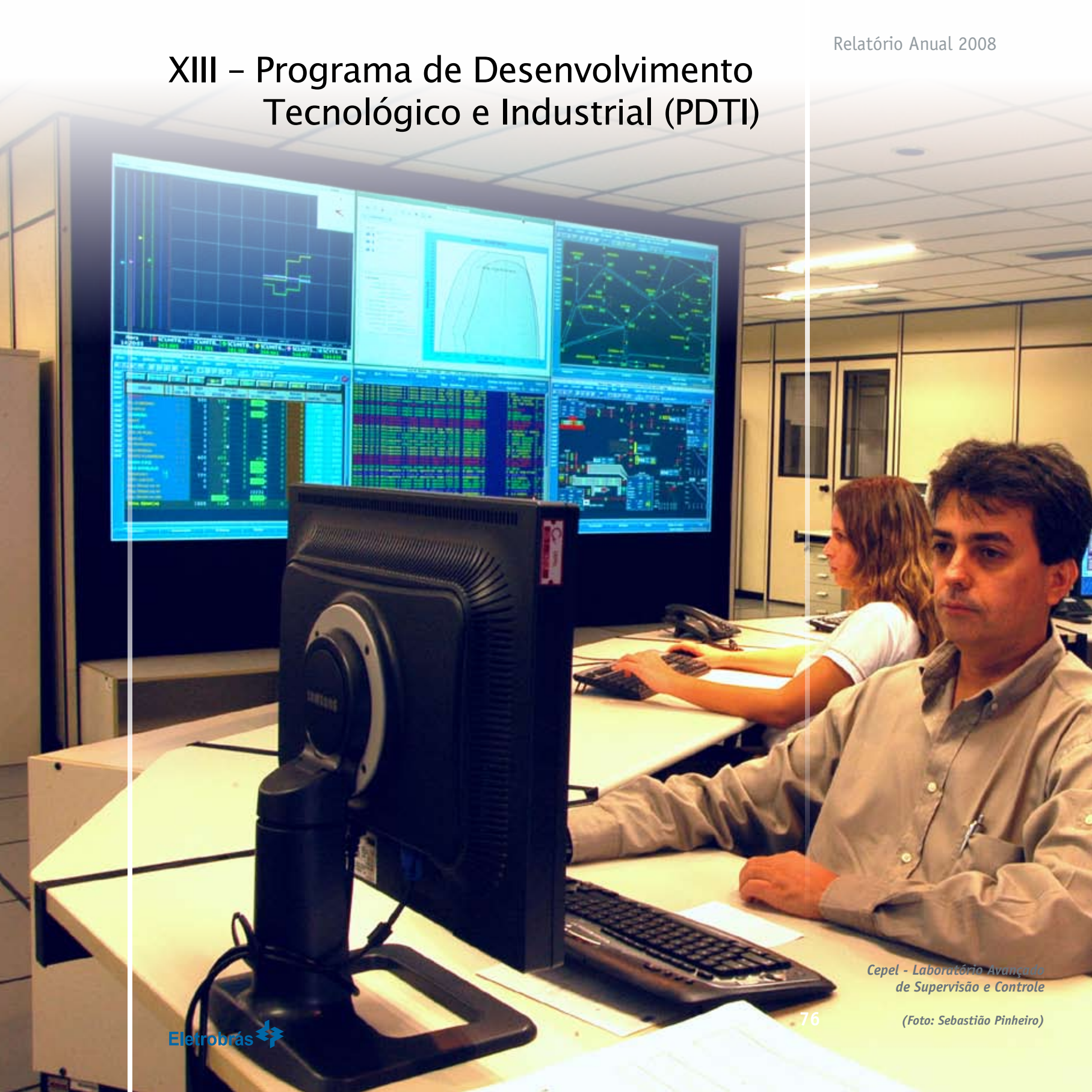
Recursos contratados e liberados até 31/12/08, por região

Região	Montantes acumulados até 31/12/08 (R\$ milhões)					
	Recursos contratados			Recursos liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	1.812	207	2.019	1.178	147	1.325
Nordeste	3.810	681	4.491	2.569	485	3.054
Centro-Oeste	498	414	912	355	301	656
Sudeste	671	916	1.587	468	610	1.078
Sul	315	391	706	200	203	403
Brasil	7.106	2.609	9.715	4.770	1.746	6.516

Região	Ligações Contratadas até 31/12/08 entre os Agentes Executores e a Eletrobrás
Norte	338.691
Nordeste	1.017.438
Centro-Oeste	140.538
Sudeste	348.458
Sul	151.836
Total	1.996.961

Cabe ressaltar, ainda, que no ano de 2008 passaram a ser desenvolvidos, com maior intensidade, projetos de eletrificação rural priorizando o uso de fontes renováveis de energia. Nesse sentido, destaca-se o projeto-piloto implantado pela Eletroacre, com participação da Eletrobrás, no município de Xapuri, no Acre, onde foram instalados 103 sistemas fotovoltaicos individuais nos seringais Iracema, Dois Irmãos e Albrácea.

XIII – Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI)



*Cepel - Laboratório Avançado
de Supervisão e Controle*

(Foto: Sebastião Pinheiro)

1 – Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)



Itaipu - Centro de pesquisa, desenvolvimento e montagem do Veículo Elétrico - Foto: Alexandre Marchetti

Seguindo regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica investem 0,4% de sua receita operacional líquida em P&D, recolhem outros 0,4% para Ministério de Ciência e Tecnologia, como contribuição para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico e Industrial, e mais 0,2% para o Ministério de Minas e Energia, como sustentação dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro, realizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Já as empresas distribuidoras devem destinar 0,2% de suas receitas operacionais líquidas para P&D, 0,2% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico e Industrial, 0,10% para o MME e 0,5% para eficiência energética.

A *holding*, por sua vez, destina anualmente 0,5% de seu capital social ao Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FDT). Desse montante, a parcela mais significativa (de 60 a 70%) beneficia o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

Em 2008, o Sistema Eletrobrás investiu R\$ 124,7 milhões via P&D Aneel e R\$ 139,6 milhões em projetos no Cepel, totalizando R\$ 264,3 milhões. Adicionalmente, foram recolhidos R\$ 44,9 milhões ao MCT e R\$ 26,2 para o MME/EPE.

No Cepel, foram desenvolvidos 105 projetos corporativos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para as empresas do Sistema Eletrobrás, nos seguintes temas:

- Planejamento da Expansão da Geração (4);
- Meio Ambiente (4);
- Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos (3);
- Planejamento da Operação (5);
- Planejamento da Expansão da Transmissão (2);
- Planejamento, Operação e Análise de Redes (9);
- Tecnologias Scada/EMS (8);
- Automação Local e Análise de Perturbações (2);
- Tecnologia de Transmissão (11);
- Metalurgia e Materiais (7);
- Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações (17);
- Conservação e Uso Eficiente de Energia (14);
- Geração Distribuída (6);
- Medidas Elétricas e Combate a Perdas (4);
- Energias Renováveis (3);
- Técnicas e Metodologias Computacionais (3);
- Análise Financeira de Projetos e Tarifas (1);
- Confiabilidade (1);
- Qualidade de Energia (1).

No que tange às ações executadas diretamente pela Eletrobrás, o Departamento de Projetos Corporativos deu prosseguimento à carteira de convênios referentes a P&D, alguns deles

envolvendo parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e os demais apoiados integralmente pela Diretoria de Tecnologia.

Dentre os projetos encerrados em 2008, destaca-se o “Atlas Eólico do Estado de Alagoas”, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) e pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), cujos resultados servirão de base para futuros investimentos em projetos de energia eólica naquele estado.

Ressalte-se, ainda, que em 2008 a Diretoria de Tecnologia foi reestruturada, contando agora com uma área de Gestão Tecnológica, que irá planejar e priorizar as ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e eficiência energética no âmbito das empresas do Sistema.

- No Projeto NBR 19000, foram realizadas seis auditorias da Qualidade no âmbito do “Programa de Auditorias para Seccionadoras” e duas no âmbito do “Programa de Auditorias de Estruturas Metálicas”. Além disso, foi realizada uma palestra com o objetivo de divulgar o Projeto NBR 19000 para a indústria eletroeletrônica e um curso *in company* de auditor líder da Qualidade, com o objetivo de formar auditores líderes para o projeto.
- A Divisão de Normas e Qualidade coordena o grupo de trabalho que está elaborando a Política de Qualidade para Fornecedores do Sistema Eletrobrás. Essa política é um dos projetos do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás, no âmbito da vertente Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial.
- Em relação à certificação ISO 9001, a Divisão de Normas e Qualidade manteve a certificação em seus processos, após auditoria realizada pela BRTÜV.
- Um grupo secretariado pela Eletrobrás elaborou, na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as Normas Brasileiras sobre Aerogeradores, com base em normas internacionais da International Electrotechnical Commission (IEC).
- Foram desenvolvidas atividades inerentes à coordenação exercida pela Eletrobrás no Subcomitê 1 do Comitê Técnico TC 176 – Quality da ISO e em grupos na ABNT/CB-25-Qualidade e CB-38-Gestão Ambiental.

XIV – Dimensão Social



*Eletrobrás - Comemoração - 46
anos Eletrobrás - Orquestra
Sinfonica do Theatro Municipal
do Rio de Janeiro*

(Foto: Jorge Coelho)

A partir de março de 2008, quando a empresa foi orientada pelo governo federal a transformar-se e fortalecer-se, a unificação das políticas de Gestão de Pessoas se tornou uma das ferramentas fundamentais do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás.

Para atender às demandas existentes, alcançando um posicionamento moderno, competitivo e rentável para a *holding* e suas subsidiárias, foram constituídos grupos de trabalho para discussão, unificação e implantação das melhores práticas e políticas.

No âmbito da unificação das políticas, foi constituído o Grupo de Trabalho para Gestão de Pessoas, composto pelos gerentes das áreas de Gestão de Pessoas de cada empresa, sob a coordenação da Eletrobrás. Com o objetivo de elaborar um Plano de Gestão Integrada de Pessoas do Sistema Eletrobrás, o GT foi dividido em três subgrupos, dedicados aos temas: Carreira e Remuneração; Avaliação e Desempenho; Administração de Pessoal; e Benefícios Assistenciais, Saúde e Segurança do Trabalho.

O trabalho, em andamento, prevê a implantação do Plano de Carreira e Remuneração do Sistema Eletrobrás, com definição de:

- Estrutura de carreira – Padronização das figuras de movimentação (horizontal e vertical) e critérios para evolução.
- Estrutura de Cargos – Níveis de complexidade, funções gerenciais e de assessoramento e funções gratificadas não-gerenciais.
- Estrutura salarial – Padronização de tabelas salariais, faixas dos níveis de complexidade e remuneração de funções.

Com isso, espera-se reduzir as distorções existentes entre as empresas, eliminar lacunas entre as competências requeridas pelos processos de trabalho e as competências dos empregados e viabilizar a alocação dos profissionais de maneira mais adequada e efetiva, facilitando, ainda, a interação entre as áreas de Gestão de Pessoas em todas as empresas do Sistema Eletrobrás.

A área de Comunicação da Eletrobrás – em parceria com as áreas de Gestão de Pessoas, Responsabilidade Social e Saúde, entre outras – também realizou uma série de ações voltadas para seu público interno. Tais ações foram planejadas para informar e motivar os empregados sobre a empresa, suas realizações, seus desafios atuais e futuros e a importância da participação de toda a equipe Eletrobrás nas transformações em curso.

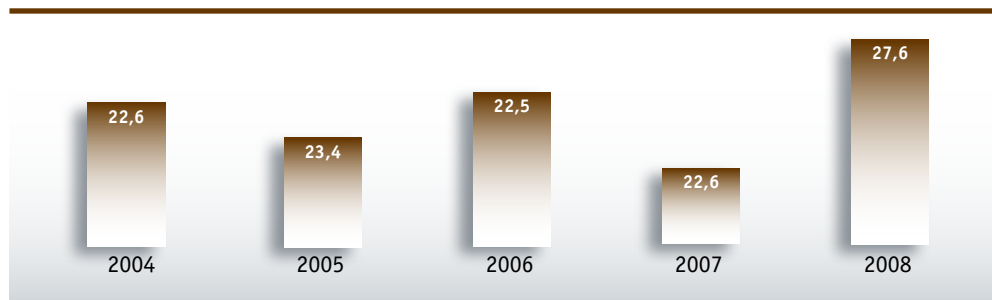
Foram organizados cinco eventos de apresentação do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás (PTSE) para todos os empregados do Sistema, reunindo mais de 26 mil colaboradores. Nesses encontros, o presidente da *holding* e o coordenador-geral da Presidência da empresa apresentaram as ações, os projetos e os primeiros resultados do Plano.

Também foi lançado o Portal da Transformação, no qual o público interno encontra informações sobre este Plano, acompanha o desempenho dos 41 projetos em andamento e pode enviar perguntas através de um canal criado para atendimento das dúvidas.

Outra ação no âmbito da Comunicação voltada para o público interno foi o Plano de Comunicação Integrada de Apoio ao Projeto SOX, replicado para todo o Sistema Eletrobrás e dividido

em três etapas. Na primeira delas, a Comunicação trabalhou o entendimento e a importância da implantação do Projeto SOX, garantindo a informação necessária com abrangência para atingir todos os públicos de relacionamento interno. No segundo momento, a meta foi buscar a adesão e comprometimento de todos os envolvidos, acompanhando seus desempenhos, e, na terceira etapa, o Plano dará continuidade e consistência ao processo SOX, no Sistema Eletrobrás.

Atualmente, a Eletrobrás (*holding*) tem 1002 funcionários. Em 2008, foram preenchidas 160 vagas por meio de concurso público, referentes aos processos seletivos realizados em 2005 e 2007. Além disso, firmaram contrato de aprendizagem 36 jovens aprovados no processo de seleção do Programa Jovem Aprendiz, que envolve todas as empresas do Sistema num único acordo de cooperação técnica, com o aval dos ministérios de Minas e Energia e do Trabalho e Emprego.



A – SAÚDE, BEM-ESTAR E SEGURANÇA DO TRABALHO

A fim de consolidar e ampliar as iniciativas de proteção aos seus colaboradores, a Eletrobrás mantém, desde 2007, um Comitê de Ergonomia e conta com o Plano de Emergência das Instalações da Eletrobrás, para garantir a segurança em caso de riscos. Em 2008, foram implantados ainda serviços de ginástica laboral, incentivando os colaboradores a incluírem em sua vida cotidiana práticas benéficas para sua saúde física e mental.

Entre as ações desenvolvidas ao longo do ano destacam-se ainda:

- Aquisição e distribuição de *kits* de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a todos os empregados da companhia;
- Realização de 145 enquadramentos de profissionais nos laudos de periculosidade/risco elétrico, para 100 profissionais em atividade de risco;
- Elaboração dos laudos de proteção contra incêndio e laudos de conformidade das instalações elétricas de todas as dependências da Eletrobrás;
- Realização de 1.389 exames médicos ocupacionais; 5.419 atendimentos de medicina e



Eletrobrás - Cúpula do Theatro Municipal do Rio de Janeiro



enfermagem ocupacional e 3.539 atendimentos sociais;

- Aplicação de 828 doses de vacinas contra a gripe e de 331 doses de outras vacinas;
- Programa Eletrobrás Saudável, com ações de promoção de saúde e prevenção de doenças nos subprogramas do Coração, Reeducação Alimentar, Atenção ao Tabagismo, Energia e Movimento, Medicina de Viagem e Saúde da Mulher;
- Datas comemorativas em saúde, como “De Olho na Saúde”, com dicas de saúde e cuidados para um Carnaval saudável; Combate à Dengue; Dia da Saúde e Nutrição; Dia Mundial sem Tabaco; Dia da Saúde Ocular; Dia do Combate ao Colesterol; Dia Mundial de Alzheimer; Dia Mundial do Coração; Dia da Saúde Bucal; Dia Mundial do Diabetes; e Dia Mundial da Luta Contra a Aids.

B – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Eletrobrás vem desenvolvendo continuamente mecanismos e recursos para garantir a melhoria das competências de seus empregados. Mais do que cumprir os requisitos e as legislações vigentes, a companhia mobiliza esforços para investir no crescimento individual e coletivo da sua força de trabalho. Prova disso é a existência da Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás (Unise), símbolo maior de nossa busca pela excelência.

A Unise faz parte de um projeto de educação corporativa destinado a traduzir o crescimento profissional do empregado em vantagem competitiva para o setor. Os cursos são oferecidos a todos os empregados do Sistema, com base em técnicas educacionais de ensino a distância – como os recursos on-line e videoconferências – e cursos presenciais.

Em 2008, a Unise treinou um total de 599 colaboradores, abrangendo:

- três turmas de ambientação para os novos empregados, com a participação de 359 colaboradores;
- um curso de curta duração a distância, para cinco colaboradores;
- treinamentos presenciais, com cursos sobre “Gestão de Contratos”, “Coleta Seletiva Solidária”, “Relacionamento com a Imprensa (DE)” e “Processo Administrativo Disciplinar”.

Foram lançados, ainda, o Sistema de Treinamento a Distância (LMS) e o Curso Básico em Eficiência Energética para o Procel. No âmbito do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás, foi iniciado projeto conjunto para a elaboração de um Plano Integrado de Capacitação de Pessoas que permita às empresas dispor de qualificações adequadas aos novos direcionamentos estratégicos provenientes do fortalecimento da Eletrobrás. A Unise está sendo remodelada para ser o principal instrumento de viabilização desse plano.

No total, foram investidos, em 2008, R\$ 2.928.478,63, em Treinamento e Desenvolvimento, gerando oportunidades para 2.968 colaboradores.

Treinamento e Desenvolvimento - 2008

	Nº. de Cursos	Colaboradores	H/h	Custos Envolvidos R\$ mil
Longa Duração	31	82	10.060	332
Curta Duração	313	2.461	8.139	1.070
TV Corporativa	4.600	1.000	n/a	480
Idiomas	204	204	19.584	656
Seminários e Congressos	84	221	1.938	390
Totais	5.232	3.968	39.721	2.928

C – RELAÇÕES TRABALHISTAS E SINDICAIS

O Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2009 estabeleceu:

- Para as empresas controladas - reajuste salarial de 6,61% e abono não incorporável ao salário correspondente a 7,5% de uma remuneração, mais uma parcela fixa de R\$ 2 mil.
- Para as empresas distribuidoras - reajuste salarial de 5,04% e abono não incorporável ao salário correspondente a 7,5% de uma remuneração, mais uma parcela fixa de R\$ 1 mil.
- A longo prazo, no âmbito do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás, vem sendo desenvolvido o processo de unificação das vantagens e benefícios oferecidos aos empregados, conforme abordado anteriormente.



*Eletrobrás - Projeto Mão na Massa
(Foto: Jorge Coelho)*





Itaipu - Estação Ciência -
Centro interativo
de educação científica

(Foto - Alexandre Marchetti)

A – RESPONSABILIDADE SOCIAL

Atualmente, não se tem mais dúvidas de que o crescimento econômico caminha lado a lado com o desenvolvimento social. O Sistema Eletrobrás, até mesmo pela natureza de seu negócio, entende as questões sociais como parte expressiva de sua missão. Isso se reflete no alinhamento de suas práticas de gestão, no conjunto de seus valores organizacionais e na transversalidade de seus programas de energia elétrica.

• Cidadania Empresarial

A atuação do Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobrás, com grupos de trabalho focados nas três dimensões da Sustentabilidade (*triple bottom line*: econômico-financeira, social e ambiental), contribuiu fortemente para a inclusão da Eletrobrás na carteira ISE Bovespa 2008, cujos critérios de avaliação incluem também a dimensão de governança corporativa.

• Diversidade

A busca pela igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sexo, cor, etnia, idade, orientação sexual, origem social, capacidade física ou mental, é um compromisso assumido pela Eletrobrás com o objetivo de dirimir quaisquer formas de discriminação.

A atuação da companhia na promoção da diversidade e na proteção dos direitos humanos está presente nas suas ações de responsabilidade social, com destaque para a inclusão no Selo Pró-Equidade de Gênero 2008, outorgado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). No âmbito do Sistema Eletrobrás, Cepel, Ceal, CGTEE, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional também foram agraciadas.

• Coleta Seletiva Solidária

Em acolhimento ao Decreto Federal nº 5.940/2006, a Eletrobrás doa os resíduos recicláveis gerados em suas dependências para cooperativas ou associações de catadores de recicláveis. O programa visa à geração de renda e à inclusão social dos catadores, além do fortalecimento do debate global sobre o desenvolvimento sustentável, a redução da destinação de resíduos para os aterros e lixões e a minimização dos impactos ambientais.

• Projetos Sociais

A Eletrobrás mantém canais permanentes de comunicação, diálogo e negociação com a sociedade e com as comunidades onde atua, visando contribuir com soluções para os problemas sociais que afetam os segmentos populacionais em situação de risco social e destinando recursos para o apoio e o desenvolvimento de projetos sociais demandados pela sociedade.

• Centros Comunitários de Produção (CCP's)

Com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades rurais beneficiadas com o Programa Luz para Todos, estimulou-se também a criação de Centros Comunitários de Produção (CCPs), facilitando a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos locais.

Durante o ano de 2008, foram inaugurados mais dois desses centros: CCP Santana do Taquaral (fabricação de farinha de mandioca), localizado no Município de Santo Antônio do Leverger (MT); e CCP Rio Bonito (resfriamento e beneficiamento de leite de gado bovino), localizado no Município de Nova Ubiratã (MT). Esses centros tiveram suas análises iniciais de viabilidade técnico-econômica realizadas pelos profissionais da Diretoria de Engenharia.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS 2008 – R\$ mil

Educação	1.584
Saúde e Infra-Estrutura	3.299
Geração de Renda e Trabalho	566
Investimentos Gastos com Educação Ambiental para a Comunidade	200
TOTAL DE INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO 2008	5.649

B - PATROCÍNIO

Em 2008, a Eletrobrás lançou seu primeiro edital de seleção pública de projetos culturais. O Programa Eletrobrás de Cultura teve como foco o patrocínio a projetos teatrais, que serão realizados ao longo do ano de 2009.

Foram investidos R\$ 26,5 milhões em 86 projetos. A ênfase, como já é tradição, esteve no teatro, mas também foram apoiadas outras formas de artes cênicas, as artes integradas, a preservação do patrimônio cultural e o folclore regional, além de encontros e festivais de música, exposições de arte, filmes, livros e CDs. A empresa assinou, ainda, um acordo para revitalizar o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que completa 100 anos em 2009.

O basquete brasileiro, em todas as suas modalidades e faixas etárias, continuou a contar com o apoio oficial da Eletrobrás em 2008. A empresa investiu R\$ 12,8 milhões em projetos esportivos e eventos e apoiou, ainda, a Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas, o que permitiu o envio das seleções masculina e feminina para as Paraolimpíadas de Pequim.

C- COMUNICAÇÃO

O Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás iniciou um período de grandes desafios para a Comunicação da *holding*. A atividade passou a desempenhar papel estratégico na consecução das metas estabelecidas pelo PTSE.

Para fazer frente aos novos desafios, foi iniciado o processo de construção da primeira Política de Comunicação Integrada do Sistema. A efetivação dessa política consolidará o compromisso permanente da *holding* de nortear e integrar as ações das empresas do Sistema Eletrobrás, ao longo da definição e execução dos processos de Comunicação. Esse documento apontará as diretrizes para os investimentos nesta área, levando em consideração todas as orientações do Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobrás.

Em 2008, a Eletrobrás também retomou o reforço em sua imagem institucional, promovendo três grandes campanhas publicitárias – Institucional, Aniversário e PAC –, com um investimento total de R\$ 18,2 milhões, além de campanhas pontuais, realizadas para o apro-



Chesf - Aulas de natação para crianças carente
(Foto: Severino Silva)



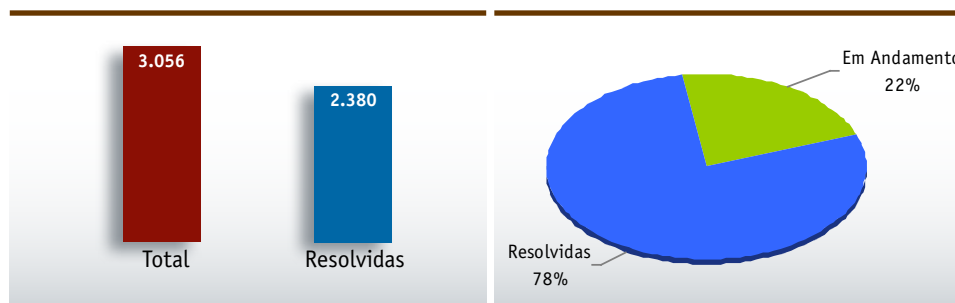
veitamento de oportunidades em veículos estratégicos. Nestas últimas, os aportes foram de R\$ 5,2 milhões.

D – OUVIDORIA

Desde 2005, a Ouvidoria-Geral da Eletrobrás estabelece um canal permanente de comunicação entre a alta administração da empresa, o corpo funcional e a sociedade, para processamento de reclamações, denúncias e pedidos de informações, entre outros.

O encaminhamento de mensagens à Ouvidoria pode ser realizado pelo correio eletrônico, com *link* na *home page* da Eletrobrás, fax, cartas, telefone ou pessoalmente. Além do Canal de Ouvidoria, são recebidas manifestações por meio do Canal de Gênero, destinado a reclamações ligadas a qualquer tipo de discriminação, e do Canal Denúncia, destinado ao recebimento de denúncias que possam interferir no resultado contábil da empresa.

Em 2008, os resultados alcançados foram significativos. Internamente, o processo de atendimento da Ouvidoria foi totalmente informatizado, por meio da implantação do Sistema de Gestão da Ouvidoria (SOU). Esse Sistema passou a protocolar o recebimento das manifestações, permitindo o acompanhamento do trâmite interno, o que reduziu o prazo de atendimento das demandas.



Por outro lado, visando à consolidação definitiva desse tema entre as empresas do Sistema Eletrobrás, foi realizado o 2º Encontro de Ouvidores, que teve por principal objetivo fortalecer o alinhamento conceitual e operacional das ouvidorias do Sistema Eletrobrás (SE), bem como planejar ações em conjunto com a Ouvidoria da *holding*. Nessa mesma linha de atuação integrada, a Ouvidoria da Eletrobrás promoveu a instalação do *software* de gestão de ouvidorias (SOU) em 11 empresas do Sistema.

Como fruto de uma estratégia para a instalação de ouvidorias em todas as empresas do Sistema Eletrobrás, as empresas Furnas, Eletronuclear e Chesf se estruturaram e receberam o sistema SOU e a capacitação de suas equipes através da Ouvidoria da Eletrobrás. Esse desdobramento faz parte de um conjunto de ações que buscam ampliar a transparência na gestão das empresas e no atendimento aos critérios de sustentabilidade do ISE Bovespa, da Bolsa de Nova Iorque (NYSE) e da SOX.

XV – Tecnologia da Informação



*Eletrobrás - Centro de
Processamento de Dados da
Eletrobrás*

(Foto: Jorge Coelho)

Em atendimento aos novos desafios postos para o Sistema Eletrobrás, bem como às diretrizes estabelecidas pelo Plano de Transformação, está em andamento a elaboração de uma Política Integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Seu principal objetivo é elevar o grau de maturidade da governança de TIC das empresas do Sistema, contribuindo para a elevação do grau de maturidade da governança corporativa, para a melhoria do desempenho empresarial, com base no compartilhamento de recursos e ganhos de escala, e para o alinhamento dos processos de negócios às estratégias estabelecidas pelo Sistema.

A elaboração da Política Integrada de TIC é coordenada pelo Comitê de Tecnologia da Informação (Cotise), órgão colegiado de caráter permanente, com representantes de todas as empresas do Sistema Eletrobrás. Entre as ações que deverão estar garantidas pela Política, destacam-se:

- a interoperabilidade dos sistemas de informação das empresas;
- o intercâmbio de sistemas de informação;
- a unificação de aquisições de equipamentos, *softwares*, circuitos de telecomunicação, cursos de capacitação técnica e serviços de TIC;
- o suporte técnico mútuo entre as áreas de TIC;
- a utilização de sistemas padronizados;
- a uniformização e integração de: processos de trabalho, estruturas organizacionais, metodologias de trabalho, normas e procedimentos, planos de capacitação de profissionais, tecnologias de telecomunicações e plataformas de *hardware* e *software*.

XVI – Meio Ambiente



*Chesf - Reservatório de
Sobradinho - BA*

(Foto: Severino Silva)

O respeito ao meio ambiente é uma das grandes marcas da Eletrobrás. Parte expressiva da natureza do negócio da empresa, as questões socioambientais refletem-se no alinhamento de suas práticas de gestão e no apoio a projetos externos. Visando a uma ação coerente, continuamente aprimorada e ajustada à legislação vigente, a Eletrobrás desenvolve atividades na área ambiental junto às empresas do Sistema, implementando uma agenda de trabalho que envolve questões de interesse comum.

Para assegurar a interação entre as empresas e a definição de diretrizes comuns, a Eletrobrás coordena um fórum específico das áreas de Meio Ambiente das empresas do Sistema – o Subcomitê de Meio Ambiente (SCMA). Em 2008, esse fórum e seus nove grupos de trabalho realizaram 29 reuniões, abordando temas como: uso de bordas de reservatórios de usinas hidrelétricas, legislação e custos ambientais, gestão e comunicação ambiental, emissões de gases de efeito estufa e recursos aquáticos.

Destacaram-se, ao longo do ano, os seguintes projetos e respectivas atividades:

- AHE Belo Monte: revisão e complementação dos Estudos de Impacto Ambiental; vistoria no local; apresentação do projeto em foros locais e regionais; interação com as populações afetadas para percepção de suas necessidades; apresentação de resultados parciais ao Ibama; desenvolvimento de estudos antropológicos; reuniões com a Funai; e complementação da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do rio Xingu.
- AHE Garabi (Brasil/Argentina): elaboração, em conjunto com a *Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anônima (Ebisa)*, da Argentina, dos Termos de Referência e do edital para contratação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do rio Uругuai, no trecho da fronteira entre Brasil e Argentina; realização da licitação.
- AHEs Paquitzapango, Sumabeni, Urubamba, Cuquipampa e Vizcatan (Peru): elaboração dos Termos de Referência para os estudos de pré-viabilidade.
- AHE Baynes (Angola/Namíbia): acompanhamento da elaboração do Termo de Referência para os estudos de pré-viabilidade.

Como gestora dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do Proinfa, a Eletrobrás executa também, em caráter permanente, as atividades de acompanhamento ambiental dos 144 empreendimentos integrantes do programa. Em 2008, foram emitidos 82 pareceres de conformidade. No âmbito da gestão do Programa de Operação de Sistemas Isolados, a companhia realiza atividades de identificação e avaliação das principais questões ambientais relacionadas aos parques térmicos e seus entornos.

Na concessão de financiamentos, a dimensão ambiental também está inserida, com avaliações ambientais prévias dos projetos e acompanhamento de sua execução. Os temas ambientais também estão inseridos em projetos de P&D, em parceria com universidades e centros de pesquisa.

Todas essas atividades, exercidas rotineiramente, serão continuadas nos próximos anos. Adicionalmente, estão previstas, ainda, ações como:

- elaboração e emissão do inventário de gases de efeito estufa de usinas termelétricas do Sistema Eletrobrás, referente ao período de 2006 a 2008;
- estruturação de uma biblioteca virtual com a produção técnico-científica das empresas do Sistema na área ambiental;
- estabelecimento de um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental e implementação de um banco de dados para as informações relacionadas com os indicadores, como subsídio à avaliação e à comunicação da melhoria do desempenho socioambiental das empresas do Sistema.

XVII – Prêmios e Reconhecimento



Eletrobrás - Entrega do Premio Tombstone

(Foto: Jorge Coelho)



Alexandre Theme, da Responsabilidade Social da Eletrobrás (à esquerda), recebe o Selo SustentaX, categoria ouro, na II Mostra Fiesp de Responsabilidade Socioambiental, realizada em agosto

(Foto: Jorge Coelho)

De projetos sociais e ambientais à transparência nos negócios, as empresas do Sistema Eletrobrás foram reconhecidas em 2008 pelas suas iniciativas no mercado de energia elétrica.

Pelo segundo ano consecutivo, o Sistema Eletrobrás foi mantido no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), como reconhecimento ao compromisso com as três dimensões da Sustentabilidade: econômico-financeira, social e ambiental.

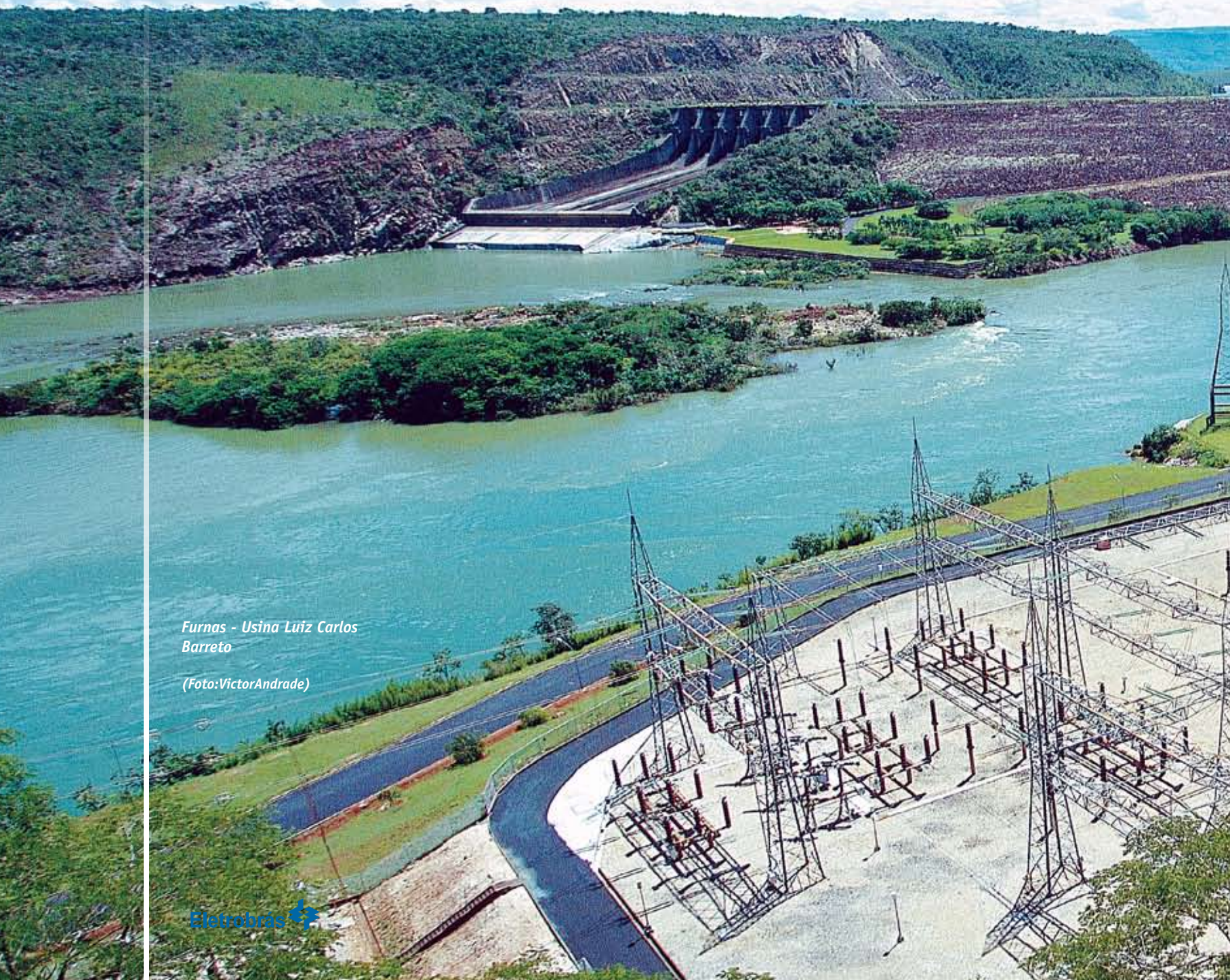
A *holding* recebeu mais um Selo Assiduidade, concedido pela Apimec São Paulo, e seu estande na II Mostra Fiesp de Responsabilidade Socioambiental foi certificado com o Selo SustentaX. No campo da Imagem Institucional, a empresa conquistou ouro no “12º Prêmio de Propaganda O Globo”, na categoria mídia on-line, e prata no 16º Festival Internacional de Publicidade de Gramado.

Também premiada pela divulgação de informações sobre o negócio, a Eletronorte conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Troféu Transparência. A Eletrosul foi eleita, pelo quarto ano consecutivo, pela revista “Isto É Dinheiro”, a melhor empresa de energia elétrica do país. A qualidade no atendimento ao cliente foi o destaque na Boa Vista Energia – a empresa recebeu o Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor. Em Itaipu, foi premiado o turismo: o Complexo Turístico foi eleito “Atração Turística Nacional de 2007”, pela revista “Brasil Travel News” e recebeu o prêmio Destaque Abav-Paraná, pelo desenvolvimento de atrações turísticas com responsabilidade social. A empresa também foi um dos destaques no prêmio de Responsabilidade Social de Turismo, promovido pelo Ministério do Turismo.

Na área de Responsabilidade Social, a Eletronuclear recebeu o Selo Crea-RJ de Responsabilidade Social 2007, em reconhecimento ao Projeto Pomar - Repovoamento Marinho da Baía da Ilha Grande (RJ); e Furnas conquistou, pelo quarto ano consecutivo, o Prêmio Mogi News - Chevrolet de Responsabilidade Social Empresarial do Alto Tietê, com o projeto social “Qualificar com Energia”. Já a CGTEE venceu o 16º Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Tecnologias Socioambientais, pelo projeto “Quintais Orgânicos de Frutas: Contribuição para a Segurança Alimentar em Áreas Rurais, Indígenas e Urbanas”.

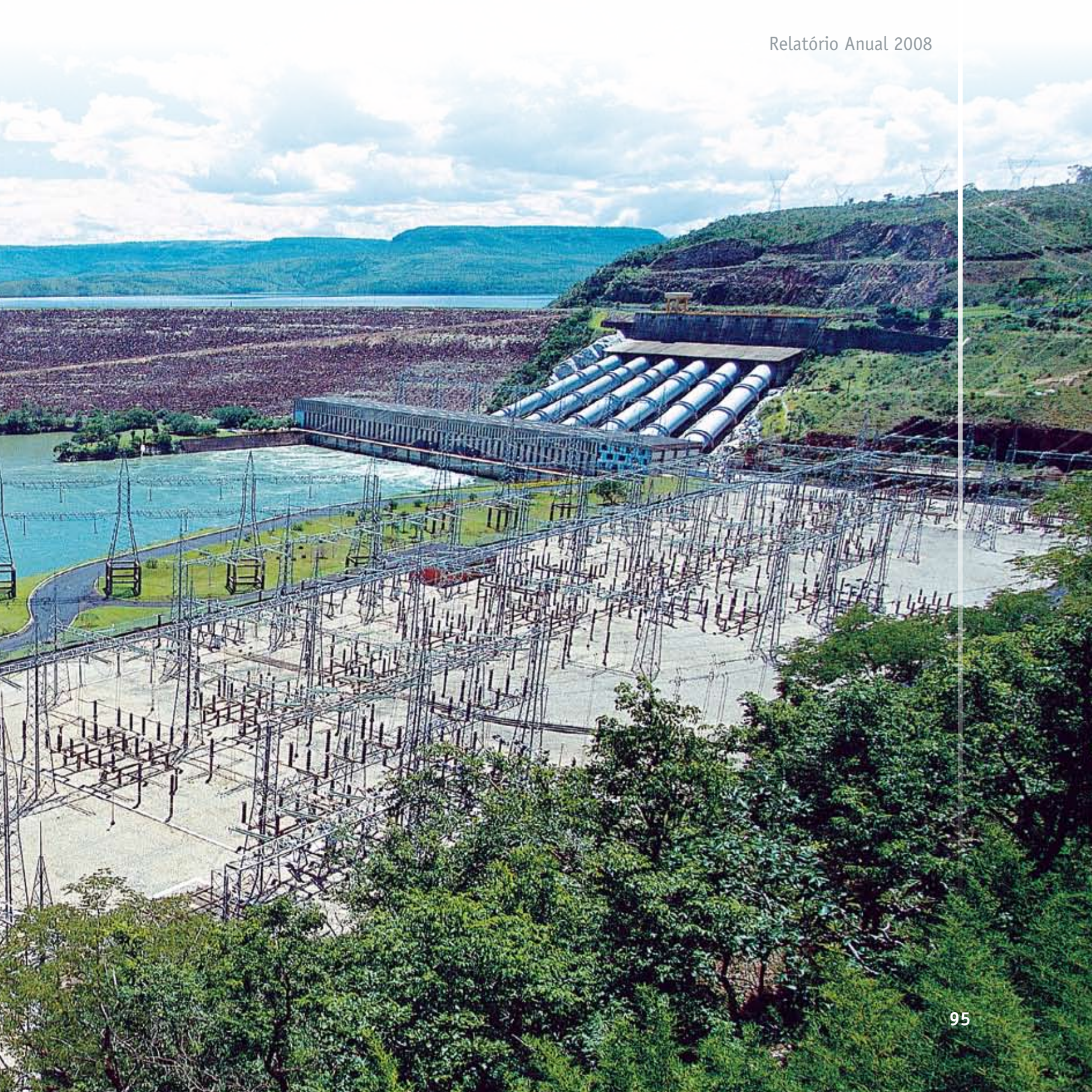
A Eletrobrás foi agraciada com o Selo Pró-Equidade de Gênero, outorgado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), como reconhecimento pelo compromisso com as ações de promoção da igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Além da *holding*, foram contempladas, no Sistema Eletrobrás, Cepel, Ceal, CGTEE, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional.

Demonstrações Contábeis de 2008



*Furnas - Usina Luiz Carlos
Barreto*

(Foto:VictorAndrade)



Índice

Contents	
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO.....	98
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	100
DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	102
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	104
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	106
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	108
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	110
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	112
NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	114
NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	116
NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	121
NOTA 5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	130
NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	134
NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	135
NOTA 8 - CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA	137
NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS.....	139
NOTA 10 - CRÉDITOS RENEGOCIADOS.....	141
NOTA 11 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	144
NOTA 12 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E IMPOSTOS A RECUPERAR	144
NOTA 13 - ATIVO REGULATÓRIO.....	147
NOTA 14 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR	149
NOTA 15 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	150
NOTA 16 - INVESTIMENTOS.....	151
NOTA 17 - IMOBILIZADO	159
NOTA 18 - INTANGÍVEL	160
NOTA 19 - FORNECEDORES.....	161
NOTA 20 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES	161
NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	163
NOTA 22 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO.....	165
NOTA 23 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO	167
NOTA 24 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	168
NOTA 25 - TAXAS REGULAMENTARES.....	170

NOTA 26 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	170
NOTA 27 - CRÉDITOS DO TESOUREO NACIONAL.....	173
NOTA 28 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	173
NOTA 29 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS.....	179
NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS.....	180
NOTA 31 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS.....	192
NOTA 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	194
NOTA 33 - OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA	197
NOTA 34 - DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA.....	198
NOTA 35 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	198
NOTA 36 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS.....	199
NOTA 37 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA.....	199
NOTA 38 - PROVISÕES OPERACIONAIS.....	200
NOTA 39 - RESULTADO FINANCEIRO.....	200
NOTA 40 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA	201
NOTA 41 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS, ADMINISTRADORES E DIRIGENTES	201
NOTA 42 - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.....	201
NOTA 43 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	202
NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	208
NOTA 45 - SEGUROS	216
NOTA 46 - ESTUDOS E PROJETOS	216
NOTA 47 - GOVERNANÇA CORPORATIVA	216
NOTA 48 - RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	217
NOTA 49 - ESCLARECIMENTO DE ASSUNTO RELEVANTE.....	218
Anexo I - CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	220
Anexo II - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS.....	222
Anexo III - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS.....	224
Anexo IV - ATIVO IMOBILIZADO	226
Anexo IV-A - ATIVO IMOBILIZADO	228
Anexo V - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	230
Anexo VI - RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS.....	232
Anexo VII - Siglas Utilizadas.....	234

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de Reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	10.104.427	5.797.710	13.566.386	8.387.789
Consumidores e revendedores	1.709.569	1.349.259	4.341.459	4.182.324
Financiamentos e empréstimos	2.697.114	3.034.328	1.493.271	1.299.066
Conta de Consumo de Combustível - CCC	573.993	337.276	554.748	365.366
Remuneração dos investimentos	1.212.966	635.357	261.093	152.468
Créditos renegociados	84.371	112.803	619.871	526.275
Ativos fiscais diferidos	1.418.353	1.773.215	2.081.850	2.480.999
Direito de ressarcimento	516.766	179.460	516.766	179.460
Devedores diversos	171.165	290.840	377.879	432.539
Almoxarifado	1.879	2.519	759.963	641.840
Despesas pagas antecipadamente	-	-	76.874	90.767
Outros	87.306	74.023	947.497	681.909
	<u>18.577.909</u>	<u>13.586.790</u>	<u>25.597.657</u>	<u>19.420.802</u>
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos	39.537.157	33.488.103	13.467.643	11.941.405
Créditos renegociados	199.646	203.959	2.070.302	1.920.766
Títulos e valores mobiliários	613.374	1.289.672	617.889	1.293.014
Estoque de combustível nuclear	-	-	725.142	657.188
Estudos e projetos	-	292.579	-	312.122
Consumidores e revendedores	-	-	42.024	179.454
Ativos fiscais diferidos	1.348.168	1.351.862	2.786.948	2.526.213
Cauções e depósitos vinculados	-	-	165.138	290.256
Conta de Consumo de Combustível - CCC	572.279	500.512	572.279	500.512
Direito de ressarcimento	4.312.809	590.025	4.312.809	590.025
Outros	73.547	66.426	1.156.724	1.314.571
	<u>46.656.980</u>	<u>37.783.138</u>	<u>25.916.898</u>	<u>21.525.526</u>
Adiantamentos para participação societária	730.281	2.026.483	4.027	4.027
	<u>47.387.261</u>	<u>39.809.621</u>	<u>25.920.924</u>	<u>21.529.553</u>
INVESTIMENTOS	43.682.718	43.062.138	5.896.865	5.193.138
IMOBILIZADO	25.494	28.807	80.262.674	75.262.669
INTANGÍVEL	53.706	55.558	375.811	474.485
DIFERIDO	-	5.891	-	47.261
	<u>43.761.918</u>	<u>43.152.394</u>	<u>86.535.350</u>	<u>80.977.553</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>109.727.088</u>	<u>96.548.805</u>	<u>138.053.932</u>	<u>121.927.908</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	192.181	139.430	1.714.611	1.450.815
Empréstimo compulsório	85.205	96.709	85.205	96.709
Fornecedores	1.676.071	1.269.365	2.594.567	2.476.444
Adiantamento de clientes	15.381	202.250	53.159	237.441
Tributos e contribuições sociais	1.363.854	1.092.560	2.075.726	1.955.794
Conta de Consumo de Combustível - CCC	649.341	515.418	670.482	518.522
Remuneração aos acionistas	1.914.222	881.002	1.948.109	902.915
Créditos do Tesouro Nacional	72.236	58.150	72.236	58.150
Obrigações estimadas	67.835	78.274	550.573	468.148
Obrigações de ressarcimento	923.344	444.225	923.344	444.225
Previdência complementar	-	-	502.699	368.950
Provisões para contingências	-	-	1.481.709	1.095.852
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	269.062	367.101
Taxas regulamentares	-	-	708.285	541.968
Outros	78.910	33.648	637.249	941.602
	<u>7.038.580</u>	<u>4.811.031</u>	<u>14.287.016</u>	<u>11.924.636</u>
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	3.965.930	1.576.872	18.297.562	13.029.068
Créditos do Tesouro Nacional	2.854.201	726.989	2.854.201	726.989
Fornecedores	-	-	24.282	16.668
Reserva Global de Reversão - RGR	7.193.770	6.769.011	7.193.770	6.769.011
Empréstimo compulsório	129.866	202.375	129.866	202.375
Tributos e contribuições sociais	943.882	-	2.713.664	1.690.671
Obrigações para desmobilização de ativos	-	-	266.168	451.017
Adiantamento de clientes	-	-	1.018.488	1.056.761
Conta de Consumo de Combustível - CCC	572.279	500.512	1.432.982	1.431.641
Provisões para contingências	1.009.514	1.037.192	1.695.556	1.881.291
Previdência complementar	-	-	1.567.002	1.841.685
Provisão para passivo a descoberto em controladas	353.921	875.777	-	-
Outros	46.784	85.810	722.346	629.851
	<u>17.070.147</u>	<u>11.774.538</u>	<u>37.915.887</u>	<u>29.727.028</u>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	232.668	313.008
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	26.156.567	24.235.829	26.156.567	24.235.829
Reservas de capital	26.048.342	25.907.304	26.048.342	25.907.304
Reservas de reavaliação	196.906	208.109	196.906	208.109
Reservas de lucros	28.900.908	25.800.369	28.900.908	25.800.369
Ajustes acumulados de conversão	28.285	-	28.285	-
	<u>81.331.008</u>	<u>76.151.611</u>	<u>81.331.008</u>	<u>76.151.611</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.287.353	3.811.625	4.287.353	3.811.625
	<u>85.618.361</u>	<u>79.963.236</u>	<u>85.618.361</u>	<u>79.963.236</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>109.727.088</u>	<u>96.548.805</u>	<u>138.053.932</u>	<u>121.927.908</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA	
	2008	2007 Reclassificado
RECEITAS OPERACIONAIS		
Operações com energia elétrica	10.927.053	7.553.751
(-) Encargos setoriais	-	-
(-) ICMS	-	-
Participações societárias	382.799	1.883.289
Receita de incentivos fiscais	-	-
Outras receitas	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal, Material e Serviços	278.453	318.370
Energia comprada para revenda	9.572.208	7.151.995
Combustível para produção de energia elétrica	-	-
PASEP e COFINS	160.551	86.947
Uso da rede elétrica	-	-
Remuneração e ressarcimento	-	-
Depreciação e amortização	6.864	7.016
Provisões operacionais	303.994	586.483
Resultado a compensar de Itaipu	-	-
Doações e contribuições	153.650	126.400
Outras	150.159	356.712
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	683.973	803.117
RESULTADO FINANCEIRO	7.797.423	597.903
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	8.481.396	1.401.020
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, DO IMPOSTO DE RENDA, DAS PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	8.481.396	1.401.020
Imposto de renda	(1.700.759)	146.976
Contribuição social sobre o lucro líquido	(621.140)	17.861
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	6.159.497	1.565.857
Participação nos lucros	(23.000)	(18.000)
Participação minoritária	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.136.497	1.547.857
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	R\$5,42	R\$1,37

CONSOLIDADO				
Trimestres			2008	2007
4T/08	até 3T/08	4T/07 Reclassificado		Reclassificado
9.573.586	21.877.178	7.257.804	31.450.764	25.603.572
(307.947)	(883.726)	(346.697)	(1.191.673)	(1.235.991)
(265.409)	(719.199)	(256.814)	(984.608)	(882.750)
48.119	617.414	303.717	665.533	753.292
343.251	-	-	343.251	-
308.947	139.669	370.517	448.616	496.746
1.547.196	3.892.446	1.453.565	5.439.642	4.918.538
3.319.965	5.512.349	1.871.289	8.832.314	6.420.631
244.107	914.749	197.732	1.158.856	632.826
371.610	1.093.199	368.549	1.464.809	1.124.658
293.442	807.778	237.860	1.101.220	976.647
301.968	798.809	655.476	1.100.777	1.095.234
590.371	1.749.533	507.933	2.339.904	2.127.479
1.260.170	283.921	92.670	1.544.091	1.105.122
342.664	493.221	319.968	835.885	694.088
85.573	132.340	55.213	217.913	198.990
(137.322)	632.642	793.951	495.320	1.906.767
1.480.803	4.720.349	774.321	6.201.152	3.533.889
2.799.238	584.530	1.517.766	3.383.768	(1.208.663)
262.258	(294.516)	-	(32.258)	-
4.542.299	5.010.363	2.292.087	9.552.662	2.325.226
-	-	(22.237)	-	(41.309)
4.542.299	5.010.363	2.269.850	9.552.662	2.283.917
(930.938)	(1.431.921)	(354.029)	(2.362.859)	(415.322)
(343.017)	(520.639)	(116.618)	(863.656)	(172.612)
3.268.344	3.057.803	1.799.203	6.326.147	1.695.983
(176.817)	-	(159.983)	(176.817)	(159.926)
(53.117)	40.284	(48)	(12.833)	11.800
3.038.410	3.098.087	1.639.172	6.136.497	1.547.857
R\$2,68	R\$2,74	R\$1,45	R\$5,42	R\$1,37

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2008	31/12/2007 Reclassificado	31/12/2008	31/12/2007 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	6.136.497	1.547.857	6.136.497	1.547.857
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	6.864	7.016	2.339.904	2.128.575
Variações monetárias líquidas de longo prazo	(4.811.429)	2.536.733	(2.945.187)	3.153.574
Ajuste dos investimentos	(199.702)	(1.455.947)	(162.578)	(306.002)
Ativo Regulatório	(1.409.637)	(287.746)	(1.410.394)	(287.746)
Provisões de longo prazo	535.906	(938.109)	775.543	(942.233)
Ajuste a valor presente	(7.159)	-	(113.672)	-
Participação minoritária no resultado	-	-	176.817	(11.847)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.511.749	1.283.075	1.522.506	1.289.037
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	107.868	(694.088)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	770.293	-
Baixas e alienações de ativos	-	-	58.160	46.328
Outras	302.330	416.886	704.836	112.285
Sub total	2.065.419	3.109.765	7.960.593	6.035.740
Acréscimos (decréscimos) nos ativos operacionais				
Consumidores e revendedores	(360.310)	(168.865)	(159.135)	292.647
Financiamentos e empréstimos - principal	251.415	183.695	(170.960)	251.204
Financiamentos e empréstimos - encargos	85.799	2.767.053	(23.244)	(308.907)
Conta de consumo de combustível - CCC	(236.717)	280.454	(189.382)	269.600
Remuneração dos investimentos	(577.609)	(91.626)	(108.624)	21.987
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Créditos renegociados	28.432	(5.868)	(93.596)	(174.117)
Créditos tributários	354.862	(559.794)	399.149	(609.681)
Direito de ressarcimento	(337.306)	96.008	(337.306)	(97.802)
Devedores diversos	119.675	(288.562)	54.660	(299.307)
Almoxarifado	640	(92)	(118.123)	(78.664)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	15.697	(38.998)
Outros	(13.286)	(8.391)	(267.394)	(148.573)
	(684.405)	2.204.012	(998.258)	(920.611)
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais				
Obrigações de ressarcimento	479.119	250.415	479.119	(388.936)
Financiamentos e empréstimos - principal	39.176	(26.902)	233.671	(598.198)
Financiamentos e empréstimos - encargos	13.575	(3.636)	30.124	55.580
Empréstimo compulsório	(11.504)	(14.397)	(11.504)	(14.397)
Fornecedores	406.706	109.444	118.123	171.208
Adiantamento de clientes	(186.869)	99.863	(184.282)	102.532
Tributos e contribuições sociais	271.294	174.077	119.932	431.050
Conta de Consumo de Combustível - CCC	133.923	(321.460)	151.960	(358.504)
Remuneração aos acionistas (dividendos a pagar)	1.033.220	314.505	1.045.195	311.704
Créditos do Tesouro Nacional	14.086	7.027	14.086	7.027
Obrigações estimadas	(10.439)	70.992	82.426	173.483
Previdência complementar	-	-	133.749	23.027
Provisões para contingências	-	-	385.857	97.841
Taxa regulamentares	-	-	(147.670)	317.470
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	166.317	444.225
Outros	45.263	(239.106)	(254.723)	411.259
	2.227.550	420.822	2.362.380	1.186.371
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	3.608.564	5.734.599	9.324.715	6.301.500

continua...

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		...continuação CONSOLIDADO	
	31/12/2008	31/12/2007 Reclassificado	31/12/2008	31/12/2007 Reclassificado
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	1.403.383	-	2.002.621	1.503.372
Financiamentos obtidos de longo prazo transferidos para o circulante	(1.305.028)	(772.109)	(2.369.498)	(2.419.250)
Remuneração aos acionistas	(1.715.254)	(703.486)	(1.718.778)	(751.127)
Empréstimos e financiamentos concedidos - liberações	(2.473.197)	(3.413.978)	(740.316)	(1.295.055)
Empréstimos e financiamentos concedidos - recebimento	4.888.858	3.309.303	1.682.382	4.549.316
Transferências do realizável a longo prazo para o circulante	244.690	-	1.118.000	(612.594)
Refinanciamentos obtidos (transf. do passivo circ. para o não circ.)	-	28.010	102.985	64.438
Refinanciamentos concedidos (transf. do circ. para realiz. longo prazo)	(2.493.905)	(1.850.465)	(144.469)	(2.236.442)
Empréstimo compulsório e RGR	950.632	875.571	950.632	875.571
Outros	77.849	16.640	(294.109)	(813.468)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento	(421.972)	(2.510.514)	589.450	(1.135.239)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado	(23.656)	(8.013)	(4.243.661)	(3.521.642)
Investimentos	(168.050)	(538.534)	(837.525)	900.294
Dividendos recebidos	1.311.831	-	345.618	-
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	1.120.125	(546.547)	(4.735.568)	(2.621.348)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	4.306.717	2.677.538	5.178.597	2.544.913
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.797.710	3.120.172	8.387.789	5.842.876
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.104.427	5.797.710	13.566.386	8.387.789
	4.306.717	2.677.538	5.178.597	2.544.913

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
Em 31 de dezembro de 2006	24.235.829	25.907.304	230.538
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98			(22.429)
Realização de reservas de reavaliação			
Lucro líquido do exercício			
Destinação do resultado:			
Constituição de reservas			
Remuneração aos acionistas			
Em 31 de dezembro de 2007	24.235.829	25.907.304	208.109
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007			
Controladora			
Empresas avaliadas pelo MEP			
Incorporação de reservas de lucros	1.859.401		
Conversão de Empréstimo Compulsório	61.337	141.038	
Ajustes acumulados de conversão			
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98			(11.203)
Realização de reservas de reavaliação			
Lucro líquido do exercício			
Destinação do resultado:			
Constituição de reservas			
Remuneração aos acionistas			
Em 31 de dezembro de 2008	<u>26.156.567</u>	<u>26.048.342</u>	<u>196.906</u>

RESERVAS DE LUCROS				AJUSTES ACUMULADOS DE CONVERSÃO	LUCROS ACUMULADOS	ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LEGAL	ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS				
1.653.645	14.910.344	7.421.522	68.748			3.407.858	77.835.788
		879.310				403.767	1.283.077
					22.429		-
					1.547.857		1.547.857
77.393	789.407				(866.800)		-
					(703.486)		(703.486)
1.731.038	15.699.751	8.300.832	68.748			3.811.625	79.963.236
					(767.186)		(767.186)
					258.654		258.654
	(1.790.653)		(68.748)				-
				28.285			202.375
		1.036.026				475.728	28.285
					11.203		1.511.754
					6.136.497		-
							6.136.497
306.824	3.129.614		487.476		(3.923.914)		-
					(1.715.254)		(1.715.254)
<u>2.037.862</u>	<u>17.038.712</u>	<u>9.336.858</u>	<u>487.476</u>	<u>28.285</u>	<u>-</u>	<u>4.287.353</u>	<u>85.618.361</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais)

	2008		2007	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	10.766.502	29.760.956	7.553.751	26.100.318
Não operacionais	-	-	-	(41.309)
	<u>10.766.502</u>	<u>29.760.956</u>	<u>7.553.751</u>	<u>26.059.009</u>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(361.321)	(5.533.156)	(541.057)	(6.545.100)
Encargos setoriais	-	(1.191.673)	-	(1.235.991)
Energia comprada para revenda	(9.572.208)	(8.832.314)	(7.151.995)	(6.420.631)
Combustível para produção de energia elétrica	-	(1.158.856)	-	(632.826)
	<u>(9.933.529)</u>	<u>(16.715.999)</u>	<u>(7.693.052)</u>	<u>(14.834.548)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>832.973</u>	<u>13.044.957</u>	<u>(139.301)</u>	<u>11.224.461</u>
4 - RETENÇÕES				
Provisões operacionais	(303.994)	(1.544.091)	(586.483)	(1.105.122)
Depreciação, amortização e exaustão	(6.864)	(2.339.904)	(7.016)	(2.127.479)
	<u>(310.858)</u>	<u>(3.883.995)</u>	<u>(593.499)</u>	<u>(3.232.601)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>522.115</u>	<u>9.160.962</u>	<u>(732.800)</u>	<u>7.991.860</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	382.799	665.533	1.883.289	753.292
Receitas financeiras	9.853.101	6.425.431	2.398.932	1.595.159
	<u>10.235.900</u>	<u>7.090.964</u>	<u>4.282.221</u>	<u>2.348.451</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>10.758.015</u>	<u>16.251.926</u>	<u>3.549.421</u>	<u>10.340.311</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal , encargos e honorários	200.973	3.392.799	248.352	3.003.916
. Participação de empregados nos lucros	23.000	176.817	18.000	159.926
. Plano de aposentadoria e pensão	19.968	277.635	12.073	229.448
	<u>243.941</u>	<u>3.847.251</u>	<u>278.425</u>	<u>3.393.290</u>
TRIBUTOS				
. Impostos, taxas e contribuições	<u>2.321.899</u>	<u>3.226.515</u>	<u>(77.890)</u>	<u>2.595.342</u>
ENCARGOS FINANCEIROS E ALUGUEIS	<u>2.055.678</u>	<u>3.041.663</u>	<u>1.801.029</u>	<u>2.803.822</u>
ACIONISTAS				
. Dividendos e juros sobre capital próprio	1.715.254	1.715.254	703.486	703.486
. Participação de acionistas não controladores	-	(12.833)	-	11.800
. Lucros retidos	4.421.243	4.434.076	844.371	832.571
	<u>6.136.497</u>	<u>6.136.497</u>	<u>1.547.857</u>	<u>1.547.857</u>
	<u>10.758.015</u>	<u>16.251.926</u>	<u>3.549.421</u>	<u>10.340.311</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

I - Informações Gerais

A Eletrobrás é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na *Securities and Exchange Commission - SEC*, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (Bovespa) - Brasil, Madri (Latibex) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras de energia elétrica, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no país e no exterior, a empresas que atuam no serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do país ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

II - Participação Societária

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em sete empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A., Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, Manaus Energia S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Eletroacre, Ceron, Ceal e Cepisa.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar (anteriormente denominada Lightpar Participações S.A.) e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai.

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia S.A., controlada integral da Eletronorte, que atua na geração e distribuição de energia elétrica no estado de Roraima.

III - Negócios no exterior

Em 7 de abril de 2008, foi publicada a Lei 11.651, que autoriza a Eletrobrás, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica.

IV - Comercialização de Energia Elétrica

A Companhia atua como agente responsável pela comercialização da energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional e pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, que visa promover a diversificação da matriz energética brasileira e a busca de fontes renováveis de energia elétrica.

V - Gestão de Recursos Setoriais

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia, financiam programas do governo geral de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir (vide Nota 17 e Anexo IV e IV-A):

I - Geração de Energia Elétrica

	RIO	CAPACIDADE (MW)	VENCIMENTO
EM OPERAÇÃO			
UHE Furnas	Grande	1.216	07/2015
UHE Estreito	Grande	1.050	07/2015
UHE Marimbondo	Grande	1.440	03/2017
UHE Itumbiara	Paranaíba	2.082	02/2020
UHE Serra da Mesa	Tocantins	1.275	05/2011
UHE Luiz Gonzaga	São Francisco	1.479	10/2015
UHE Xingo	São Francisco	3.162	10/2015
UHE Sobradinho	São Francisco	1.050	02/2022
UHE Tucuruí	Tocantins	8.370	07/2024
UHE Complexo Paulo Afonso	São Francisco	3.880	10/2015
UTE Santa Cruz	-	766	07/2015
Outras concessões de geração	-	2.552	Até 2035
EM CONSTRUÇÃO			
UHE Simplício	Paraíba do Sul	334	08/2041
UHE Baguari	Doce	140	08/2041
UHE Batalha	São Marcos	53	08/2041
		28.848	

A capacidade total instalada das usinas do Sistema Eletrobrás, considerando Itaipu Binacional e Eletronuclear, é de cerca de 39.400 MW. A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;

- b) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva; e
- c) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do país de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado.

II - Transmissão de Energia Elétrica

A capacidade de transmissão do Sistema Eletrobrás está demonstrada a seguir:

	LINHAS EM KM	SUBESTAÇÕES	VENCIMENTO
Furnas	19.278	47	07/2015
Eletronorte	10.574	59	07/2015
Chesf	18.468	83	06/2037
Eletrosul	10.075	36	07/2015
Manaus	613	22	07/2015
	59.008	247	

III - Distribuição de Energia Elétrica

COMPANHIA	REGIÃO GEOGRÁFICA	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	PRAZO CONCESSÃO
Eletoacre	Estado do Acre	25	2015
Ceron	Estado de Rondônia	52	2015
Ceal	Estado de Alagoas	102	2015
Cepisa	Estado do Piauí	224	2015
Manaus Energia	Estado de Manaus	62	2015

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras, controladora e consolidado, são de responsabilidade da administração da Companhia, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/1976 e suas alterações posteriores, além de regulamentações e disposições complementares emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A Lei 11.638/2007, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de março de 2009, pelo Ato do Congresso Nacional nº 3, de 04 de março de 2009, alteraram e revogaram dispositivos da Lei 6.404/76, objetivando a convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas internacionais.

A Companhia adotou pela primeira vez os pronunciamentos emitidos pelo CPC, quando aplicável, na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício de 2008, de forma integral e sem ressalvas, tendo refletido os ajustes iniciais em 1º de janeiro de 2008, data de transição, conforme facultado pela Deliberação CVM 565/2008, na conta de lucros acumulados, sem efeitos retrospectivos sobre as Demonstrações Financeiras de 2007 aqui apresentadas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes até 31 de dezembro de 2007.

A Medida Provisória 449/2008 instituiu, também, o Regime Tributário de Transição - RTT, estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os efeitos decorrentes da introdução da nova legislação contábil brasileira.

A autorização para conclusão destas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 20 de março de 2009, encaminhando-as ao Conselho de Administração.

As modificações introduzidas nas práticas contábeis brasileiras podem ser sumariamente resumidas como segue:

I - Que afetaram a preparação e a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas:

a) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Doar

Substituição da Doar pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. Consoante item 51 do Pronunciamento CPC 13, a Companhia não está apresentando a Doar para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A Companhia já adotava a prática de apresentar a DFC.

b) Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Inclusão da apresentação da DVA, que tem por finalidade demonstrar o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e da alocação da riqueza gerada. A Companhia já adotava prática de apresentar a DVA.

c) Intangível

Criação, no Balanço Patrimonial, de novo grupo de contas denominado Intangível, para fins de registro de direitos incorpóreos destinados à manutenção e operação da Companhia.

d) Ativo Diferido

Eliminação do grupo de contas denominado Ativo Diferido. Dessa forma, a Companhia optou por alocar em outros grupos de ativos - Imobilizado e Intangível, quando qualificáveis, ou por efetuar a baixa dos gastos diferidos que não puderam ser alocados em ativos, na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais.

e) Ajustes Acumulados de Conversão de Demonstrações Financeiras

Criação, no Patrimônio Líquido, de subgrupo de contas denominado Ajustes Acumulados de Conversão, destinado ao registro de efeitos decorrentes da variação de taxas de câmbio em investimentos e conversões de Demonstrações Financeiras apresentadas em moedas funcionais distintas da investidora.

f) Reserva de Reavaliação

Em atendimento às novas regras contábeis instituídas, fica proibida a reavaliação de ativos e o consequente reconhecimento de reserva de reavaliação. A Companhia possui registro deste tipo de reserva decorrente de investimentos em coligadas avaliadas por equivalência patrimonial. Nesse sentido, a Companhia está seguindo os procedimentos adotados por suas coligadas Celpa e Cemat, que realizaram, no passado, reavaliação do ativo imobilizado.

g) Resultado não-operacional

Foi eliminada a segregação entre os resultados operacionais e os não-operacionais. Os valores até então registrados em contas representativas de resultados não operacionais passam a ser classificados e apresentados como contas de Outras Despesas e Receitas, no grupo Operacional.

h) Instrumentos Financeiros

A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. Na aplicação inicial da Lei, é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição. A Companhia aplicou as regras de classificação e mensuração, previstas no Pronunciamento CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos, Mensuração e Evidenciação.

i) Ajuste a Valor Presente

Em atendimento à Deliberação CVM 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento CPC 12, a Companhia e as suas controladas reconheceram o ajuste a valor presente sobre saldos de ativos e passivos de longo prazo, quando aplicáveis. Até 31 de dezembro de 2007, os correspondentes saldos estavam registrados e apresentados pelos seus valores nominais. Conforme definições constantes do Pronunciamento CPC 13 - Adoção inicial da Lei 11.638/2007, e Medida Provisória 449/2008, aprovada pela Deliberação CVM 565/2008, tal ajuste foi realizado, na data de transição, contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

j) Valor de Recuperação de Ativos

Em atendimento aos requisitos emanados pela Deliberação CVM 527, de 1º de novembro de 2007, que aprova o Pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia e suas controladas realizaram os testes necessários a fim de verificar a recuperabilidade de seus ativos, tomados em conjunto, ou seja, como unidades geradoras de caixa.

k) Equivalência Patrimonial

Conforme a alteração dos parâmetros para definição sobre quais investimentos devem ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas passaram a aplicar essa forma de avaliação aos investimentos permanentes mantidos em empresas no qual possuam 20%, ou mais, de participação no capital votante ou exerçam influência significativa sobre a administração da investida.

l) Reserva de Capital - Doações e Subvenções para Investimentos

Em atendimento à Lei 11.638/2007 e à Medida Provisória 449/2008, e de acordo com o Pronunciamento CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamental, passou-se a aplicar o critério de reconhecer os valores correspondentes como receita operacional. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 - adoção inicial da Lei 11.638/2007 e da Medida Provisória 449/2008, os saldos da reserva de capital - doações e subvenções para investimentos serão mantidos na conta até sua total utilização.

m) Efeitos Tributários da Aplicação Inicial da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório (RTT), instituído pela Medida Provisória 449/2008, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins, para o biênio 2008 - 2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a instrução CVM 371/2002.

II - Que não afetaram a preparação e a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas:

a) **Arrendamento Mercantil**

Obrigatoriedade de registro no Ativo Imobilizado dos direitos que a entidade detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades decorrentes de arrendamento mercantil financeiro, que transfiram ao arrendador os benefícios, riscos e controle sobre os bens. A administração da Companhia e de suas controladas não identifica nenhuma operação que se enquadre no Pronunciamento CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.

b) **Remuneração baseada em ações**

Os custos relacionados a remunerações baseadas em ações, concedidas aos executivos da entidade, devem ser registrados e destacados nas Demonstrações Financeiras. A administração da Companhia e de suas controladas não praticam remunerações que se enquadrem no Pronunciamento CPC 10 - Pagamento baseado em ações.

c) **Resultados de Exercícios Futuros**

Eliminação, no Balanço Patrimonial, do grupo de contas denominado Resultados de Exercícios Futuros.

d) **Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Novo subgrupo do Patrimônio Líquido, conforme §3º do artigo 182 da Lei das S.A. 6.404/76, com redação dada pela MP 449/08, no qual devem ser classificadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação ao valor justo.

III - Efeitos no lucro líquido do exercício e no patrimônio líquido decorrentes das novas práticas contábeis (disposições adotadas a partir do exercício de 2008), demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA	
	2008	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo conforme prática contábil anterior - Lei 6.404/1976	6.408.768	86.121.846
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/2007 e da Medida Provisória 449/2008:		
Controladora:	7.159	(762.139)
- Baixa de gastos diferidos com estudos e projetos	-	(292.579)
- Diferenças temporárias de IR/CSSL	-	99.477
- Ajuste a valor presente (AVP) de Partes Beneficiárias	7.159	(569.037)
Controladas por equivalência:	(279.430)	258.654
- AVP - Créditos ICMS Ativo Permanente	1.239	(4.659)
- AVP - Descomissionamento de Usinas Termonucleares	106.296	264.686
- Baixa de gastos diferidos	(892)	(7.646)
- Diferenças temporárias de IR/CSSL	(36.543)	(88.061)
- Novas empresas avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	70.618	94.334
- Incentivos fiscais	341.360	-
- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(761.508)	-
Saldo conforme prática contábil atual	6.136.497	85.618.361

As reclassificações ocorridas nas demonstrações financeiras de dezembro de 2007 não se referem aos ajustes de adaptação à Lei 11.638/2007, de 28 de dezembro de 2007, e à Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, referindo-se substancialmente ao efeito da consolidação das empresas de distribuição e à reclassificação apontada na nota explicativa 28.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) foram adotadas as práticas contábeis descritas a seguir:

I - GERAIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão demonstradas ao custo e são representadas substancialmente por aplicações financeiras de curto prazo, acrescidas das remunerações obtidas até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, e não excedem ao seu valor de mercado (vide Nota 6).

b) Instrumentos Financeiros

Investimentos são reconhecidos e baixados na data da transação dentro de um cronograma estabelecido pelo mercado ao qual pertence. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação reconhecidos ao valor justo; e (b) ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados, sendo que a administração da Companhia de suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros no momento inicial.

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são unicamente os instrumentos financeiros derivativos, os quais são classificados como mantidos para negociação. Os instrumentos financeiros dessa categoria são classificados no circulante e reconhecidos pelo custo de aquisição na data em que são contratados e subsequentemente mensurados ao seu valor justo, sendo os ganhos ou as perdas registrados como receitas ou despesas financeiras do exercício.

Os demais instrumentos financeiros, compreendendo basicamente as aplicações financeiras, os títulos e valores mobiliários e os empréstimos e financiamentos, são mantidos até o vencimento e são mensurados ao custo de contratação, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e condições contratuais, sendo registrados ao resultado dos exercícios de acordo com o período de competência. Os instrumentos são ajustados ao valor provável de realização.

c) Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

São reconhecidas pelo custo de aquisição e deduzidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos riscos de realização, em níveis considerados suficientes pela administração da Companhia e de suas controladas para cobrir eventuais perdas (vide Anexo I).

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

d) Financiamentos e Empréstimos Concedidos

Os financiamentos e empréstimos concedidos (vide Anexo II), e seus respectivos encargos apropriados até a data do Balanço, são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial.

e) Investimentos em Participações Societárias

Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação acionária equivalente a 20% ou mais do capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Para fins de apuração da equivalência patrimonial e consolidação de investimentos mantidos em empresas com moeda funcional distinta da investidora, os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial, quando da conversão das Demonstrações Financeiras para reais, de acordo com o CPC 2, são reconhecidos na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, no Patrimônio Líquido, sendo alocados ao resultado do exercício quando da alienação do investimento.

As contas de resultado e a posição patrimonial de investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas, são convertidas para a moeda de apresentação.

f) Transações em moeda estrangeira

Os saldos dos itens monetários em moedas estrangeiras são apresentados pela taxa de câmbio na data do Balanço. Para os itens não monetários avaliados pelo custo, toma-se por base a taxa de câmbio vigente à data da transação, e para os itens não monetários avaliados pelo valor justo, toma-se por base a taxa de câmbio da data da determinação do valor.

Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial, verificada nas liquidações das operações, e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

g) Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo in-

tangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

h) Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional, quando incorridos, até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica, ou da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia e de suas controladas avalia anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Caso sejam identificadas evidências de não recuperabilidade, a administração da Companhia e de suas controladas estima o valor recuperável destes ativos. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). Esta perda correspondente à não recuperabilidade do ativo ou unidade geradora de caixa é reconhecida no resultado do exercício.

Quando não for possível, ou quando impraticável, estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete as condições de mercado, valor do dinheiro corrente no tempo e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

O valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa pode ser revisto e, caso aumente no futuro, a provisão para perdas na recuperabilidade de ativos (*impairment*) reconhecida no passado é revertida, total ou em parte, com efeito no resultado do exercício em que a recuperação for verificada, ajustando o valor contábil do ativo ao seu novo e provável valor de recuperação, limitado ao valor contábil original do ativo ou unidade geradora de caixa.

O montante recuperável, identificado pela administração da Companhia e de suas controladas, corresponde, portanto, ao valor justo do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa.

j) Empréstimos e Financiamentos Obtidos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação, e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço, vide Anexo V.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM 273, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002, estão registrados no ativo circulante e não circulante, e passivo circulante e não circulante, respectivamente, os ativos diferidos e as obrigações fiscais diferidas calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social (vide Notas 12 e 24).

l) Receitas e Despesas Financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e obtidos, e operações com instrumentos financeiros.

m) Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas adotam as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM 371/2000 para reconhecimento da avaliação atuarial do fundo de pensão de seus empregados. Eventuais ganhos atuariais com planos de benefícios definidos de seus empregados são reconhecidos somente até o limite do valor dos instrumentos financeiros não incluídos no valor justo dos ativos da fundação. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações de premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria, e os compromissos atuariais relacionados a planos de assistência médica, são reconhecidos no resultado do exercício segundo o método do corredor.

n) Provisões para Contingências

As provisões são reconhecidas quando um evento passado pode gerar uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos, e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das Demonstrações Financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas.

o) Estimativas contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Companhia e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas, a administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

I) Ativo Fiscal Diferido - o método utilizado para a apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para a determinação do IRPJ e CSLL diferidos, gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais, e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração, quando da definição da necessidade de se registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração - A administração da Companhia e de suas controladas adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração, para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro. Isto, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representam as práticas determinadas pela Aneel, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica. Podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo da concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado.

p) Juros sobre o Capital Próprio - JCP

Para fins societários e contábeis, estão apresentados como destinação do resultado do exercício, diretamente no Patrimônio Líquido, observada a legislação tributária específica, que determina que o JCP transite por contas de resultado.

O JCP imputado aos dividendos do exercício é calculado tendo como limite uma porcentagem sobre o Patrimônio Líquido, usando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

q) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos são demonstrados por seu valor de realização, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data das Demonstrações Financeiras são considerados como não circulantes.

r) Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

Os incentivos fiscais foram registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07. A parcela do lucro decorrente destes incentivos fiscais foi totalmente destinada à reserva de lucros denominada Reserva de Incentivos Fiscais, e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

II - PRÁTICAS DO SETOR ELÉTRICO

a) Depreciação do Imobilizado em Serviço

As taxas anuais de depreciação são calculadas de acordo com a Instrução ANEEL 44, de 17 de março de 1999. A depreciação é calculada pelo método linear. (vide Nota 17 e anexos IV e IV-A).

b) Imobilizado em Curso

De acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais) relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados como parte dos custos de construção.

Despesas administrativas gerais são alocadas ao imobilizado em andamento. A alocação de custos diretos com pessoal e serviços de terceiros é permitida com base em critérios estabelecidos pela Agência Reguladora Aneel (vide Nota 17 e anexos IV e IV-A).

c) Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável.

Conforme dispensa prevista no Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/2007 e Medida Provisória 449/2008, a Companhia e suas controladas efetuarão a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica de seus bens a partir de 1º de janeiro de 2009. Para os bens vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, as empresas controladas seguirão a estimativa de vida útil econômica estipulada pela Aneel.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, com origem em arrendamentos mercantis financeiros, são registrados no imobilizado, em contrapartida de dívida de financiamento. Os ativos são sujeitos à depreciação, observada a sua vida útil econômica estimada.

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil dos seus ativos de longa duração mantidos e utilizados em suas operações, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperável.

d) Obrigações Vinculadas à Concessão

São registradas obrigações em contrapartida de contribuições recebidas da União e de consumidores, exclusivamente para o investimento na rede de distribuição de energia elétrica. A obrigação é registrada como redutora do ativo imobilizado, sendo, no tér-

mino da concessão, compensada contra os ativos correspondentes, incluindo aqueles adquiridos com as contribuições recebidas da União e de consumidores. O prazo da concessão de serviço público é firmado pela Aneel (vide Nota 17 e anexos IV e IV-A).

e) Almojarifado

Os materiais de almojarifado, classificados no ativo circulante, são registrados ao custo médio de aquisição, e aqueles destinados à construção do ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante - imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização.

f) Decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico

De acordo com o estabelecido pela Resolução 72 da Aneel, de 07 de fevereiro de 2002, é apresentado na rubrica consumidores e revendedores o valor referente à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, definida pela Resolução 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 (vide Nota 13).

g) Obrigações para Desmobilização de Ativos

Conforme previsto no Manual de Contabilidade da Aneel, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares, com o objetivo de alocar, ao respectivo período de operação, os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional ao término da vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado a valor presente do exercício, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte americano (vide Nota 31).

h) Estoque de Combustível Nuclear

O concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e na chamada piscina destinada a elementos utilizados - PCU são registrados pelo custo de aquisição.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia (vide Nota 14).

i) Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas são inicialmente registrados no Ativo Circulante e, após a retomada da operação da usina, são apropriados ao resultado em quotas mensais, até o início da próxima parada.

j) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobrás administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários.

k) Reserva Global de Reversão - RGR

Os saques efetuados pela Eletrobrás junto à RGR, destinados à concessão de empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano, a partir da vigência da Lei 8.631, de 4 de março de 1993 (vide Nota 23).

l) Empréstimo Compulsório

É registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E, e juros de 6% ao ano (vide Nota 22).

III - PRÁTICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS DE ITAIPU BINACIONAL

Para a contabilização de suas operações, Itaipu Binacional segue as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e no Paraguai, observadas as disposições específicas estabelecidas no Tratado Internacional, firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a Itaipu Binacional, sendo as principais disposições descritas abaixo:

- a) não é registrada a depreciação de suas instalações, por ter sua receita calculada com base nos encargos do passivo, e por não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no Anexo "C", do Tratado Internacional Brasil-Paraguai;
- b) os resultados acumulados não integram o Patrimônio Líquido e são alocados na rubrica Resultados a Compensar, transferida para o ativo imobilizado; e
- c) a remuneração sobre capital próprio dos acionistas não leva em consideração a realização de lucros, sendo apresentado como despesa operacional no resultado.

NOTA 5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

I) As Demonstrações Financeiras Consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e das operações dos exercicios findos nestas datas, da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado. As Demonstrações Financeiras elaboradas em moeda funcional distinta da controladora são convertidas para a moeda de apresentação no Brasil, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações financeiras, e incluem as seguintes empresas, além da Eletrobrás:

	PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS	
	2008 e 2007	
	Direta	Indireta
Furnas	99,54%	-
Chesf	99,45%	-
Eletrosul	99,71%	-
Eletronorte	98,68%	-
Eletronuclear	99,81%	-
Itaipu Binacional (*)	50,00%	-
CGTEE	99,94%	-
Eletropar	81,61%	-
Ceron	99,96%	-
Ceal	75,16%	-
Cepisa	98,56%	-
Eletoacre	93,29%	-
Manaus Energia (**)	100,00%	-
Boa Vista Energia (***)	-	100,00%
FIDC Furnas I (****)	-	100,00%
FIDC Furnas II (****)	-	100,00%

(*) Controlada em conjunto com a ANDE (Paraguai).

(**) Participação indireta, por meio da Eletronorte, até maio de 2008.

(***) Participação indireta por meio da Eletronorte.

(****) Participação indireta por meio de Furnas.

II) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 das empresas consolidadas estão demonstrados de forma resumida no anexo VI.

III) Apresentamos, abaixo, as principais práticas de consolidação adotadas:

- d) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- e) Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;
- f) Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;
- g) Destaque da participação dos demais acionistas minoritários no passivo não circulante e no resultado das empresas investidas consolidadas; e
- h) Face à inexistência de resultados não realizados nas operações intercompanhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

IV) Procedimentos de consolidação da controlada em conjunto Itaipu Binacional

- a) As Demonstrações Financeiras da Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2008 - US\$ 1.00 - R\$ 2,3370, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2007 - US\$ 1.00 - R\$ 1,7713), e as contas de resultado, pela taxa média mensal;
- b) O resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado no ativo imobilizado consolidado;
- c) A remuneração sobre o capital paga por Itaipu Binacional é registrada como receita da controladora e eliminada no consolidado; e
- d) Todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado é eliminado na consolidação pela rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

A seguir está apresentado, simplesmente para efeito de análise, o resumo do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do exercício, excluídos os efeitos da consolidação proporcional da Itaipu Binacional. A comunicação, de caráter meramente informativo, visa apresentar aos acionistas e analistas do mercado de capitais a influência das Demonstrações Financeiras da Itaipu Binacional nas demonstrações consolidadas do Sistema Eletrobrás, dada suas especificidades, não devendo o mesmo ser considerado, em nenhuma hipótese, como sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Sistema Eletrobrás.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$ mil)
(de caráter meramente informativo)

	2008	
	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
Ativo		
Circulante		
Consumidores e revendedores	4.286.208	4.341.459
Financiamentos e empréstimos	1.523.743	1.493.271
Outros	19.556.500	19.762.927
	<u>25.366.451</u>	<u>25.597.657</u>
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Financiamentos e empréstimos	22.580.924	13.467.643
Outros	12.261.085	12.453.282
	<u>34.842.009</u>	<u>25.920.925</u>
Investimentos	6.013.715	5.896.865
Imobilizado, Intangível e Diferido	58.567.363	80.638.485
	<u>64.581.078</u>	<u>86.535.350</u>
Total do Ativo	<u>124.789.538</u>	<u>138.053.932</u>
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Financiamentos e empréstimos	764.989	1.714.610
Fornecedores	3.263.717	2.594.567
Outros	9.300.650	9.977.839
	<u>13.329.356</u>	<u>14.287.016</u>
Não Circulante		
Financiamentos e empréstimos	6.702.608	18.297.562
Outros	18.906.546	19.618.326
	<u>25.609.154</u>	<u>37.915.888</u>
Participação da ANDE	232.667	232.667
Patrimônio Líquido	85.618.361	85.618.361
	<u>85.851.028</u>	<u>85.851.028</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>124.789.538</u>	<u>138.053.932</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$ mil)
(de caráter meramente informativo)

	2008	
	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
Receitas Operacionais		
Operações com energia elétrica	31.285.832	31.450.764
Deduções	(2.176.281)	(2.176.281)
Outras	791.867	791.867
	<u>29.901.418</u>	<u>30.066.350</u>
Despesas Operacionais		
Energia comprada para revenda	(11.707.884)	(8.832.314)
Depreciação e amortização	(2.339.904)	(2.339.904)
Resultado a compensar de ITAIPU	-	(835.885)
Outras	(11.327.052)	(12.522.627)
	<u>(25.374.840)</u>	<u>(24.530.731)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	<u>4.526.578</u>	<u>5.535.619</u>
Resultado Financeiro	<u>4.393.502</u>	<u>3.383.768</u>
Resultado de Participação Societária	<u>665.533</u>	<u>665.533</u>
Outras Despesas e Receitas	<u>(32.951)</u>	<u>(32.258)</u>
Resultado antes da CSLL e IRPJ	<u>9.552.662</u>	<u>9.552.662</u>
CSLL e IRPJ	<u>(3.226.515)</u>	<u>(3.226.515)</u>
Resultado antes das participações	<u>6.326.147</u>	<u>6.326.147</u>
Participação no lucro	(176.817)	(176.817)
Participação Minoritária	(12.833)	(12.833)
Lucro Líquido do Exercício	<u>6.136.497</u>	<u>6.136.497</u>
Lucro por ação	R\$5,42	R\$5,42

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e Bancos	8.548	25.383	169.244	288.334
Aplicações Financeiras	9.361.493	4.937.593	12.662.756	7.264.721
	9.370.041	4.962.976	12.832.000	7.553.055
Caixa Restrito				
CCC	156.354	212.191	156.354	212.191
Comercialização de energia de Itaipu	151.135	6.991	151.135	6.991
Proinfra	426.897	615.552	426.897	615.552
Total	10.104.427	5.797.710	13.566.386	8.387.789

As disponibilidades financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 3 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da Taxa Média da Selic.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Eletrobrás e suas controladas classificam os títulos e valores mobiliários como mantidos até o vencimento, com base nas estratégias da administração para esses ativos.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Tais instrumentos estão ajustados a seu valor provável de realização, quando aplicável.

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Não Circulante				
CFT-E1	208.761	194.405	208.761	194.405
NTN-P	136.160	126.395	140.675	129.737
Rendimentos de Parcerias	165.442	313.145	165.442	313.145
Partes Beneficiárias	90.697	652.575	90.697	652.575
Outros	12.314	3.152	12.314	3.152
	<u>613.374</u>	<u>1.289.672</u>	<u>617.889</u>	<u>1.293.014</u>

- a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém uma provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 105.464 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 91.761 mil), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo.
- b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.
- c) Rendimentos de Parcerias - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias (vide Nota 16), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
Eate	49.353	60.839
Tangará	64.620	48.181
Elejor	16.226	50.459
Itiquira	-	122.131
Outras	35.243	31.535
	165.442	313.145

- d) Partes Beneficiárias - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Eletrobrás na Investco S.A.. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Lajeado Energia	266.798	266.798
EDP Lajeado	184.577	184.577
CEB Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(561.878)	-
Valor presente	90.697	652.575

De acordo com a Lei 11.638/07, conforme descrito na Nota 3 (item I.i), tais títulos passaram a ser avaliados a seu valor justo, em atendimento à deliberação CVM 564/2008 que aprovou o pronunciamento CPC-12.

- e) Outros - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Finor/Finam destinados a projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 283.690 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 284.414 mil) e apresentada como redutora do respectivo ativo.

NOTA 8 - CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

I - Os valores a receber de consumidores e revendedores de energia elétrica, estão apresentados por seus valores prováveis de realização, e encontram-se detalhados no Anexo I destas Notas Explicativas e incluem o Ativo Regulatório descrito na Nota 13.

II - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Eletrobrás a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora desta energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2008 o equivalente a 86.568 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra) praticada por Itaipu de US\$ 21,99/kW e a tarifa de repasse (venda) US\$ 23,03/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação (vide Nota 13):

a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das Classes Residencial e Rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela Aneel no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

No exercício de 2008, a atividade foi superavitária em R\$ 389.862 mil, sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica "Obrigações de Ressarcimento".

III - Comercialização de energia elétrica - Proinfa

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Proinfa geraram um resultado líquido positivo em 2008 de R\$ 35.643 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 250.414 mil), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Eletrobrás, sendo este valor incluído na rubrica "Obrigações de Ressarcimento".

IV - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE estão registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

As operações realizadas no exercício de 2008 geraram, para a Eletrobrás e suas controladas, um crédito líquido de R\$ 2.585 mil.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560 mil, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de

2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a Aneel e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a Companhia mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída no último trimestre de 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da administração manter negociações, com a participação da Aneel e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

V - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia constitui e mantém provisões com observância das normas da Aneel a partir de análise dos valores constantes do contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 1.546.967 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 1.749.356 mil), sendo composto como segue:

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
RTE (Energia Livre - Perda de Receita e Parcela A)	66.998	309.732
Consumidores e Revendedores		
CEA	566.283	413.302
Outras	620.126	732.762
	1.186.409	1.146.064
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	1.546.967	1.749.356

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/96, está sendo adicionado ao Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Em consonância ao CPC 14 - instrumentos financeiros, os financiamentos e empréstimos concedidos estão classificados como ativos financeiros, com intenção de serem mantidos até o vencimento. Esses financiamentos e empréstimos (vide Anexo II) e seus respectivos encargos estão apropriados até a data do Balanço e são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial.

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Eletrobrás, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de dez anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 9,73% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 50% do total da carteira. Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 24% do saldo da carteira.

I - Créditos junto à AES-Eletropaulo - Ação Judicial

Em 1989, a Eletrobrás ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avençados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmada o trânsito em julgado da sentença, significando dizer que a Eletropaulo não recorreu da decisão de primeiro grau. Consequentemente, foi proposta a execução por título judicial pela Eletrobrás perante a Quinta Vara cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da Eletropaulo, originando três empresas distintas - Emae - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE - Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A Eletropaulo questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela Eletropaulo, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução. Esse foi concedido entendendo que a Eletropaulo não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela Eletrobrás discutindo o julgamento do Recurso da Eletropaulo, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da Eletropaulo deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a Eletropaulo manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da Eletropaulo. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, a Eletropaulo apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF, sendo o mesmo negado seguimento de forma monocrática pelo Ministro, conforme decisão publicada no dia 28 de março de 2008.

Diante deste cenário, a administração da Eletropaulo dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como praticamente certa.

Tais créditos atingem, em 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$ 385.171 mil, consideradas as condições originais dos contratos com a Eletropaulo, registrados contabilmente, os quais, se atualizados pelos índices praticados pela justiça, atingem o montante de R\$ 1.061.329 mil. A administração da Companhia, de forma prudente e conservadora, não registra a parcela de atualização com base em critérios distintos daqueles contratualmente pactuados, optando por aguardar o processo de execução.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 117.675 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 80.630 mil) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de empresas em inadimplemento. Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

NOTA 10 - CRÉDITOS RENEGOCIADOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
CEB	8.450	54.347	40.807	91.834
Celg	63.617	48.217	88.076	72.392
AES-SUL	12.288	10.227	12.288	10.227
Cemat	-	-	108.694	25.034
Rolagem da dívida dos estados	-	-	141.130	188.867
Outros	16	12	228.876	137.921
	84.371	112.803	619.871	526.275
Não Circulante				
CEB	475	1.201	185.826	181.341
Celg	181.307	175.636	467.404	476.199
AES-SUL	17.852	27.114	17.852	
Rolagem da dívida dos estados	-	-	586.157	965.006
Outros	12	8	813.063	298.220
	199.646	203.959	2.070.302	1.920.766
	284.017	316.762	2.690.173	2.447.041

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, preveem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CEB

A Eletrobrás é detentora de créditos junto à CEB, decorrentes da comercialização, então praticada por Furnas, da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional, que foram recebidos por sub-rogação em janeiro de 2003. Tais créditos foram, naquele mesmo exercício, renegociados para equacionamento da inadimplência da distribuidora com atuação no Distrito Federal, no montante original de R\$ 163.892 mil.

A negociação estabelece, entre outras condições, o pagamento das dívidas em atraso até o final do exercício de 2008 (60 meses), atualizadas pela taxa Selic, com garantias

reais, mediante a transferência diretamente da instituição financeira arrecadadora da CEB, de 4% de seu faturamento bruto mensal, em favor da Eletrobrás. O montante a receber, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 8.450 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 54.347 mil).

A controlada Furnas também renegociou créditos detidos contra a CEB, no montante de R\$ 191.129 mil, relativos à energia própria, com amortização em 144 meses, contados de agosto de 2003, em parcelas correspondentes a 3 % do seu faturamento bruto, podendo ser automaticamente prorrogado até a liquidação final do compromisso. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% a.m. e monta em 31 de dezembro de 2008 R\$ 217.708 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 218.828 mil), sendo R\$ 185.351 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 181.341 mil). Do total do montante renegociado o valor de R\$ 162.000 mil foram cedidos ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - Furnas II (vide Nota 23).

b) Oriundos de energia elétrica repassada à Celg

A Eletrobrás renegociou, em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da Itaipu Binacional à Celg, sub-rogados por Furnas à Eletrobrás, no montante de R\$ 392.021 mil. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses, contados a partir de janeiro de 2004, e é corrigido pela variação do dólar norte-americano. O saldo em 31 de dezembro de 2008 corresponde a R\$ 244.924 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 223.853 mil), sendo R\$ 181.307 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 175.636 mil).

De forma semelhante, a controlada Furnas renegociou, em dezembro de 2003, o montante de R\$ 378.938 mil, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da Celg e está lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2008, correspondente a R\$ 310.557 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 324.738 mil), sendo R\$ 286.097 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 R\$ 300.563 mil), tendo sido parte do direito creditório, no montante de R\$ 258.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - Furnas II (vide Nota 23).

c) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada Furnas firmou contrato de cessão de crédito

com a União, para refinanciamento de dívidas da Celg existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam R\$ 571.615 mil em 31 de dezembro de 2008, (31 de dezembro de 2007 - R\$ 527.027 mil), sendo R\$ 458.379 mil registrados no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 438.455 mil), sendo parte do direito creditório, no montante de R\$ 228.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - Furnas II (vide Nota 23).

A controlada Eletrosul, no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 676.230 mil, em 31 de dezembro de 2008 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 626.846 mil), sendo R\$ 547.831 mil no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 526.551 mil), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais dez anos. Esta hipótese é possível de ocorrer, uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

NOTA 11 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, e decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobrás.

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Furnas	251.607	164.121	-	-
Chesf	541.878	238.680	-	-
Itaipu Binacional	14.022	10.628	-	-
Eletrosul	135.713	46.842	-	-
Eletronuclear	28.749	27.893	-	-
Eletropar	8.268	-	-	-
Cemar	48.340	57.990	48.340	57.990
CTEEP	102.156	33.295	102.156	33.295
Outros	82.233	55.908	110.597	61.183
	1.212.966	635.357	261.093	152.468

NOTA 12 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Ativo Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	749.478	1.386.390	818.616	1.448.174
Antecipações de IRPJ e CSLL	663.844	383.218	776.102	397.724
Prejuízo fiscal-base negativa de CSLL	-	-	28.880	19.423
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	293.631	408.102
Pasep/Cofins compensáveis	5.031	3.607	74.308	50.381
ICMS a recuperar	-	-	72.169	67.899
Outros	-	-	18.144	89.296
	1.418.353	1.773.215	2.081.850	2.480.999

Os créditos tributários apresentados acima serão compensados, quando da apresentação da Declaração das Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ/2009 (relativa ao ano-calendário de 2008), com as obrigações de IRPJ e CSLL (vide Nota 24).

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Ativo Não Circulante				
ICMS a recuperar	-	-	781.341	948.318
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	-	50.895
Provisão de JCP	583.187	239.185	583.187	239.185
Diferenças temporárias	-	-	173.062	83.549
Provisão para contingências	481.718	457.407	481.718	469.115
PCLD	48.874	67.155	40.874	69.527
Provisão p/ redução ao valor de mercado	132.312	127.899	132.312	130.049
Ajuste da Lei 11.638/07 - RTT	102.077	-	-	-
PIS/Cofins	-	-	564.384	-
Outros	-	460.216	30.070	535.575
	1.348.168	1.351.862	2.786.948	2.526.213

Os Ativos Fiscais Diferidos decorrentes das chamadas diferenças temporárias na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, tem seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem.

Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo fiscal diferido registrado, identificada com análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, a expectativa é de que serão realizados ao longo dos próximos cinco a oito exercícios, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/Aneel, de 24 de dezembro de 2008, regula entre outras questões inerentes ao encerramento das Demonstrações Financeiras de 2008 das concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC, dos valores equivalentes aos créditos de PIS/Pasep e Cofins tomados sobre o combustível

adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008.

A administração da controlada Manaus Energia entendia, até o exercício de 2007, que o combustível comprado para fins de geração de energia elétrica, subsidiado pela CCC, não dava direito a créditos na apuração do PIS/Pasep e da Cofins e assim procedia. Diante dos novos fatos, a administração da controlada, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, recuperou todas as aquisições de óleo efetuadas pela empresa no período determinado pela Aneel, apurando um crédito tributário de R\$ 460.493 mil, reconhecendo-o no Ativo não Circulante, observado o período de apuração dos últimos cinco anos.

A utilização dos créditos fiscais reconhecidos em 2008 é condicionada a operações futuras que originem débitos fato este que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica.

Contudo, para evitar eventuais riscos da prescrição de tais créditos reconhecidos sob a égide da Lei 10.637/2002 e 10.833/2003, a administração da controlada, orientada por seus consultores jurídicos, ingressou no judiciário com ação de Protesto Interruptivo de Prescrição junto a União Federal.

Os correspondentes débitos com a CCC relativos ao ICMS estão reconhecidos pelos seus valores originais e na proporção prevista na Lei 8.631/1993. Os relativos à PIS/Pasep e Cofins, foram apurados observando os limites que ultrapassam os percentuais definidos na Lei 8.631/1993, entendendo a Aneel, contudo, através da Nota Técnica nº 359/08 - SFF/Aneel, de 11 de agosto de 2008, que a devolução se dê pelo montante integral recuperável.

A administração da controlada amparada por seus consultores jurídicos requereu judicialmente a suspensão dos efeitos da referida resolução do órgão regulador, valendo dizer as Resoluções Aneel 432/2007 e Aneel 303/2008 e o Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/Aneel, que se encontra com seus efeitos suspensos.

Inconstitucionalidade do PIS/Pasep e Cofins: O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobrás buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior, em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas Demonstrações Financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobrás possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/Pasep e de Cofins, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 13 - ATIVO REGULATÓRIO

I - Decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico

O setor elétrico brasileiro foi submetido ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, gerido pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, criada pelo governo federal para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar ações para o aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento de energia elétrica, que vigorou de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

A Lei 10.438/2002 concretizou os instrumentos legais de implementação do Acordo Geral do Setor Elétrico decorrente do programa de racionamento e autorizou a Aneel a proceder a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, que tem por propósito recuperar os impactos financeiros a que ficaram submetidas as empresas integrantes do Sistema Elétrico Interligado Nacional submetidas ao citado Programa.

Neste cenário, as empresas geradoras de energia elétrica reconheceram créditos relativos à energia livre, perda de receita e parcela A, realizáveis nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, via arrecadação da RTE feita junto aos consumidores finais, com prazo limite estipulado pela Aneel, prazo esse variável para cada distribuidora.

A Companhia reconheceu, no ano de 2008, perdas decorrentes de energia livre não faturadas pelas distribuidoras no montante de R\$ 268.612 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 299.686 mil), apresentado na rubrica Perdas na realização de ativos, do grupo Despesas Operacionais, o qual se encontrava totalmente provisionado até dezembro de 2007.

Os valores residuais líquidos registrados como ativos regulatórios decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico apresentam-se na conta de Consumidores e Revendedores (vide Anexo I) conforme apresentado abaixo:

	CONSOLIDADO (R\$ mil)
RTE - Parcela A, Energia Livre e Ressarcimento Gerador	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	526.702
(-) Perdas	(268.612)
(-) Realizado	(160.213)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2008	97.877
PCLD	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(309.732)
(+) Reversão	257.309
(-) Constituição	(14.575)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2008	(66.998)
	30.879

Nos termos do citado Ofício Circular Aneel 2.409/2007, o saldo a realizar correspondente a energia livre, líquido das perdas já reconhecidas, é de R\$ 97.877 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 526.702 mil) e terá o mesmo tratamento caso não se realize nos prazos estabelecidos, cujos vencimentos se darão, em sua maioria, até o final do exercício de 2009.

Nos termos do mesmo Ofício Circular Aneel e amparado por estudos elaborados pela sua administração, a Companhia mantém PCLD no montante de R\$ 66.998 mil em 31 de Dezembro de 2008 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 309.732 mil), julgada suficiente para cobertura de eventuais perdas que venham a ocorrer até o final do prazo de realização.

II - Decorrente da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurado à Eletrobrás a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um Ativo Regulatório referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

Dessa forma, passa a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2008, encontra-se incluído o montante de R\$ 502.429 mil, equivalente a US\$ 214,989 mil, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo do Ativo Regulatório decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional praticada no período de janeiro a dezembro de 2008, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta R\$ 4.312.809 mil, equivalente a US\$ 1,845,447 mil.

Dessa forma, a perda de receita financeira da Eletrobrás, gerada pela retirada do índice do fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, foi compensada pela sua inclusão na tarifa de repasse da potência, não gerando, ao final, perdas para a Companhia.

A metodologia de apuração do Ativo Regulatório foi regulamentada pela Portaria Interministerial MME/MF 313/2007, de 11 de dezembro de 2007.

NOTA 14 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas termonucleares Angra 1 e Angra 2 são constituídos de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no Ativo Não Circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica "Estoque de Combustível Nuclear". Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante, na rubrica "Almoxarifado". Em 31 de dezembro de 2008, o montante correspondente a esta parcela é de R\$ 323.064 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 286.315 mil).

O recolhimento mensal na despesa operacional é feito de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível, e periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

Abaixo, está apresentada a composição, em 31 de dezembro de 2008, do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Não Circulante		
Estoque de Combustível Nuclear		
Concentrado de urânio	104.442	71.301
Elementos prontos	146.736	194.633
Material de almoxarifado	259.213	242.615
Em curso - combustível nuclear	214.751	148.639
	<u>725.142</u>	<u>657.188</u>

NOTA 15 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A Eletrobrás apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Controladas				
Furnas	31.154	31.154	-	-
Chesf	294.397	294.397	-	-
Eletrosul	94.576	94.576	-	-
Eletropar	62.285	62.285	-	-
Eletronorte	-	1.337.552	-	-
Eletronuclear	-	264	-	-
Ceal	158.300	121.675		
Eletroacre	85.542	80.553		
	726.254	2.022.456	-	-
Outros investimentos	4.027	4.027	4.027	4.027
	730.281	2.026.483	4.027	4.027

A Eletrobrás integralizou a totalidade do Afac concedido a Eletronorte, em assembléias gerais da controlada realizada em 28 de maio de 2008 e 11 de dezembro de 2008.

NOTA 16 - INVESTIMENTOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Equivalência Patrimonial				
a) Controladas (Anexo III)	39.935.810	39.344.716	-	-
b) Coligadas Relevantes				
CEEE-D (b)	9.499	18.951	9.499	18.951
CEEE-GT (b)	127.368	105.234	127.368	105.234
Emae (b) (c)	267.765	252.219	267.765	252.219
Cemat (b) (c)	456.883	455.384	456.883	455.384
CTEEP (a) (c)	1.447.818	1.393.534	1.447.818	1.393.534
Cemar (a)	197.943	169.790	197.943	169.790
Celpa (b)	366.953	379.584	366.953	379.584
Lajeado Energia (a) (c)	219.806	218.446	219.806	218.446
CEB Lajeado (b) (c)	78.173	61.233	78.173	61.233
EDP Lajeado (a) (c)	103.771	102.957	103.771	102.957
Paulista Lajeado (b) (c)	23.380	23.380	23.380	23.380
Enerpeixe (d)	-	-	420.960	350.763
STN (d)	-	-	112.780	97.020
Artemis (d)	-	-	68.142	64.976
SC Energia (d)	-	-	110.396	69.005
RS Energia (d)	-	-	61.847	73.492
Uirapuru (d)	-	-	20.212	19.600
Etau (d)	-	-	12.487	11.713
Transleste (d)	-	-	13.420	11.896
Transirapé (d)	-	-	6.029	5.474
Transudeste (d)	-	-	8.500	7.500
Centroeste de Minas (d) (d)	-	-	6.514	6.440
Chapecoense (d)	-	-	270.855	230.000
Intesa (d)	-	-	91.566	73.505
Amazônia - Aete (d)	-	-	25.200	21.300
Energética (d)	-	-	123.970	74.240
Serra do Facão (d)	-	-	273.713	95.743
Retiro Baixo (d)	-	-	67.188	-
Baguari Energia (d)	-	-	61.925	-
Brasnorte (d)	-	-	39.600	-
Amapari (d)	-	-	41.423	-
Energia Sustentável (d)	-	-	100.004	4
Outras (d)	-	-	6.473	48.888
	3.299.359	3.180.712	5.242.563	4.442.271

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
c) Custo de aquisição				
Cesp	268.679	268.679	268.679	268.679
Celesc	28.241	28.241	28.241	28.241
AES Tietê	23.046	23.046	23.046	23.046
Coelce	15.328	15.328	15.328	15.328
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801
Saelpa	11.272	11.272	11.272	11.272
Eate	16.960	17.548	16.960	17.548
Tangara	21.738	28.016	21.738	28.016
Elejor	9.829	44.606	9.829	44.606
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
Itiquira	-	41.339	-	41.339
Outros investimentos	37.355	43.534	244.108	257.691
	447.549	536.710	654.302	705.867
	43.682.718	43.062.138	5.896.865	5.193.138

Demonstrações Financeiras auditadas por outros auditores independentes.

Parecer de auditoria dos auditores independentes relativos às Demonstrações Financeiras não disponíveis até a data de encerramento das presentes Demonstrações Financeiras.

Não possui participação sobre o capital votante, entretanto apresenta influência significativa na administração da Companhia.

Participação indireta através das controladas da companhia.

A Eletrobrás tem diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (vide Nota 30), nas quais foram oferecidos em garantia, para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,32% do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

Investimentos	R\$ mil	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	R\$ mil
	VALOR DO INVESTIMENTO		INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	1.447.818	91,71%	1.327.794
Emae	267.765	100,00%	267.765
Cesp	269.679	95,82%	258.406
AES Tiete	23.046	89,19%	20.555
Coelce	15.328	100,00%	15.328
Duke	3.344	62,48%	2.089
Cemat	456.883	86,64%	395.843
CEB	3.528	50,00%	1.764
Celpa	366.953	96,99%	355.908
Celpe	4.689	71,55%	3.355
Celesc	28.241	15,24%	4.304
CEEE-GT	127.368	87,39%	111.307
	3.014.642		2.764.418
Outros Investimentos	40.668.076	-	-
	43.682.718	6,32%	2.764.418

Ao longo dos últimos anos, a Eletrobrás firmou investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista minoritário, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo - Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no setor elétrico, em consonância com a intenção do governo federal em atrair novos capitais na forma estabelecida pela Lei 10.438/2002, as empresas controladas pela Eletrobrás participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo - Investimentos, avaliados pelo Custo de Aquisição ou Equivalência Patrimonial, quando aplicável.

a) Enerpeixe - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Enerpeixe S.A., que tem como objetivo a construção e operação da UHE Peixe Angical, localizada no rio Tocantins, cuja capacidade de geração é de 452 MW, sendo a participação de Furnas de 40% do capital social da referida sociedade, tendo o início de operação ocorrido em maio de 2006.

b) STN - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico criada pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, para exploração da concessão de linha de transmissão de 546

km, em 500 kV, no trecho Teresina (PI) - Sobral e Fortaleza (CE). O capital da empresa Sistema de Transmissão Nordeste S.A. é distribuído na seguinte proporção: Alusa 51% e Chesf 49%. O empreendimento foi concluído em dezembro de 2005 e a operação comercial iniciada em janeiro de 2006.

c) Transleste - Sociedade de Propósito Específico criada em 2003, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Montes Claros (MG) - Irapé (MG), na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão. A participação da controlada Furnas na sociedade corresponde a 24% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

d) Transirapé - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de construção, operação e manutenção das instalações da linha de transmissão de energia elétrica Irapé (MG) - Araçuaí (MG), na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 24,5% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2007.

e) Artemis Transmissora de Energia S.A. - Sociedade cujo objetivo é a exploração de linhas de transmissão em 525 kV, ligando Salto Santiago - Ivaiporã e Ivaiporã - Cascavel D'Oeste, onde a controlada Eletrosul participa com 46,5% das ações do capital social, com início de suas operações em outubro de 2005.

f) SC Energia - Empresa Transmissora de Energia Elétrica de Santa Catarina S.A. - Sociedade cujo objetivo é a exploração de 375 km de linha de transmissão em 525 kV, ligando Campos Novos (SC) a Blumenau (SC), com participação da Eletrosul de 100% das ações do capital social, tendo iniciado suas operações em setembro de 2006.

g) Transudeste - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG), na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 25% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2007.

h) Centroeste de Minas - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Furnas (MG) - Pimenta (MG), na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 49% do capital social.

i) Chapecoense - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Chapecoense Geração S.A., que tem por objetivo construir e explorar a UHE Foz do Chapecó, localizada no rio Uruguai. A participação acionária de Furnas é de 49% do Capital Social da empresa que irá gerir a Usina, com potência de 855 MW, que será operada pelo consórcio Chapecoense composto pela CPFL (51%), Chapecoense, (40%), e CEEE GT (9%), cabendo à Furnas o desempenho das atividades de engenharia do proprietário, na forma de serviço. A entrada em operação da primeira máquina está prevista para 2010.

j) RS Energia - Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul - Sociedade de Propósito Específico constituída em 2005, para a construção, operação e manutenção de 274 km de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS), com concessão por

30 anos. A previsão para o início da operação é para o primeiro semestre de 2009. A Eletrosul possui 100% das ações representativas do capital social da RS Energia.

k) Uirapuru Transmissora de Energia S.A. - Sociedade de Propósito Específico, constituída em 2004, para a construção, operação e manutenção de 120 Km de linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR), com concessão por 30 anos. A Eletrosul possui 49,0% das ações representativas do capital social da Uirapuru, ficando a empresa Cymi Holding S.A. com 51,0%. A linha de transmissão entrou em operação em 2006.

l) Etau - Empresa Transmissora do Alto Uruguai S.A. - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 187 km de linha de Transmissão 230 kV, Campos Novos (SC) - Barra Grande (SC) - Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS), com concessão por 30 anos. A Eletrosul possui 27,4% das ações do capital social da Etau, ficando as empresas Terna Participações S.A. com 52,6%, DME Energética Ltda com 10,0% e Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com 10,0%. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

m) Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A. - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, implantação, operação e manutenção de linha de Transmissão de Energia Elétrica em 500kV, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º circuito, com prazo de concessão de 30 anos. O capital da Intesa distribui-se em: Sistema Eletrobrás com 49% (Chesf - 12% e Eletronorte - 37%) e Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia - FIP, com 51%, O início da operação comercial da Intesa teve início em 2008.

n) Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de duas linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó (MT) - Cuiabá (MT), com extensão de 25 km e Cuiabá (MT) - Rondonópolis (MT) com extensão de 168 km, tendo entrado em operação comercial em agosto de 2005. A Eletronorte participa com 49% do capital social da Aete.

o) Energética Águas da Pedra S.A. - Sociedade de Propósito Específico que tem origem no Consórcio Aripuanã, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada, para implantação da UHE Dardanelos. O Sistema Eletrobrás participa com 49% (Chesf - 24,50% e Eletronorte - 24,50%) juntamente com a Neoenergia S.A. que detem 51,0%. A Usina será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW, e energia assegurada total de 154,9 MW médios. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 à 2041, com prazo de concessão de 35 anos.

p) Serra do Facão S.A. - Sociedade de Propósito Específico constituída com a finalidade de construção e operação da UHE Serra do Facão, com potência instalada de 210 MW, localizada no rio São Marcos, no Estado de Goiás. A participação acionária de Furnas no consórcio, através da SPE Serra do Facão Participações S.A. é de 79,79%. A entrada em operação comercial da primeira máquina está prevista para 2010.

q) Consórcio Mesa S.A. - Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 com o objetivo de construir e operar o projeto de construção da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia. O capital social do Consórcio Mesa tem participação de Furnas (39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig (10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%),

r) Retiro Baixo - Sociedade de Propósito Específico, denominada Retiro Baixo Energética S.A., criada com o objetivo de implantar e gerir a UHE Retiro Baixo, com potência instalada de 82 MW, localizada no Rio Paraopeba, nos municípios mineiros de Curvelo e Pompeu. A participação de Furnas corresponde a 49% do capital social e as obras tiveram início em março de 2007, com previsão de entrada em operação comercial da primeira máquina para janeiro de 2009.

s) Baguari Energia - É uma Sociedade de Propósito Específico, constituída com o objetivo de implantar e explorar a UHE Baguari, localizada no rio Doce, no estado de Minas Gerais, com capacidade de 140 MW e previsão de implantação para o segundo semestre de 2009. A participação de Furnas corresponde a 30,61% do capital social.

t) Energia Sustentável do Brasil S.A. - Sociedade de Propósito Específico que tem por objetivo a exploração da concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau (UHE Jirau), no Rio Madeira, Estado de Rondônia, com potência instalada mínima de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013. O Sistema Eletrobrás possui participação de 40% do capital da empresa (Chesf - 20% e Eletrosul 20%) juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda. (50,1%) e Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (9,9%). O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos.

u) Brasnorte Transmissora de Energia S.A. - Sociedade de Propósito Específico criada em 2007, com o objetivo de concessão de serviço público de Linha de Transmissão Juba - Jauru, 230 kV, com 129 km de extensão; Linha de Transmissão Maggi - Nova Mutum, 230 kV, com 273 km de extensão; Subestação Juba, 230/138 kV e Subestação Maggi, 230/138 kV. A participação no capital social da referida Sociedade da Eletronorte é de 45%, Terna Participações S/A 35% e Bimetal Ind. e Com. de Produtos Metalúrgicos LTDA é de 20%.

v) Amapari Energia S.A. - Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 em parceria entre a MPX Energia S.A. e Eletronorte, tem por objeto estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), com capacidade instalada inicial de 23,33 MW. Trata-se de uma usina termelétrica (UTE) a óleo diesel, no Município de Serra do Navio, no estado do Amapá. A participação da Eletronorte é de 49% e da MPX Energia é de 51%.

x) Eletronet - As controladas Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte participam no negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações. Utiliza parte de suas infraestruturas de transmissão, com intermediação da controlada Eletropar, em empreendimento juntamente com a iniciativa privada, onde participa, de forma minoritária, no capital social da Eletronet, constituída para a exploração do negócio de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Para viabilização desse negócio, as Empresas Cedentes identificaram a necessidade de associação com a iniciativa privada e, também, com uma empresa do Sistema Eletrobrás que intermediasse e, conseqüentemente, atuasse como preposta, em nome das Empresas Cedentes, e sob a orientação das mesmas, objetivando seus interesses negociais pelo uso de suas infra-estruturas, perante o sócio privado.

A Eletropar participa minoritariamente do capital social da Eletronet S.A. - Eletronet (49%) e atua como preposta dos interesses das Empresas Cedentes de energia elétrica controladas pela Eletrobrás junto à Eletronet, a Eletropar repassa os rendimentos do negócio às referidas Empresas Cedentes, cabendo-lhe somente a remuneração a título de administração e o ressarcimento de suas despesas por conta desse negócio.

A Eletropar, a partir de 20 de setembro de 2002, assumiu a administração da Eletronet, em razão do inadimplemento do acionista majoritário - AES Bandeirante Empreendimentos Ltda. em aportar a correção monetária da quarta parcela do capital social.

O Conselho de Administração da Eletronet, em 2003, decidiu pela confissão da falência da empresa, em razão de terem sido esgotadas todas as possibilidades de manutenção de sua continuidade, eis que nenhum posicionamento concreto indicava uma solução definitiva.

Na Assembléia Geral Extraordinária da Eletronet, em abril de 2003 foi aprovada a confissão de falência da Companhia com pedido liminar de continuação do negócio e autorizados os administradores a tomarem as medidas judiciais cabíveis.

Em maio de 2003, a Eletronet, requereu ao Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro a declaração de sua falência com pedido liminar de continuação de negócio, tendo a 5ª Vara Empresarial decretado a falência na forma requerida. Nesta condição, a Eletronet continuou com suas operações sob a administração do Poder Judiciário.

Em junho de 2006, a Eletropar e a Massa Falida Eletronet S.A. receberam Notificação Extrajudicial das Empresas Cedentes (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), rescindindo unilateralmente o Contrato nº ECE-1166/99, firmado com a Eletropar em 29 de junho de 1999, e seus respectivos Termos Aditivos, que estabeleciam as condições que permitiam a esta transferir à Eletronet S.A. o direito de acesso e uso de cabos e infra-estrutura, bem como de ser reembolsada de 50% dos custos incorridos na administração dessa estrutura.

Ressalta-se, entretanto, que esta rescisão não compromete o recebimento dos créditos correspondentes aos reembolsos devidos e cobrados até 31 de dezembro de 2006. Por meio deste ato, as Empresas Cedentes, baseadas em previsões contratuais, pleiteiam, dentre outras: i) a imissão na posse dos bens que compõem a infra-estrutura implantada para prestação de serviços de telecomunicações; ii) o exercício do direito a reivindicar os cabos ópticos; e iii) a determinação, para fins de manutenção de serviço essencial ao sistema integrado nacional de transmissão de energia elétrica, bem como a não-interrupção nos serviços prestados pelos empregados da Eletronet.

Na mesma data, protocolaram as Cedentes, perante a 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, petição requerendo decisão em caráter liminar sobre o assunto, a qual foi

concedida, em 14 de janeiro de 2008, em caráter definitivo. Ficou pendente apenas, sua efetivação, da disponibilização, na conta-corrente da Massa Falida da Eletronet S/A, da quantia de R\$ 380.000 mil, apurada pericialmente. Em face desta decisão, ingressaram com recurso de agravo de instrumento as Cedentes, a LT Bandeirantes Empreendimentos LTDA. (sucessora da AES Bandeirantes Empreendimentos Ltda. e sócia da Eletropar na Eletronet S/A) e a Massa Falida da Eletronet S/A. Em nenhum dos casos foi deferida a antecipação de tutela ou mesmo o efeito suspensivo.

Releva salientar a existência de manifestação da 5ª Promotoria de Massas Falidas, datada de 09 de maio de 2007, a fl. 4.781 dos autos da falência, que declara não haver na falência deferida qualquer indício de crime falimentar, pelo que, além da prescrição da pretensão punitiva, ocorrida em 15 de maio de 2007, tornou-se desnecessária a instauração de inquérito judicial.

I) Restruturação Societária em Empresas Controladas

Em 28 de março de 2008, a Assembléia de Acionistas da Companhia Energética do Amazonas S.A. - Ceam aprovou a sua incorporação pela Manaus Energia S.A. - Mesa, subsidiária integral das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. A Eletrobrás possuía 97,96% do capital social da Ceam e detém 98,66% do capital social da Eletronorte.

Como decorrência da incorporação, a provisão para perdas em investimentos da Ceam, no montante de R\$ 697.150 mil, foi integralmente revertida, a crédito do resultado do primeiro trimestre de 2008, sendo também, revertida no primeiro trimestre, a provisão para a cobertura de seu passivo a descoberto, no valor de R\$ 657.508 mil, totalizando R\$ 1.354.658 mil.

No mesmo momento, a administração da Companhia reconheceu a perda na realização do ativo correspondente ao investimento na Ceam, baseado no laudo de avaliação elaborado para suportar o processo de incorporação da Ceam, pela Mesa, a qual monta R\$ 1.436.223 mil, reconhecida a débito do resultado no primeiro trimestre de 2008, a título de realização de investimentos, sendo o reflexo no resultado de 2008 o montante de R\$ 81.565 mil.

A Ceam e a Mesa atuam no provimento de energia elétrica para o interior e para a capital do estado do Amazonas, respectivamente. A operação, realizada dentro da política de Governança Corporativa da Eletrobrás, criou uma empresa única para atender todo o estado do Amazonas com maior sinergia nas atividades operacionais.

NOTA 17 - IMOBILIZADO

O valor do imobilizado, cujo detalhamento está demonstrado no Anexo IV e IV-A, é retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, que representam os valores recebidos da União, dos estados, dos municípios e de consumidores, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, sendo seu vencimento vinculado ao final da respectiva concessão, e são constituídos dos seguintes elementos:

	CONSOLIDADO	
	R\$ mil	
	2008	2007
Participação da União	744.613	445.168
Amortização	82.416	82.416
Contribuições de consumidores	62.672	49.279
Doações e subvenções - investimentos	291.079	486.167
Outras	168.469	248.886
	<u>1.349.249</u>	<u>1.311.916</u>

a) Participação da União - Refere-se aos recursos recebidos do governo federal para aplicação em obras prioritárias de geração e transmissão de energia elétrica.

b) Amortizações - Provenientes das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do serviço público de energia elétrica.

c) Contribuições de consumidores - Referem-se aos recursos recebidos para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.

d) Doações e subvenções - Doações puras e simples, não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador, e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica.

De acordo com o Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

I) Valor recuperável de ativos:

A administração da Companhia e de suas controladas, avaliou neste exercício, e o fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com

o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena, em consonância ao Pronunciamento CPC 01 - redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia definiu como unidade geradora de caixa a totalidade de seus ativos de geração, transmissão e distribuição, não sendo a análise feita por usina, linha de transmissão ou outros grupos de ativos.

A administração da Companhia, amparada em opinião de consultor jurídico independente, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o valor contábil. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil do bem e não o prazo da concessão.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete as condições de mercado, valor do dinheiro corrente no tempo e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Como consequência, a Companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 770.231 mil como provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

NOTA 18 - INTANGÍVEL

Estão registrados os gastos específicos com a formação ou aquisição de direitos, inclusive sobre softwares, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando cabível e amortizados pelo método linear.

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Em serviço	61.114	61.114	357.822	429.986
(-) Reintegração	(7.408)	(5.556)	(78.388)	(21.345)
Em curso	-	-	96.377	65.844
	53.706	55.558	375.811	474.485

NOTA 19 - FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de Itaipu Binacional (vide Nota 8, item II), e tem a seguinte composição:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	206.241	51.805	1.170.045	1.182.007
Uso da Rede Elétrica	-	-	3.038	97.982
Energia Comprada para Revenda	1.445.709	1.188.771	1.376.508	1.060.773
CCEE - Energia de curto prazo	24.121	28.789	44.976	135.382
	1.676.071	1.269.365	2.594.567	2.476.444

NOTA 20 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Albrás	-	-	37.778	35.191
Proinfa	15.381	202.250	15.381	202.250
	15.381	202.250	53.159	237.441
Não Circulante				
Albrás	-	-	1.018.488	1.056.761
	15.381	202.250	1.071.647	1.294.202

I - Albrás

A controlada Eletronorte venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela Albrás, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra.

Com base nestas condições, a Albrás, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que

serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

A operação ocorreu da seguinte forma:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
Adiantamentos Recebidos	2008	2007
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	1.200.000	1.200.000
Amortizações	(143.734)	(108.048)
Total do passivo	1.056.266	1.091.952

II - Proinfa

O Proinfa, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à Eletrobrás a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Eletrobrás o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do Proinfa, no primeiro ano de funcionamento do Programa as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no Proinfa.

Neste sentido, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2008, na rubrica “Adiantamento de Clientes”, o montante de R\$ 15.381mil (em 31 de dezembro de 2007 - R\$ 202.250 mil), que serão exigidos à medida da evolução do Proinfa e o conseqüente fornecimento de energia elétrica associada.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema Eletrobrás, está apresentado no Anexo V (vide Nota 43).

A Eletrobrás desenvolveu as seguintes operações de captação descritas a seguir, durante o exercício de 2008:

a) Conclusão em agosto de 2008 da contratação de empréstimo sindicalizado, na modalidade A/B Loan, com a *Corporación Andina de Fomento - CAF*. O empréstimo, no valor de US\$ 600,000 mil, foi estruturado da seguinte forma: parte A, de US\$ 150,000 mil, junto à *CAF*, com prazo de 12 anos; Parte B, no valor de US\$ 450,000 mil, junto a um sindicato de bancos, liderado pelo Citi, BNP Paribas e Societé Generale, com prazo de sete anos. A taxa média de juros da operação contratada foi de 1,64% acima da Libor de seis meses, equivalente ao seu custo efetivo.

b) Contratação de empréstimo junto ao *Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW*, no valor de € 37,200 mil, com aval da União. Em dezembro de 2008, foram assinados os contratos referentes à primeira tranche, de € 13,300 mil, entre a Eletrobrás e o banco. Os recursos serão aplicados nos projetos de construção de 4 Pequenas Centrais Hidrelétricas, sob responsabilidade da Eletrosul.

c) Início de processo de autorização junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN para captar US\$ 400,000 mil, sob a forma de bônus no mercado internacional. No entanto, após a obtenção da autorização ao final de novembro de 2008, o mercado de bônus perdeu a atratividade, fato que determinou a postergação da referida emissão. A autorização, já obtida, permanece válida para o ano de 2009.

d) Foram iniciadas gestões junto ao Bird e órgãos autorizadores, para captação de empréstimo no valor de US\$ 500,000 mil, destinado ao programa de investimento da companhia.

I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

a) FIDC Furnas I

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, sendo o seu administrador.
2. A cessão de créditos ao Fundo Furnas I foi formalizada por Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em setembro de 2004.
3. A taxa de desconto é de 1,38% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa Selic anual, do Bacen, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada manteve-se como mandatária da cobrança.

6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de Furnas pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.
7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
RTE	01/2007 a 01/2008	126.000
Financiamento - Cemat	10/2004 a 03/2009	164.000
Energia - Proman	10/2004 a 12/2006	52.000
Total cedido		342.000

b) FIDC Furnas II

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, em conjunto com os bancos Bradesco, BB Banco de Investimento, Itaú BBA e Votorantim, sendo o administrador a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA..
2. A cessão de créditos ao Fundo Furnas II foi formalizada pelo Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em maio de 2005.
3. A taxa de desconto é de 1,80% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa Selic anual, do Bacen, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada Furnas manteve-se como mandatária da cobrança.
6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de Furnas pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.
7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
Créditos - Lei 8.727/93	06/2005 a 05/2010	228.000
Refinanciamento energia CEB	06/2005 a 05/2010	162.000
Refinanciamento energia Celg	06/2005 a 05/2010	258.000
Contratos diversos	06/2005 a 02/2008	255.050
Total cedido		903.050

As demonstrações consolidadas, nos termos da Instrução CVM 408/2004, dadas as características dos fundos, consideram o saldo de recebíveis como parte integrante do ativo, mantidos nas rubricas de origem, e o montante dos patrimônios dos FIDC's refletido como financiamentos e empréstimos a pagar de curto e longo prazo, cujo saldo total em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 311.907 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 583.715 mil), vide Anexo V.

NOTA 22 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/62 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/76, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobrás.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobrás.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2008, a R\$ 215.071 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 299.084 mil), dos quais R\$ 129.866 mil no não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 202.375 mil).

I - Conversão de créditos do Empréstimo Compulsório em ações

Em 2008 ocorreu a 4ª conversão em ações preferenciais nominativas de classe B, representativas do capital social da Eletrobrás, da totalidade dos créditos do empréstimo compulsórios existentes em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 202.375 mil, constituídos após a 3ª conversão, aprovada em AGE realizada em 28 de abril de 2005.

O preço de emissão das ações tomou por base o valor patrimonial da ação da Eletrobrás em 31 de dezembro de 2007, correspondente a R\$ 70,79, observados os termos do artigo 4º da Lei 7.181/83.

II - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobrás

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a administração da Eletrobrás esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobrás. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/62. A esses títulos, portanto, não se aplicam os dispositivos da Lei 6.404/76 nem da Lei 6.385/76.

A Comissão de Valores Mobiliários, em decisão de seu Colegiado proferida no processo

administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que “as obrigações emitidas pela Eletrobrás em decorrência da Lei 4.156/62 não podem ser consideradas como valores mobiliários”.

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobrás em suas Demonstrações Financeiras, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais (vide Nota 30) pleiteando o resgate desses títulos.

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/62 e no artigo 1º do Decreto 20.910/32, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 à 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2008	2007
Circulante		
Juros a Pagar	85.205	96.709
Não Circulante		
Créditos Arrecadados	129.866	202.375
	<u>215.071</u>	<u>299.084</u>

NOTA 23 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

Fundo criado pelo governo federal para cobertura de gastos com indenizações de reversões de concessões do serviço público de energia elétrica. Os recursos, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do governo federal.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (vide Nota 4, item I.k).

As concessionárias recolhem suas quotas anuais de RGR, em doze meses, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobrás, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/71 e alterações posteriores, não refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobrás.

Contudo, a Eletrobrás toma recursos junto à RGR para aplicação em projetos específicos de investimento, por ela financiados, em especial:

- I - expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- II - incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;
- III - estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;
- IV - implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;
- V - iluminação pública eficiente;
- VI - conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- VII - universalização de acesso à energia elétrica;

A Eletrobrás remunera a RGR, pelos recursos utilizados, com juros de 5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totaliza R\$ 7.193.770 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 6.769.011 mil).

NOTA 24 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Imposto de Renda				
Passivo circulante	928.955	763.721	1.041.225	1.016.985
Passivo não circulante	694.031	-	1.187.824	381.949
Contribuição Social				
Passivo circulante	343.291	280.669	417.942	318.900
Passivo não circulante	249.851	-	428.870	138.756
Pasep e Cofins				
Passivo circulante	69.366	28.234	186.139	156.678
Passivo não circulante	-	-	38.639	-
ICMS				
Passivo circulante	-	-	93.940	107.444
Passivo não circulante	-	-	45.764	45.718
Paes				
Passivo circulante	-	-	129.140	121.454
Passivo não circulante	-	-	958.697	1.071.754
Outros				
Passivo circulante	22.242	19.936	207.340	234.333
Passivo não circulante	-	-	53.870	52.494
Total	2.307.736	1.092.560	4.789.390	3.646.465
Passivo circulante	1.363.854	1.092.560	2.075.726	1.955.794
Passivo não circulante	943.882	-	2.713.664	1.690.671

As obrigações de IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2008, serão compensadas com créditos tributários existentes (vide Nota 12).

a) Incentivos Fiscais - Sudene

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, mo-

dernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2008 a 2017.

Os incentivos fiscais acima mencionados totalizaram R\$ 343.251 mil, em 2008, com registro no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07. A parcela do lucro decorrente destes incentivos fiscais foi totalmente destinada à Reserva de lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSLL apresentados nos exercícios de 2008 e 2007, e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			
	2008		2007	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	8.481.396	8.481.396	1.401.020	1.401.020
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	2.120.349	763.326	350.255	126.092
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(22.161)	(7.978)	(200.971)	(72.349)
Equivalência patrimonial	(57.028)	(20.530)	(211.343)	(76.083)
JCP	(428.814)	(154.373)	(175.872)	(63.314)
Perdas em Investimentos	-	-	143.794	51.766
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	71.985	25.915	-	-
Demais adições (exclusões)	16.428	14.780	(52.839)	16.027
Total da despesa de IRPJ e CSLL	1.700.759	621.140	(146.976)	(17.861)

c) Parcelamento Especial - Paes

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Manaus e Ceal optaram pelo refinancia-

mento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

O montante da dívida do Parcelamento Especial - Paes, em 31 de dezembro de 2008, está assim discriminado:

	CONSOLIDADO
	R\$ mil
Saldo do Paes em 31 de dezembro de 2006	1.328.256
Atualização monetária	78.407
Pagamentos efetuados	(121.403)
Crédito ILL compensado	(7.872)
Ajuste do saldo em função do crédito de atualização pela TJLP	(99.020)
Saldo do Paes em 31 de dezembro de 2007	1.178.368
Atualização monetária	44.549
Inclusão de Débitos	2.535
Pagamentos efetuados	(137.615)
Saldo do Paes em 31 de dezembro de 2008	1.087.837

NOTA 25 - TAXAS REGULAMENTARES

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
Circulante	2008	2007
Reserva Global de Reversão - RGR	99.039	71.559
CCC/CDE	33.112	30.615
Compensação financeira - recursos hídricos	536.133	382.438
Taxa de fiscalização Aneel	11.965	4.416
Proinfa	27.427	27.692
Outros	609	25.248
	708.285	541.968

NOTA 26 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro lí-

quido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2008	2007
Lucro líquido do exercício	6.136.497	1.547.857
Reserva legal	(306.824)	(77.393)
Lucro líquido ajustado	5.829.673	1.470.464
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	1.457.418	367.616
Remuneração proposta aos acionistas na forma de JCP		
Ações ordinárias	1.343.855	363.416
Ações preferenciais da classe A	319	297
Ações preferenciais da classe B	371.080	339.773
	1.715.254	703.486
Remuneração por ação - expressa em Reais		
	2008	2007
Ações ordinárias - 6,4283% do capital (2007 - 1,8714%)	1,48	0,40
Ações preferenciais "A" - 9,4118% do capital (2007 - 9,4118%)	2,17	2,02
Ações preferenciais "B" - 7,0711% do capital (2007 - 7,0588%)	1,63	1,51

(*) 2007 considera o grupamento de ações

A Eletrobrás registrou como remuneração integral aos acionistas, relativa ao exercício de 2008, juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R\$ 1.715.254 mil, imputados aos dividendos do exercício, de acordo com as disposições estatutárias.

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte - IRRF à alíquota de 15%.

A remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2008 corresponde a 29,41% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76 (2007 - 41,65%), e será atualizada com

base na taxa Selic, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre o capital próprio.

A atualização incide a partir de 1º de janeiro de 2009 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária, que apreciará a presente Demonstração Financeira e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa Selic, incide IRRF à alíquota de 20%.

Em atendimento a Deliberação CVM 207/96, a Eletrobrás, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou esses juros em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica. Optou por não apresentá-los, entretanto, na Demonstração do Resultado do Exercício, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido, mas, tão-somente, produzindo efeitos fiscais reconhecidos nas rubricas “Contribuição Social” e “Imposto de Renda”.

Em cumprimento ao deliberado na 48ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2008, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2007, na forma de JCP, teve início em 30 de junho de 2008, fazendo jus ao recebimento os acionistas registrados na data base de 2 de maio de 2008, sendo efetuado conforme abaixo:

Tipo/Classe	Em Reais / por ações	
	Valor bruto em 31.12.2007	Valor bruto atualizado em 30.06.2008
Ações Ordinárias	0,401555200	0,423939988
Ações Preferenciais A	2,019497311	2,129057146
Ações Preferenciais B	1,514622982	1,596792859

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 198.968 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 177.516 mil) referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2005, 2006 e 2007. A remuneração relativa ao exercício de 2004, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 27 - CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL

	R\$ mil			
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2008	2007	2008	2007
Aquisição de Ações: CEEE-GT e CEEE-D	62.231	50.439	362.601	386.888
Obrigação de Ressarcimento (vide Nota 13)	-	-	2.450.772	302.279
Outros	10.005	7.711	40.828	37.822
	72.236	58.150	2.854.201	726.989

NOTA 28 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

1. DA CONTROLADORA**1.1 - Programa Previdenciário**

A Companhia possui programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia entre outras, nos termos da legislação brasileira.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

a) Plano BD, que oferece os seguintes benefícios previdenciários:

- o Complementação de Aposentadoria por Invalidez
- o Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)
- o Complementação de Aposentadoria Especial e de Ex-Combatentes
- o Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)
- o Adicional de Aposentadoria
- o Benefício de Pensão
- o Benefício de Abono Anual

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos: Benefício Mínimo, Resgate de Contribuições, Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocínio e Garantia Mínima Anual.

b) Plano CD, que oferece os seguintes benefícios:

- o Benefício de Aposentadoria Normal
- o Benefício de Aposentadoria Antecipada
- o Benefício de Aposentadoria por Invalidez
- o Benefício de Pensão por Morte
- o Benefícios por Desligamento
- o Benefício Mínimo
- o Benefício de Garantia
- o Benefício de Abono Anual
- o Portabilidade

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM 371/2000, procedendo a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente seguem os padrões recomendados pela CVM e pelo Ibracon e podem diferir daquelas adotadas pela administração do programa, as quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, R\$ 19.968 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 12.073 mil).

Em 31 de dezembro de 2008, o valor presente das obrigações da Companhia, segundo a Deliberação CVM 371/2000, para com o programa previdenciário era de R\$ 1.927.732 mil. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da Eletros, na mesma data, montavam R\$ 2.045.822 mil, revelando pois, um excesso de cobertura de R\$ 118.090 mil.

A Deliberação CVM 371 permite à Companhia o reconhecimento apenas da parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda a 10% do total da Obrigação Atuarial ou do total dos Ativos Garantidores (deles o maior). O excesso deve ser reconhecido em prazo dado pelo tempo médio de serviço que ainda resta a ser prestado à Companhia pelos beneficiários, até a aposentadoria, que em 31 de dezembro de 2008 é de 8,6 anos.

Após tal diferimento, a Companhia optou pela não contabilização do ativo líquido resultante de R\$ 357.348 mil, segundo aplicação da Regra 49.g, da Deliberação CVM 371/2000.

Embora esses planos sejam avaliados de forma segregada, a demonstração de obrigações e ativos constituídos do programa previdenciário da Companhia dá-se de forma consolidada.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes ao programa previdenciário da Companhia, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM 371/2000, na data-base de 31 de dezembro de 2008.

2008			
População	Plano BD	Plano CD	Total
1. Participantes ativos	551	1.007	1.558
2. Beneficiários:			
2.1. Aposentados	1.315	44	1.359
2.2. Pensionistas	304	-	304
Soma (2)	1.619	44	1.663
Total (1+2)	2.170	1.051	3.221

2007			
População	Plano BD	Plano CD	Total
1. Participantes ativos	480	142	622
2. Beneficiários:			
2.1. Aposentados	1.186	11	1.197
2.2. Pensionistas	261	-	261
Soma (2)	1.447	11	1.458
Total (1+2)	1.927	153	2.080

Características Etárias	2008		2007	
	Plano BD	Plano CD	Plano BD	Plano CD
1. Participantes ativos				
1.1. Idade Média	49	43,3	48	53
1.2. Serviço Creditado (total)	20,2	-	20	-
1.3. Tempo para aposentadoria	8,6	14	8	-
2. Aposentados	-	-	-	-
2.1. Idade Média	65,9	57	65,7	56
3. Pensionistas	-	-	-	-
3.1. Idade Média	63	-	-	-

(Ganhos) e Perdas Acumulados	R\$ mil		
	2008		
	Plano BD	Plano CD	Total Consolidado
(a) No início do exercício	205.651	-	205.651
(b) Nas obrigações do ano	21.760	-	21.760
(c) Nos ativos garantidores	(3.718)	-	(3.718)
(d) Amortizações	-	-	-
(e) No fim do exercício	223.694	-	223.694
(f) Limite de diferimento	154.938	-	154.938
(g) Prazo de diferimento	8,6	-	8,6
(h) Reconhecimento exercício seguinte	7.994	-	7.994

Custo Periódico do Plano	R\$ mil		
	PROJEÇÃO 2009		
	PLANO BD	PLANO CD	TOTAL CONSOLIDADO
(a) Custo do Serviço	7.104	2.486	9.590
(b) Custo dos Juros	143.550	35.369	178.919
(c) Retorno esperado nos ativos	(136.492)	(56.650)	(193.142)
(d) Contribuições de Participantes	(3.546)	-	(3.546)
(e) Amortizações	7.995	-	7.995
Total do Custo de Curto Prazo	18.611	(18.795)	(185)

R\$ mil	
RECONCILIAÇÃO DO PASSIVO - 2008	
(Passivo)/Ativo líquido total	
Valor no início do exercício	302.815
Custo do Serviço Corrente	(5.647)
Custo dos Juros	(122.600)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	160.972
Amortizações	-
Ganhos ou perdas atuariais	-
Contribuições pagas	21.809
Benefícios pagos pelo plano	-

Alterações de plano	-
Ingressos - Plano CD	-
Redução antecipada de obrigações	-
Eliminação antecipada de obrigações	-
Benefícios especiais de desligamento	-
Outras despesas	-
Outros ajustes - Efeito da Regra 49.g	-
Valor no final do exercício	357.349

R\$ mil			
FLUXO DE PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO			
Exercícios	Plano BD	Plano CD	Total
2009	115.425	10.202	125.627
2010	116.904	11.834	128.738
2011	118.235	14.473	132.708
2012	119.933	16.812	136.745
2013	121.880	19.517	141.397
2014	123.444	21.949	145.393
2015	124.460	23.958	148.418
2016	124.387	25.713	150.100
2017	123.827	27.408	151.235
2018	123.029	28.761	151.790
2019	121.783	29.913	151.696
2020	119.782	30.838	150.620
2021	117.060	31.351	148.411
2022	114.375	31.758	146.133
2023	110.959	32.464	143.423

1.2 - Outros Programas de Benefícios

Programa de Seguro de Vida em Grupo

A Companhia subsidia 82,08% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-

emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado, para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência inter geracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2008 a obrigação avaliada em R\$ 46.676 mil será reconhecida em 8,6 anos.

II - Consolidado

As empresas do Sistema Eletrobrás são patrocinadoras de outras entidades específicas de previdência privada que têm de igual forma, finalidade de complementar benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições, conforme abaixo:

PATROCINADORA	PATROCINADA
Furnas	Real Grandeza
Chesf	Fachesf
Eletrosul	Elos
Eletronorte, Manaus e Boa Vista	Previnorte
Eletronuclear	Nucleos e Real Grandeza
Itaipu	Fibra (Brasil) e CAJA (Paraguai)
CGTEE	Eletroceee
Ceal	Faceal

Cada uma das controladas tem instituídos seus próprios programas, determinando conformações técnicas e hipóteses distintas daquelas adotadas pela Controladora, a seguir discriminados:

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, R\$ 277.635 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 299.448 mil).

Com base nos diversos regulamentos dos planos de benefício e em atendimento ao pronunciamento do Ibracon, aprovado pela Deliberação CVM 371/2000, as empresas avaliam atuarialmente suas obrigações relativas a benefícios complementares a empregados, cuja necessidade de cobertura apurada está refletida nas Demonstrações Financeiras, atingindo o montante de R\$ 2.069.701 mil, estando apresentadas no passivo circulante a parcela de R\$ 502.699 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 368.950 mil) e no passivo não circulante a parcela de R\$ 1.567.002 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 1.841.685 mil), sob o título Previdência Complementar.

Em 2007, as controladas Furnas e Eletronuclear registraram como receita daquele exercício, a parcela relativa ao excedente da avaliação atuarial de benefícios pós emprego em relação aos contratos pactuados junto à Fundação Real Grandeza, no montante de R\$ 1.137.904 mil, apresentando-a como conta redutora de passivo. Em 2008, a título de melhor apresentação, em observâncias às deliberações CVM, em especial a Deliberação 489/2005 e 371/2000, essa

parcela passou a ser apresentada no ativo, observando-se o limite da obrigação contratada. Em função dos referidos contratos não estarem incluídos nos valores justos dos ativos da fundação nos termos da Deliberação CVM 371/2000 e pelo fato das patrocinadoras serem garantidoras e responsáveis pela formação e realização desse ativo, o direito foi reconhecido a título de diferimento, sujeito a avaliações atuariais futuras.

Os valores pactuados entre as partes estão em fase de amortização e visam cobrir insuficiências passadas dos ativos decorrentes de avaliações atuariais. O superávit apresentado, aliado à realização dos referidos instrumentos financeiros, minimiza o risco futuro de eventual passivo atuarial. De acordo com as condições estabelecidas pela Deliberação CVM 371/2000, a Empresa não reconheceu o resultado positivo, além dos montantes não incluídos no valor justo dos ativos.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita à alterações, quando da revisão atuarial realizada anualmente.

NOTA 29 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

De acordo com a Instrução CVM 247/96, o reconhecimento de perdas em investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, que apresentem sinais de necessidade de apoio financeiro da investidora, ou de paralisação de seus negócios, devem ser limitadas até o valor do investimento registrado na empresa controladora e, caso exista, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) absorvidos e reconhecidos pela investidora e registrados em conta específica de passivo em contrapartida da despesa do exercício.

As controladas Cepisa e Ceron apresentam patrimônio líquido negativo nos montantes de R\$ 258.975 mil e R\$ 106.125 mil, respectivamente, e sinais de necessidade de apoio financeiro da Eletrobrás, havendo intenção da investidora em manter o seu apoio financeiro à investida, pelo que, a controladora mantém provisão para cobertura desses passivos a descoberto no valor de R\$ 353.921 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 875.777 mil), vide Nota 16.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Na data de encerramento das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para passivos contingentes, por natureza:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Trabalhistas	-	-	507.195	418.775
Tributárias	-	-	181.853	32.770
Cíveis	-	-	778.660	713.349
Outros	-	-	186.594	118.241
(-) Depósitos judiciais	-	-	(172.593)	(187.283)
	-	-	1.481.709	1.095.852
Não Circulante				
Trabalhistas	88.574	17.072	461.831	306.641
Tributárias	-	-	60.147	129.361
Cíveis	1.328.244	1.328.244	1.899.297	1.884.573
(-) Depósitos judiciais	(407.304)	(308.124)	(725.719)	(439.284)
	1.009.514	1.037.192	1.695.556	1.881.291
	1.009.514	1.037.192	3.177.265	2.977.143

A Eletrobrás e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A administração da Companhia, de acordo com a Deliberação CVM 489/2005, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *provável*, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *possível*, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *remoto*, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela administração da Companhia e suas controladas, e por seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31.12.2006	1.158.355	3.018.725
Constituição de provisões	-	444.330
Reversão de provisões	-	(185.758)
Pagamentos	-	(140.787)
Atualização monetária	-	19.886
Depósitos judiciais	(121.163)	(185.074)
Levantamento de depósitos judiciais	-	5.821
Saldo em 31.12.2007	1.037.192	2.977.143
Constituição de provisões	71.502	682.870
Reversão de provisões	-	(311.265)
Pagamentos	-	(42.240)
Atualização monetária	-	24.592
Depósitos judiciais	(99.180)	(168.997)
Levantamento de depósitos judiciais	-	15.162
Saldo em 31.12.2008	1.009.514	3.177.265

1 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda provável:

1.1 - Ações judiciais cíveis

1.1.1 - Em empresas controladas

Na controlada Chesf:

- a) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Com-

panhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, Constran S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 mil, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou que a ação tramitasse perante a Justiça Estadual de Pernambuco. Em 31 de dezembro de 2008 aguardava-se o julgamento do referido agravo.

A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, havendo a Chesf interposto Embargos de Declaração para esclarecimento de determinados pontos de sua Apelação que foram omitidos na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da Chesf interuseram, em seguida, Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31 de março de 2004 os recursos especiais ajuizados pela Chesf haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela Chesf não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento. Em 30 de junho de 2005 os referidos recursos se encontravam sub judice nos Tribunais Superiores. Após essa data e até 31 de março de 2006, os agravos de instrumento interpostos pela Chesf no STF foram denegados, enquanto que o Recurso Especial interposto pela Chesf e pela União Federal junto ao STJ recebeu parecer do Ministério Público Federal, o qual manifestou-se pela anulação do processo por incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para apreciar a ação e pelo reexame do mérito pelo juízo competente. Em 30 de setembro de 2006, os autos se encontravam conclusos para decisão.

Em novembro de 1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245.000 mil, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24 de junho de 2006, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção da tutela antecipada pelo Consórcio.

Posteriormente as rés apresentaram processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal. Em 30 de setembro de 2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da condenação. Depois da apresentação do primeiro laudo pelo perito, as partes solicitaram esclarecimentos ao laudo, e o processo encontra-se com o perito, para exame.

A administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 357.067 mil, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2007, Recurso Especial e Agravos de Instrumento estavam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente; os autos desses recursos se encontravam conclusos para o Ministro Relator, cabendo salientar que, na 12ª Vara da Comarca do Recife, permanecia em andamento a ação de liquidação da decisão na esfera estadual, com audiência para debates sobre o laudo pericial prevista para 19 de fevereiro de 2008.

Julgando o processo de liquidação da sentença, o juiz reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, tendo em vista a presença da União como parte interessada no feito. O Consórcio Xingó, interpôs embargos de declaração contra essa decisão, havendo o juiz, em vista desse recurso, mantido a sua decisão e encaminhado os autos para a Justiça Federal. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento que, em 30 de setembro de 2008, encontrava-se sub judice no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 31 de dezembro de 2008 aguardava-se o julgamento do referido agravo.

- b) Ação de Indenização de 14.400 he de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé, na Bahia, pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50.000 mil, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2008, a CHESF havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia.

Na Controlada CGTEE:

As contingências cíveis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores cuja perda provável estimada pela assessoria jurídica da Companhia é de R\$ 270 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 155 mil em 31 de dezembro de 2007).

Na Controlada Eletronorte:

As demandas cíveis de maior relevância são de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos, e por desapropriações de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda provável é de R\$ 690.266 mil.

1.2 - Ações judiciais trabalhistas

1.2.1 - Na Controladora:

A companhia mantém provisão no valor de R\$ 88.574 mil para fazer face a eventuais perdas em processos trabalhistas.

1.2.2 - Em empresas controladas

Na controlada Furnas:

a) Data-base dos engenheiros

O Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação, cujo valor estimado e contabilizado é de R\$ 83.436 mil (2007 - R\$ 71.500 mil), sendo R\$ 16.747 mil relativos a empregados transferidos para a Eletronuclear em decorrência da cisão das atividades nucleares ocorrida em 1997.

b) Periculosidade

Diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico. O montante estimado para cobertura de eventuais perdas, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 62.597 mil.

c) Complemento de aposentadoria

O montante de R\$ 58.808 mil refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria - paridade com os empregados ativos.

d) Diversas ações

Para cobertura de diversas ações cíveis e trabalhistas, movidas contra a empresa, é mantida em 31 de dezembro de 2008 provisão de R\$ 121.982 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 61.602 mil) relativa aos processos em andamento.

Na controlada Chesf:

As contingências da área Trabalhista são compostas, na sua maioria, de ações relativas a periculosidade, horas extras, de contribuições à FaChesf, em regime de solidariedade, e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas, sendo as principais destacadas abaixo:

a) Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do estado da Bahia, proposta pelo

Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso - GRP, Paulo Afonso - BA, de diferença de salário conseqüente da incidência do Adicional do Decreto-Lei 1971 - ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 7.500 mil. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho - TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução tendo sido pagos R\$ 3.700 mil a uma significativa parte dos empregados. Resta uma expectativa de pagamento de R\$ 3.800 mil. Em 31 de dezembro de 2008, a situação permanecia inalterada, aguardando a sentença de liquidação.

- b) Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza - CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do estado do Ceará - Sindeletro, pretende o ressarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte - GRN (Ceará e Rio Grande do Norte), decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6.000 mil. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23 de agosto de 2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1.300. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza - CE, tendo a sentença transitado em julgado. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se julgamento do Agravo de Instrumento em Agravo de Petição dos Reclamantes, na execução em processamento.
- c) Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife - PE, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do estado de Pernambuco - Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados no Recife - PE, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4.000 mil. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente, 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação através de perícia. Em 30 de junho de 2008, havia sido concluída a perícia tendo o judiciário apurado o valor de R\$ 3.300 mil. Pelos cálculos dos consultores jurídicos da Companhia este débito é de R\$ 2.900 mil, cuja diferença será objeto de impugnação em embargos de execução. Em 31 de dezembro de 2008, a situação permanecia inalterada.

1.3 - Ações judiciais tributárias

1.3.1 - Em empresas controladas

Na controlada Furnas:

a) A controlada, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão no valor de R\$ 83.424 mil, relativas a Pasep/Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da Reserva Global de Reversão (RGR) dos períodos de outubro de 1995 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007.

b) Autos de infração - Finsocial, Cofins e Pasep

Em 3 de maio de 2001, a empresa recebeu autos de infração relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 mil (R\$ 791.796 mil históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, em 1º de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Parcelamento Especial - Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão pelo Superior Tribunal Federal (STF), da Súmula Vinculante 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para cinco anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 mil para R\$ 228.592 mil.

A empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 83.424 mil, relativas a Pasep/Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da Reserva Global de Reversão (RGR) dos períodos de outubro de 1995 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 145.168 mil referem-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para Furnas, segundo o entendimento de sua área jurídica.

Na controlada Eletronorte:

a) A controlada possui algumas questões envolvendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e mantém provisão no valor de R\$ 53.033 mil, para cobrir eventuais perdas nesses processos.

Na controlada Chesf:

a) A controlada, possui questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (PIS/Pasep - Cofins) e outros tributos singulares. A companhia mantém provisão no valor de R\$ 8.770 mil (em 31 de dezembro de 2007 - R\$ 8.321 mil).

2 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível:

2.1 - Ações judiciais cíveis

2.1.1 - Na Controladora:

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.328.244 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 1.328.244 mil), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

As demandas que foram objeto de provisão impugnaram a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobrás por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembléias Gerais Extraordinárias da Eletrobrás.

Existem atualmente 3.578 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos de conhecimento em curso.

A administração da Eletrobrás, ademais, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia que o risco de perda dessas ações, que discutem os critérios de atualização monetária aplicados aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório, constituídos a partir de 1978, é classificado como possível.

Contudo, dada a relevância dos valores envolvidos, a verificação de decisões desfavoráveis já ocorridas, à não pacificação do mérito em julgamento pelo STJ e, ainda, baseada no princípio da prudência, a Companhia adota a prática de manter provisão para contingências, integralmente constituída em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis.

Neste cenário, portanto, dada a relevância da questão, a administração da Companhia opta por reconhecer e divulgar, de forma cautelosa, fatores que possam influenciar o patrimônio da Companhia, caso ocorra algum fato ou evento, no curso dos julgamentos, adverso à ela, cumprindo assim o dever de preservar, da melhor maneira possível, os usuários das Demonstrações Financeiras, em particular quanto à avaliação de seus passivos e, conseqüentemente do patrimônio líquido, buscando evitar análises excessivamente otimistas nas tomadas de decisão com base na informação contábil.

Desse modo, o valor acumulado da provisão, no montante de R\$ 1.328.244 mil, mantido apesar da classificação de risco possível, é julgado suficiente pela administração da Compa-

nhia, está em conformidade com os diversos estágios em que se encontram as ações judiciais e reflete a incerteza sobre o desfecho dos processos judiciais, pela sua própria natureza, não sendo possível, no estágio e circunstâncias atuais, concluir sobre o final das demandas, que poderão atingir a cifra aproximada de R\$ 3.350.000 mil.

2.1.2 - Em empresas controladas

Na controlada Chesf:

- a) Duas ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/Constran/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 8 de junho de 1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada em 31 de maio de 2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito à compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou as ações e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa dos processos a uma das varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17 de outubro de 2005. Atualmente, os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para a prolatação da sentença. Em 31 de dezembro de 2008, a situação permanecia inalterada.

- b) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no estado de Sergipe, no valor de R\$ 100.000 mil, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção dessa usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27 de junho de 2002, e contestada no prazo legal. Após uma sequência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31 de agosto de 2005, a inclusão do Ibama, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e Adema-SE no polo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30 de setembro de 2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30 de setembro de 2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada

da procuração dos novos patronos da Chesf. Em 31 de dezembro de 2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da Chesf (União Federal, Ibama, IMA-AL, CRA-BA e Adema-SE) já haviam sido citados. Em 12 de setembro de 2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: "Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a Chesf comunicar". Considerando que o agravo de instrumento interposto pela Chesf foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31 de março de 2008.

Em 13 de junho de 2008 foi publicado despacho do juiz determinando a citação da União e do Ibama, bem como a intimação da parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação. Em 30 de setembro de 2008, os autos se encontravam com vistas para o Ibama. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se a realização de audiência de conciliação, prevista para 19 de fevereiro 2009. Não tendo ocorrido conciliação na audiência de 19 de fevereiro de 2009, o juiz determinou novas providências para o andamento do processo.

- c) Na comarca de Brejo Grande/SE, há também uma ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100.000 mil com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada, encontrando-se esse feito abandonado pela parte autora desde fevereiro de 2005. O último movimento processual ocorreu em novembro de 2007, quando o juiz determinou a intimação do Ministério Público a se pronunciar sobre a ação. Em 31 de março de 2008, o processo permanecia parado e ainda sem manifestação do Ministério Público. Em 30 de junho de 2008, o juiz da Comarca de Brejo Grande havia proferido decisão reconhecendo a incompetência da justiça estadual para apreciar o feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Em 30 de setembro de 2008, os autos se encontravam com vistas para o Ibama. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se a devolução dos autos pelo Ibama.

Conforme avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa de perda dessas ações (itens b e c) é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto aos valores dos pedidos.

Na controlada CGTEE:

A controlada foi acionada pela CEEE-D para cobrança de valores relativos à ação de transferência da CGTEE efetuada pela CEEE para Eletrobrás. Este processo tem um valor de R\$ 3.650 mil e segundo análise da Assessoria Jurídica a probabilidade de perda pela Companhia é possível.

3 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda remota:

3.1 - Ações judiciais cíveis

3.1.1 - Na Controladora:

A Eletrobrás figura como ré em uma ação movida pela Associação Brasileira dos Consumidores de Água e Energia Elétrica - Assobraee, que tramita na 17ª Vara da Justiça Federal - DF, cujo objeto é a busca da utilização do valor de mercado da ação da Eletrobrás como preço de emissão das ações emitidas para pagamento dos créditos do Empréstimo Compulsório, as quais são realizadas utilizando-se o valor patrimonial da ação. A tal causa foi atribuído, pelo autor, o valor de R\$ 2.397.003 mil, sendo que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda dessa demanda é remoto.

A Eletrobrás também é parte em diversas outras ações judiciais cujo objeto é o resgate de Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia em decorrência do empréstimo compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 a 1976. Ditas Obrigações são inexigíveis, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/62 e no artigo 1º do Decreto 20.910/32.

A administração da Companhia, então, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, conclui que a possibilidade de perda da Eletrobrás nas ações que têm esse objeto é remota, pois a jurisprudência tem confirmado a prescrição do direito à postulação do resgate das obrigações emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório e a consequente inexigibilidade desses títulos (vide Nota 22).

3.1.2 - Em empresas controladas

Na controlada Chesf:

Apesar de ser considerada pelos consultores jurídicos da Companhia, como de risco de perda remota, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior, contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou *“não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior,*

afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica". Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo assistente técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações financeiras da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo. E, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, através de sentença publicada em 8 de março de 2008.

Contra a sentença, a Mendes Júnior apresentou embargos de declaração, em que pediu que fosse acatado o laudo elaborado pelo perito oficial, em sua integralidade. O Ministério Público Federal apresentou embargos de declaração pedindo que a ação fosse julgada inteiramente improcedente.

Os embargos da Mendes Júnior e do Ministério Público Federal foram rejeitados pela MM. Juíza da 12ª Vara Federal.

A Chesf e a União Federal apresentaram embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza, através de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença, relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior. Sendo esclarecida a sentença no ponto em que determina que, na apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior, devem ser abatidos todos e quaisquer pagamentos do principal, e todas e quaisquer compensações financeiras pagas pela Chesf, em cumprimento do contrato.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando especialmente que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer *jus* a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. Em dezembro de 2008, a União Federal, a Chesf e a empreiteira Mendes Júnior, já haviam interposto apelação, estando em curso o prazo para o Ministério Público se manifestar sobre a sentença.

Considerando elementos já constantes do processo, se vê que a Mendes Júnior não tomou qualquer empréstimo, especificamente para financiar a ação de Itaparica (ou não os tomou nos montantes expressos), e considerando ainda que, segundo a sentença, devem ser compensados todos os benefícios concedidos à Mendes Júnior, durante a execução do contrato; e considerando, por fim, os cálculos já efetuados preliminarmente pela Chesf, a Consultoria Jurídica da Chesf corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são remotos.

NOTA 31 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares.

No caso das usinas termonucleares brasileiras - Angra 1 e Angra 2, o método selecionado para o programa de descomissionamento é aquele internacionalmente designado com "SAFSTOR", que consiste da desmontagem total da usina após um período de dormência de 15 anos.

A mensuração das obrigações associadas à execução do programa de desmobilização desses ativos é baseada nas leis e regulamentos nacionais e internacionais vigentes, tecnologia atualmente disponível para execução das respectivas atividades e custos específicos associados ao local de implantação das usinas.

A Eletronuclear está legalmente responsável, segundo as disposições da Lei 10.308/2001, pelos depósitos iniciais de rejeitos decorrentes das atividades do programa de descomissionamento de Angra 1 e Angra 2, e dessa forma os custos são incluídos na obrigação para desmobilização das duas usinas. Pelas disposições da Lei 10.308/2001, a responsabilidade e, portanto, os custos para implantação de depósitos intermediários e finais de rejeitos são da Cnen e, por conseguinte, esses custos não estão incluídos na estimativa da obrigação de desmobilizações das usinas termonucleares. Entretanto, os custos de armazenagem dos rejeitos decorrentes das atividades do programa de descomissionamento estão nela incluídos. Ainda, no seu artigo 18, foi estabelecido que o serviço de depósito de rejeitos intermediários e finais terá seus respectivos custos indenizados à Cnen pelos depositantes, conforme tabela aprovada pela Comissão Deliberativa da Cnen a vigorar a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação no Diário Oficial da União.

Com o início da operação de Angra 2 em 2000, foram realizados novos estudos sobre os custos de descomissionamento, tomando como referência estimativas aplicáveis a um conjunto de 17 usinas dos Estados Unidos da América e dez usinas Européias, Canadenses e Japonesas que se encontram em estágios diferentes de descomissionamento, bem como os critérios estipulados pela *NRC - Nuclear Regulatory Commission* dos EUA. Esses critérios foram utilizados em estudos de usinas similares às brasileiras, incluindo um estudo específico realizado na usina de *Krisko*, que é considerada gêmea de Angra 1.

Naquele estudo, o custo de desmobilização de Angra 1 e Angra 2 foi estimado no montante de US\$ 197,816 mil e US\$ 240,000 mil e o final da vida útil econômica das usinas estavam projetados para dezembro de 2014 e agosto de 2030, respectivamente.

Em 2007, a administração da Companhia reavaliou os valores e definiu parâmetros e regulamentos para o estabelecimento de reservas financeiras necessárias para a cobertura do descomissionamento das usinas.

Desta forma o custo de desativação (descomissionamento) passou a ser estimado em US\$

307,000 mil e US\$ 426,000 mil para Angra 1 e Angra 2, respectivamente. Como decorrência desta reavaliação, portanto, o total da obrigação foi reavaliado de US\$ 437,816 mil para US\$ 733,000 mil. A vida útil econômica das usinas foi reavaliada para 40 anos.

Atendendo a Instrução CVM 469/2009 estes valores, quando ajustados a valor presente, em dezembro de 2008, montam US\$ 82,372 mil (Angra 1) e US\$ 31,520 mil (Angra 2), sendo o saldo total do passivo correspondente às obrigações para a desmobilização das usinas termonucleares Angra 1 e 2 de R\$ 266.168 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 451.017 mil). Para o cálculo do valor presente do passivo de descomissionamento, foi utilizada uma taxa de desconto adequada ao risco do negócio.

Os valores apresentados na formação do passivo para descomissionamento de usinas termonucleares são estimados e serão revistos durante a vida útil das instalações, considerando-se os avanços tecnológicos e a forma a alocar o período de acúmulo dos custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional.

Não existe, atualmente, legislação brasileira específica que regulamente o descomissionamento de usinas termonucleares, não sendo, portanto, estabelecidas as condições sob as quais o descomissionamento efetivamente ocorrerá, nem definidos os procedimentos a serem implementados, os montantes de recursos financeiros a serem gastos e o tratamento a ser dado na hipótese de recursos financeiros insuficientes ou excessivos por ocasião dos desembolsos.

A Eletronuclear gerencia os rejeitos de baixa, média e alta radioatividade. Os rejeitos de baixa radioatividade incluem materiais descartáveis utilizados durante as atividades de operação e manutenção das usinas termonucleares. Os rejeitos de média radioatividade são constituídos por resinas e filtros de purificação de fluidos. Os rejeitos de alta radioatividade estão contidos nos elementos de combustíveis usados.

Dessa forma, a Eletronuclear tem implantado um Centro de Gerenciamento de Rejeitos para aqueles de baixa e média radioatividade, localizados, na cidade de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro.

Para os rejeitos de alta radioatividade, a Eletronuclear opera dois depósitos iniciais denominados como piscinas de estocagem de combustível usado, integrados às usinas Angra 1 e Angra 2. Encontra-se em projeto uma piscina de estocagem de elementos combustíveis usados, externa às usinas, que expandirá a capacidade de armazenagem, permitindo estocar todo o combustível usado pelos reatores de Angra 1 e Angra 2, durante toda sua vida útil.

Os custos de descomissionamento incluem os serviços referentes à remoção, transporte e disposição final dos rejeitos de baixa e média radioatividade gerados durante a realização do programa de descomissionamento. Incluem também a remoção e transporte dos elementos combustíveis usados para armazenagem em depósito para esse fim designado pela Cnen. Esses custos, entretanto, não incluem os serviços de armazenagem intermediária e final subsequente desses elementos combustíveis.

O fato desses últimos custos não serem considerados decorre de inexistir procedimentos, regulamentação técnica e legislação específica para a armazenagem de longa duração de elementos combustíveis usados.

Os combustíveis usados poderão ser futuramente reciclados através de técnicas de reprocessamento, como já é feito hoje em países como a França e o Japão, o que poderia gerar recursos para ao custeio da armazenagem final dos rejeitos de alta radioatividade.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas term nucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

NOTA 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 26.156.567 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 24.235.829 mil) e suas ações não têm valor nominal. As preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.132.357.090 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	488.656.241	53,99	-	35.191.714	15,49	523.847.955	46,26
BNDESPAR	133.757.950	14,78	-	-	-	133.757.950	11,81
FND	45.621.589	5,04	-	-	-	45.621.589	4,03
FGP	40.000.000	4,42	-	-	-	40.000.000	3,53
Outros	196.987.747	21,77	146.920	191.994.929	84,51	389.129.596	34,37
	905.023.527	100,00	146.9200	227.186.643	100,00	1.132.357.090	100,00

Do total das 389.129.596 ações em poder dos minoritários, 239.401.535 ações, ou seja, 61,52% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 132.867.994 ações ordinárias, 27 ações preferenciais da classe "A" e 106.533.514 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 69.298.867 ações ordinárias e 33.438.069 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de

American Depositary Receipts - ADRs. Em 31 de dezembro de 2008, o valor patrimonial da ação é de R\$ 75,61 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 70,79).

II - Conversão do Empréstimo Compulsório em Ações

A 151ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 30 de abril de 2008, deliberou pela 4ª. conversão em ações preferenciais nominativas de classe "B", representativas do capital social da Eletrobrás, da totalidade dos créditos decorrentes do Empréstimo Compulsório existentes em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 202.375 mil, constituídos após a 3ª. conversão, realizada em 28 de abril de 2005.

O preço de emissão das ações tomará por base o valor patrimonial da ação da Eletrobrás em 31 de dezembro de 2007, correspondente a R\$ 70,79 observados os termos do artigo 4º. da Lei 7.181/83.

Os valores residuais que não perfizeram número inteiro de ações foram pagos em espécie, conforme estabelece o artigo 10, do Decreto 81.668/78, acrescidos dos valores eventualmente recebidos, decorrentes do exercício do direito de preferência de subscrição pelos demais acionistas, conforme estabelece orientação da CVM.

O prazo para o exercício do direito de preferência de subscrição pelos demais acionistas, foi dado em conformidade com o Artigo 171, § 2º. da Lei 6.404/76, bem como o prazo para a entrega das ações oriundas da conversão. Estes prazos foram de 30 e 60 dias, respectivamente, contados a partir da realização da AGE, alterando o artigo 6º. do Estatuto Social da Eletrobrás, que trata da composição do Capital Social e das Ações.

III - Reservas de Capital

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.243.272
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - Finor, Finam e outros.	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>25.907.304</u>

A Reserva de Capital denominada Conta de Resultado a Compensar - CRC corresponde à participação percentual da Eletrobrás no reconhecimento das insuficiências de remuneração

de suas controladas, no extinto regime de remuneração garantida vigente no setor elétrico brasileiro até o exercício de 1993, absorvidas e reconhecidas patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos pelo Tesouro Nacional.

IV - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, respectivamente:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
Legal (art.193 - Lei 6.404/76)	2.037.863	1.731.038
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/76):		
Estudos e projetos	61.365	255.899
Investimentos	16.977.346	15.432.771
Outras	-	11.080
Retenção de lucros (art. 196 - Lei 6.404/76)	487.476	68.748
Especial (art. 202 - Lei 6.404/76):		
Dividendos Não Distribuídos	9.336.858	8.300.832
	<u>28.900.908</u>	<u>25.800.368</u>

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo atualizado da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos (art. 202 - Lei 6.404/76) apresenta a seguinte composição, por acionista detentor de ações ordinárias.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		RESERVA
	QUANTIDADE	%	R\$ mil
União	488.656.241	53,99	5.040.970
BNDESPAR	133.757.950	14,78	1.379.988
FND	45.621.589	5,04	470.578
FGP	40.000.000	4,42	412.689
Minoritários	196.987.747	21,77	2.032.633
Total	<u>905.023.527</u>	<u>100,00</u>	<u>9.336.858</u>

V - Reservas de Reavaliação

Refere-se à reserva reflexa das coligadas relevantes Celpa e Cemat, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que procederam a reavaliação de bens de seu ativo imobilizado.

VI - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital em caráter irrevogável são classificados no Patrimônio Líquido e são atualizados pela taxa Selic, de acordo com o decreto 2.673/98:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
Aquisição de participação acionária na CEEE	1.959.715	1.742.265
Aquisição da participação acionária na CGTEE	1.882.864	1.673.938
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	64.868	57.670
Usina Hidrelétrica de Xingó	182.257	162.034
Linhas de transmissão no estado da Bahia	28.530	25.365
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	169.119	150.353
	<u>4.287.353</u>	<u>3.811.625</u>

NOTA 33 - OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Fornecimento	5.695.688	5.884.191
Suprimento	9.372.059	8.385.288
Transmissão	4.334.236	3.403.342
Comercialização CCEE - energia de curto prazo	2.604.620	1.066.798
Repasse de Energia de Itaipu	5.777.524	6.273.929
Ativo Regulatório - Comercialização da energia de Itaipu	3.666.637	590.024
	<u>31.450.764</u>	<u>25.603.572</u>

NOTA 34 - DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Reserva Global de Reversão - RGR	536.711	471.069
Conta de Consumo de Combustível - CCC	332.979	452.152
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	66.304	70.871
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de EE - Proinfa	73.936	57.975
Outros	181.743	183.924
	1.191.673	1.235.991
ICMS	984.608	882.750
	2.176.281	2.118.741

NOTA 35 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	(236.157)	1.149.525	-	-
Rendimentos de capital - Itaipu	36.157	39.325	36.157	39.325
	(200.000)	1.188.850	36.157	39.325
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	464.267	411.725	464.267	411.725
Juros sobre o capital próprio	96.341	109.936	96.341	109.936
	560.608	521.661	560.608	521.661
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	14.171	16.942	14.171	16.942
Dividendos	88.643	88.004	88.643	88.004
Remuneração dos investim. em parcerias	(80.623)	67.832	(34.046)	87.360
	22.191	172.778	68.768	192.306
	382.799	1.883.289	665.533	753.292

NOTA 36 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Pessoal	220.941	260.425	3.670.434	3.233.364
Material	2.899	2.284	260.854	234.683
Serviços	54.613	55.661	1.508.354	1.450.491
	<u>278.453</u>	<u>318.370</u>	<u>5.439.642</u>	<u>4.918.538</u>

NOTA 37 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Uso da Rede Elétrica	1.101.220	976.647
Suprimento	5.534.238	1.967.566
Energia de Itaipu	2.047.016	3.320.526
Comercialização CCEE - Energia de curto prazo	1.212.066	1.108.673
Outras	38.994	23.866
	<u>9.933.534</u>	<u>7.397.278</u>

NOTA 38 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Contingências	71.501	-	345.273	173.630
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	40.345	272.435
PCLD - RTE	-	-	(242.734)	68.543
PCLD - CCEE	-	-	-	293.560
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	37.045	29.001	37.045	29.001
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	468.405	127.710
PCLD - Títulos e Valores Mobiliários	12.981	(9.007)	12.981	(9.007)
Valor Recuperável de Ativos (Impairment)	-	-	770.231	-
Perdas na realização - Afacs	(7.535)	42.394	-	-
Passivo a descoberto em Controladas	135.652	532.781	-	-
Outras	54.350	(8.686)	112.545	149.250
	<u>303.994</u>	<u>586.483</u>	<u>1.544.091</u>	<u>1.105.122</u>

NOTA 39 - RESULTADO FINANCEIRO

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Receitas (Despesas) Financeiras				
Receita de juros, comissão e taxas	3.568.780	4.188.934	1.199.439	1.958.944
Encargos de dívidas	(479.655)	(447.237)	(1.442.159)	(1.433.014)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.576.023)	(1.353.792)	(1.599.504)	(1.370.808)
Receita de aplicações financeiras	959.344	537.453	1.160.571	868.132
Outras receitas (despesas)	30.068	144.973	113.007	1.333.660
	<u>2.502.514</u>	<u>3.070.331</u>	<u>(568.646)</u>	<u>1.356.914</u>
Atualizações Monetárias e Cambiais				
Atualizações monetárias líquidas	997.786	528.082	320.223	42.927
Atualizações cambiais líquidas	4.297.123	(3.000.510)	3.632.191	(2.608.504)
	<u>5.294.909</u>	<u>(2.472.428)</u>	<u>3.952.414</u>	<u>(2.565.577)</u>
	<u>7.797.423</u>	<u>597.903</u>	<u>3.383.768</u>	<u>(1.208.663)</u>

NOTA 40 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA

A Eletrobrás e suas controladas adotam um programa de participação dos empregados nos resultados da Companhia, que tem como objetivo incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da empresa, aplicáveis a todos os empregados.

A participação dos empregados nos lucros ou resultados ocorre com base em acordos coletivos de trabalho firmados com os empregados e entidades sindicais, nos termos da legislação federal em vigor, através da pactuação prévia de metas e compromissos.

Dessa forma, no exercício de 2008, a Eletrobrás provisionou o montante de R\$ 23.000 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 18.000 mil) sendo, no consolidado, R\$ 176.817 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 159.926 mil), correspondente à participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados - PLR, observada a Resolução 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

O pagamento da PLR será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas que apreciará as presentes Demonstrações Financeiras.

NOTA 41 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS, ADMINISTRADORES E DIRIGENTES

A menor e a maior remuneração pagas a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2008, foram de R\$ 1.719,03 e R\$ 24.122,80 (inclui adicional de transferência), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Eletrobrás. O maior honorário atribuído a dirigente, tomando-se por base o mês de dezembro de 2008, correspondeu a R\$ 28.186,00.

A remuneração total dos administradores e dirigentes da Companhia no ano de 2008 foi de R\$ 3.592 mil, sendo R\$ 551 mil do Conselho de Administração e R\$ 3.041 mil da Diretoria Executiva.

NOTA 42 - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

A Eletrobrás implantou um Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVE, destinado ao redimensionamento do seu quadro de empregados e aberto a todos aqueles que estiverem enquadrados nas seguintes condições:

- a) Participantes do Plano de Benefício Definido da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros - estejam aposentados pelo INSS e em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto à Eletros, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE;
- b) Participantes do Plano de Contribuição Definida da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros - estejam em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto à Eletros, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE; e

- c) Não Participantes da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros - estejam aposentados pelo INSS, ou em condições de se aposentar, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE, ainda que de forma proporcional, pelo Regime Geral da Previdência Social.

Após o término empregatício com a Eletrobrás, a Companhia não será responsável por qualquer contribuição à Previdência Pública ou Privada.

O incentivo ao empregado no âmbito do PDVE se dará pelo pagamento de uma indenização complementar, por ano trabalhado, acrescidas das verbas rescisórias devidas em uma dispensa imotivada, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Cinquenta por cento de uma remuneração mensal por ano completo trabalhado, limitado a vinte e quatro anos e ao correspondente a doze vezes o maior salário da Companhia;
- b) Assistência à saúde por doze meses a partir da data de desligamento.

O período de adesão ao PDVE encerrou-se em 31 de dezembro de 2007, com a inclusão de 311 empregados, sendo que 68 empregados já se desligaram até dezembro de 2008. Em 2009 está previsto o desligamento de 243 empregados.

Para fazer face aos gastos decorrentes da implantação do PDVE, a Companhia mantém provisionado na rubrica "Obrigações Estimadas", na data-base de 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$ 67.835 mil, a ser realizado até dezembro de 2009, na proporção dos desligamentos.

NOTA 43 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

I - Gestão de Recursos

Nas aplicações de recursos financeiros da Eletrobrás destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, detalhados nas Notas 9 e 16 e nos anexos II e III.

II - Instrumentos Financeiros

- a) Caixa e equivalente de caixa: os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- b) Títulos e valores mobiliários: classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

- c) Consumidores e revendedores: Os valores a receber de consumidores e revendedores são classificados como mantidos até o vencimento e estão apresentados por seus valores prováveis de realização.
- d) Créditos renegociados: são classificados como mantidos até o vencimento e estão apresentados por seus valores prováveis de realização.
- e) Financiamentos e empréstimos concedidos: Os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de financiamento do setor elétrico nacional, sendo remunerados em média a 9,73% a.a. (31 de dezembro de 2007 - 8,99 % a.a.).

Os financiamentos estão restritos as concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 784 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 42.234.271 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 36.522.430 mil), conforme demonstrado a seguir:

MOEDA	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	8,637,294	47,79	20.185.355
IGP-M	4,327,464	23,95	10.113.284
Real	4,736,721	26,21	11.069.717
Yen	261,955	1,45	612.189
Euro	108,569	0,60	253.726
Total	18,072,002	100,00	42.234.271

- f) Empréstimos e financiamentos obtidos:

No exigível a longo prazo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e os Fundos Setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão - RGR. Os valores de mercado desses empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto às agências multilaterais internacionais - BID, Bird, CAF, não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Eletrobrás finalizou o exercício de 2008 com 13 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 4.158.111 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 1.716.302 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	1,438,416	80,84	3.361.578
Yen	232,070	13,04	542.348
Euro	108,766	6,12	254.186
Total	1,779,252	100,00	4.158.111

g) O Empréstimo Compulsório, extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente a Eletrobrás gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Os valores de mercado desses empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

h) Derivativos

1 - Política

A Companhia apresenta desequilíbrios entre ativos e passivos momentâneos denominados em moedas estrangeiras, decorrente principalmente dos recebíveis de sua controlada em conjunto Itaipu Binacional (contratos de financiamentos) e do seu baixo endividamento, estando, portanto, sujeita a impactos em seu patrimônio e em seu resultado por conta de alterações nas taxas de câmbio, em especial o dólar norte-americano.

Como recurso para proteger-se dessa exposição, a administração da Companhia realiza operações com derivativos financeiros, visando mitigar o risco cambial.

A política de *hedge* da Companhia não prevê a contratação de instrumentos que caracterizem concessão de crédito, captação de recursos ou qualquer tipo de alavancagem financeira, fixando-se na finalidade de, exclusivamente, proteger suas demonstrações financeiras da volatilidade cambial.

2 - Objetivos e estratégias

No âmbito das autorizações dadas à sua política de *hedge*, a Companhia realizou em 2008, operações de proteção para os recebíveis a vencer até o final de 2008, em um montante de US\$ 280,000 mil. A Companhia utilizou vendas a termo de dólares norte-americanos (*Non-Deliverable Forwards* - NDFs), casando os vencimentos dos contratos com as datas de recebimento do serviço da dívida da controlada em conjunto Itaipu Binacional.

Uma vez que a Companhia não havia se utilizado anteriormente desse tipo de instrumento financeiro, foram desenvolvidos os controles internos necessários ao acompanhamento das operações, registro de posições e de marcação contábil e a mercado da carteira.

Também foi monitorado sistematicamente o comportamento das projeções dos parâmetros que influenciam a flutuação do câmbio, avaliando-se desta forma a aderência da estratégia ao perfil de risco e aos objetivos da política de *hedge* definida pela administração da Companhia.

Esses controles mostraram-se eficientes tanto para o gerenciamento da carteira quanto para o fornecimento de informações contábeis necessárias à apropriação dos resultados da carteira.

Atualmente a Companhia vem estudando a possibilidade de ampliar o escopo da sua política de *hedge*, passando a abranger outros fatores de risco de mercado como índices, taxas de juros e derivativos embutidos em contratos.

3 - Riscos

O valor da carteira de derivativos pode sofrer alterações de acordo com a variação da cotação do dólar norte-americano à vista e das taxas de juros internas em reais (DI futuro) e em dólares (cupom cambial). Portanto, a volatilidade desses fatores de risco influencia o resultado obtido com os instrumentos. Entretanto, pela natureza de serem operações de proteção, tal risco é mitigado pelos próprios recebíveis que lastreiam as operações até a data de vencimento, pela apropriação das receitas/despesas de variação cambial e, no vencimento, pelo recebimento do fluxo de caixa do ativo correspondente, o qual também é valorado pela taxa de câmbio vigente.

Em operações contratadas no mercado de balcão, existe também o risco da contraparte, ou seja, a chance de *default* da instituição financeira correspondente. Para mitigá-lo, a Companhia somente firma contratos com bancos que possuam porte compatível e classificação de *rating* mínima de grau de investimento.

4 - Valor justo dos instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2008, todas as operações com instrumentos financeiros derivativos que estavam em carteira foram liquidadas, não havendo assim valor justo a ser calculado.

A metodologia para o cálculo do valor justo das operações foi desenvolvida pela área de riscos da Companhia, com base em métodos consagrados e usualmente utilizados no mercado (marcação a mercado). Sucintamente, para os instrumentos que fizeram parte da carteira (NDFs), consiste em estimar o preço de equilíbrio para cada contrato, na

data de seu vencimento, a partir [1] da taxa de câmbio *spot*; [2] da taxa de juros interna em reais (DI futuro); e [3] da taxa de juros interna em dólares (cupom cambial). A comparação entre o preço assim estimado e o negociado em cada contrato define uma estimativa de ganho/perda na data futura, a qual é trazida a valor presente pela taxa de juros pré-fixada em reais (DI futuro).

5 - Composição da carteira de derivativos

Em 31 de dezembro de 2008, não há operações em aberto. Os ajustes financeiros, negativos, gerados pelas operações no exercício de 2008 somaram R\$ 124.345 mil. Os ajustes negativos foram causados pela inversão da trajetória da moeda norte-americana, que, após quase cinco anos de depreciação, passou a uma tendência de valorização a partir de agosto de 2008, no rastro das quedas nos preços das principais *commodities*, e, notadamente a partir de outubro de 2008, pelo agravamento da crise financeira internacional. Em função da lógica de *hedge* das operações, da grande volatilidade nos mercados futuros e pelo pequeno prazo a decorrer até os vencimentos dos contratos, a Companhia optou por levar as posições a resgate, não fazendo operações de reversão.

h.1) Derivativos Embutidos

A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Estes contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	DATAS DO CONTRATO		VOLUMES MÉDIOS DE MEGAWATTS
	INICIAL	VENCIMENTO	
			750 MW - até 31/12/2006
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Estes contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado no LME. O preço limite máximo e mínimo do LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

A Companhia não atua com outras modalidades de operações de derivativos com exceção às mencionadas nesta nota explicativa. Outras informações a respeito desta operação estão apresentadas na Nota 19.

III - Riscos

a) Risco Regulatório

A Companhia, por meio de suas controladas, detém concessões de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica cujos vencimentos, nos termos da legislação vigente, estão indicados na Nota 2. Caso aquelas concessões não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Risco Cambial

Parte relevante do ativo da Companhia e do resultado de suas operações é afetada significativamente pelo fator de risco da taxa de câmbio, em especial no que se refere ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui créditos decorrentes de financiamentos concedidos em moeda estrangeira no montante de R\$ 21.051.270 mil, equivalente a US\$ 9,007,818 mil. Comparando-se os recebíveis em moeda estrangeira com a dívida, observa-se uma cobertura de cerca de 5,1 vezes.

c) Risco de Crédito

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica, amparada em contratos firmados em ambiente regulado. Nos contratos bilaterais firmados com distribuidoras de energia elétrica, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes.

Nas transações com clientes industriais denominados consumidores livres, o risco de crédito é minimizado através de análises prévias das condições do negócio.

d) Risco de Preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

e) Risco de Mercado

Parte substancial da energia elétrica gerada pelas empresas controladas pela Eletrobrás é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia, em Ambiente

Regulado - CCEARs, celebrados em decorrência da participação de suas empresas controladas em leilão de energia existente, promovido pela Aneel.

NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Eletrobrás com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

Os valores referentes às remunerações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva estão apresentados na Nota 41. A companhia, conforme apresentado na Nota 3, não pratica remuneração baseada em ações.

Não há, também, operações com pessoas físicas consideradas partes relacionadas, exceto com acionistas.

	R\$ mil		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CONTROLADORA			
Furnas			
Consumidores e revendedores	5.345	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.178.001	-	-
Remuneração de investimentos	251.607	-	-
Afac	31.154	-	-
Obrigações diversas	-	339	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	105.725
	<u>1.466.107</u>	<u>339</u>	<u>105.725</u>
Chesf			
Consumidores e revendedores	1.875	-	-
Financiamentos e empréstimos	3.460.807	-	-
Remuneração de investimentos	541.878	-	-
Afac	294.397	-	-
Obrigações diversas	-	1.368	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	429.001
	<u>4.298.957</u>	<u>1.368</u>	<u>429.001</u>

Eletronorte			
Consumidores e revendedores	3.922	-	-
Financiamentos e empréstimos	7.589.415	-	-
Afac	-	-	-
Obrigações diversas	-	46	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.008.696
	<u>7.593.337</u>	<u>46</u>	<u>1.008.696</u>
Eletrosul			
Financiamentos e empréstimos	592.161	-	-
Remuneração de investimentos	135.713	-	-
Afac	94.576	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	16.803
	<u>822.450</u>	<u>-</u>	<u>16.803</u>
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	574.954	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	13.598
	<u>574.954</u>	<u>-</u>	<u>13.598</u>
Eletronuclear			
Financiamentos e empréstimos	2.902.701	-	-
Remuneração de investimentos	28.749	-	-
Afac	30	-	-
Obrigações diversas	-	1.482	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	321.873
	<u>2.931.480</u>	<u>1.482</u>	<u>321.873</u>
Eletropar			
Afac	62.285	-	-
Remuneração de investimentos	8.268	-	-
Obrigações diversas	-	799	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.931
	<u>70.553</u>	<u>799</u>	<u>1.931</u>

Itaipu			
Financiamentos e empréstimos	9.208.263	-	-
Remuneração de investimentos	14.022	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	506.221
	9.222.285	-	506.221
Ceal			
Financiamentos e empréstimos	346.965	-	-
Afac	158.300	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	37.177
	505.265	-	37.177
Cepisa			
Financiamentos e empréstimos	433.979	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	44.289
	433.979	-	44.289
Manaus Energia			
Financiamentos e empréstimos	729.355	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	47.723
	729.355	-	47.723
Ceron			
Financiamentos e empréstimos	451.824	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	45.033
	451.824	-	45.033
Eletroacre			
Financiamentos e empréstimos	40.069	-	-
Afac	85.542	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	4.321
	125.611	-	4.321
Tesouro Nacional			
Obrigações	-	2.926.437	-
Dividendos a pagar	-	783.078	-
	-	3.709.515	-
Eletros			
Contribuições previdenciárias	-	-	19.968
	-	-	19.968
BNDESPAR			
Dividendos a pagar	-	199.273	-
	-	199.723	-

	R\$ mil		
	CONSOLIDADO		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
SISTEMA DE TRANSM. NORDESTE			
Participação societária permanente	112.780	-	-
JCP/Dividendos a receber	9.831	-	-
Fornecedores	-	1.069	-
Receita de prestação de serviços	-	-	1.920
Receita de JCP/ Dividendos	-	-	6.444
Receita de equivalência patrimonial	-	-	15.605
Encargo de uso da rede	-	-	(9.666)
	122.611	1.069	14.303
Intesa			
Participação societária permanente	22.893	-	-
JCP/Dividendos a receber	57	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	862
	22.950	-	862
Águas da Pedra			
Participação societária permanente	61.985	-	-
	61.985	-	-
Energia Sustentável			
Participação societária permanente	50.002	-	-
	50.002	-	-
Fachesf			
Fornecedores	-	3.856	-
Contribuição normal	-	6.784	-
Contratos atuariais	-	398.820	-
Despesas financeiras	-	-	(299)
Despesas operacionais	-	-	(33.689)
	-	409.460	(33.988)

Etau			
Participação societária permanente	9.567	-	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	274	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	2.646
	9.841	-	2.646
Artemis			
Participação societária permanente	64.976	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	3.166
	64.976	-	3.166
SC Energia			
Contas a receber	6.115	-	-
Participação societária permanente	66.633	-	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	30.008	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	13.755
	102.756	-	13.755
Uirapuru			
Contas a receber	4.344	-	-
Participação societária permanente	19.600	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	612
	23.944	-	612
RS Energia			
Participação societária permanente	61.985	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	(138)
	61.985	-	(138)
Fundação Elos			
Contribuições previdenciárias	-	39.280	-
	-	39.280	-
Brasnorte			
Participação societária permanente	39.600	-	-
	39.600	-	-

Amapari			
Participação societária permanente	41.423	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	(110)
	41.423	-	(110)
Aete			
Participação societária permanente	25.201	-	-
Outros	17	-	-
Uso da rede elétrica	-	179	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	(692)
	27.218	179	(692)
Intesa			
Participação societária permanente	71.175	-	-
Outros	1.580	-	-
Uso da rede elétrica	-	543	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	5.774
	72.755	543	5.774
Previnorte			
Contribuições previdenciárias	-	3.902	-
	-	3.902	-
Nucleos			
Contribuição normal	-	-	(7.308)
Déficit atuarial	-	106.603	-
Despesa atuarial	-	-	(6.707)
	-	106.603	(14.015)
Enerpeixe			
Participação Societária Permanente	420.960	-	-
JCP / Dividendos a Receber	10.108	-	-
Contas a Receber	494	-	-
Receita de JCP / Dividendos	-	-	34.108
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	52.267
Receita de uso da rede elétrica	-	-	4.593
	431.562	-	90.968

Transleste			
Participação Societária Permanente	13.420	-	-
JCP / Dividendos a Receber	414	-	-
Fornecedores	-	126	-
Receita de JCP / Dividendos	-	-	414
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	1.353
Encargo de uso da rede	-	-	-630
	13.834	126	1137
Transudeste			
Participação Societária Permanente	8.500	-	-
JCP / Dividendos a Receber	120	-	-
Fornecedores	-	(78)	-
Contas a Receber	19	-	-
Receita de JCP / Dividendos	-	-	120
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	508
Encargo de uso da rede	-	-	(396)
	8.639	-78	232
Transirape			
Participação Societária Permanente	6.029	-	-
Fornecedores	-	(53)	-
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	248
Encargo de uso da rede	-	-	(275)
	6.029	(53)	(27)
Centroeste			
Participação Societária Permanente	6.514	-	-
	6.514	-	-
Baguari			
Participação Societária Permanente	61.925	-	-
	61.925	-	-
Retiro Baixo			
Participação Societária Permanente	67.188	-	-
	67.188	-	-

Serra do Facão			
Participação Societária Permanente	273.713	-	-
	273.713	-	-
Chapecó			
Participação Societária Permanente	270.855	-	-
	270.855	-	-
Ense			
Participação Societária Permanente	1.129.104	-	-
JCP / Dividendos a Receber	10.642	-	-
Fornecedores	-	(257)	-
Contas a Receber	513	-	-
Receita de JCP / Dividendos	-	-	34.642
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	54.376
Receita de uso da rede elétrica	-	-	4.593
Encargo de uso da rede	-	-	(1.301)
	1.140.259	(257)	92.310
Real Grandeza			
Contas a Receber	932.667	-	-
Contas a Pagar	-	(11.825)	-
Contribuição Normal	-	(65.021)	-
Contratos Atuariais	-	(931.046)	-
Despesas operacionais	-	-	(189.134)
	932.667	(1.007.892)	(189.134)

NOTA 45 - SEGUROS

Os principais ativos imobilizados em serviço do Sistema Eletrobrás estão segurados de acordo com a política de cobertura de ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, estando as principais especificações abaixo indicadas:

RISCOS	R\$ mil	
	Importância Segurada	Prêmio
Nomeados	20.741.014	61.985
Aeronáuticos	18.572	476
Diversos	688.672	7.411
	<u>21.448.258</u>	<u>69.872</u>

Riscos Nomeados - cobertura para perdas e danos materiais decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos nas instalações.

Riscos Aeronáuticos - cobertura para prejuízos sofridos, reembolsos de despesas e responsabilidades civis em decorrência de acidentes relacionados a aeronaves.

Riscos Diversos - cobertura para equipamentos móveis, transporte nacional, internacional e outros.

NOTA 46 - ESTUDOS E PROJETOS

Referem-se, principalmente, aos custos incorridos pela companhia, com estudos de viabilidade e inventário de aproveitamentos de bacias hidrográficas e de linhas de transmissão.

O montante de gastos incorridos era tratado como o montante de gastos diferidos e apresentados no realizável a longo prazo. Com o advento da Lei 11.638/2007, tais gastos deixaram de reunir as condições necessárias para figurar como ativo da companhia. Dessa forma nos termos previstos nos pronunciamento CPC 13, os gastos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 292.579 mil foram baixados contra Lucros Acumulados. A partir do exercício de 2008, os gastos com estudos de viabilidade e inventários são reconhecidos no resultado do exercício, passando a ser capitalizados a partir da constatação da viabilidade econômica do empreendimento, se outorgados à companhia.

NOTA 47 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A eletrobrás aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa - nível I, da Bovespa, desde setembro de 2006. Em decorrência, a Companhia, que tem suas ações incluídas no índice Ibovespa, passou a compor o Índice de Governança Corporativa - IGC.

Em setembro de 2008, a Eletrobrás obteve o registro junto à *Securities and Exchange Commission - SEC*, dos Estados Unidos da América. A listagem das ações da Eletrobrás na Bolsa de Valores de Nova York - NYSE ocorreu no dia 31 de outubro de 2008.

Atualmente, a Eletrobrás possui dois programas de *American Depositary Receipts*, relacionados às ações ordinárias e ações preferenciais da classe “B”.

O registro da empresa na SEC e a consequente listagem dos programas de ADR na NYSE fazem parte do planejamento estratégico da companhia, que vem sendo trabalhado com o objetivo de melhorar a visibilidade da Companhia junto aos acionistas, analistas e investidores, tanto da área de “*equity*” quanto de “*debt*” e visam a melhora na liquidez e na cotação das suas ações, assim como condições favoráveis nas futuras captações de recursos necessários ao programa de investimentos da Companhia.

A Companhia vem trabalhando no processo de aperfeiçoamento de seus controles internos para aderência à lei norte americana denominada como *Sarbanes-Oxley - SOX*, seção 404, visando a redução de possibilidades de riscos e fraudes em seus negócios em todos os níveis.

NOTA 48 - RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobrás informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratada em 1º de agosto de 2005, para execução de serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas do Sistema Eletrobrás, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras.

Os auditores independentes das empresas do Sistema Eletrobrás, que, individualmente, também prestam serviços exclusivos de auditoria independente das demonstrações financeiras, são informados abaixo:

CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
Chesf	RSM Boucinhas, Campos & Conti
Eletronorte	BDO Trevisan
Eletronuclear	HLB Audilink e CIA
Eletrosul	Horwath Tufani, Reis & Soares
Furnas	HLB Audilink e CIA
Itaipu	BDO Trevisan
Eletropar	Russell Bedford Brasil
Ceron	RSM Boucinhas, Campos & Conti
Ceal	HLB Audilink e CIA
Cepisa	Ferreira e Associados Auditores Independentes
Eletroacre	HLB Audilink e CIA
Mesa	HLB Audilink e CIA
BVenergia	HLB Audilink e CIA

A política da Companhia com relação aos seus auditores independentes, fundamenta-se em princípios que preservam a independência dos auditores.

NOTA 49 - ESCLARECIMENTO DE ASSUNTO RELEVANTE

I - Prestação de garantias - CGTEE

Para apurar fatos relacionados a pretensas garantias junto ao Banco KfW Bankengruppe, concedidas pela controlada CGTEE no montante de €156,700 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 507.134 mil), em favor de empresas privadas, a Companhia instaurou sindicância, cujo relatório final foi aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2007, contendo as seguintes principais conclusões: (1) as pretensas garantias foram constituídas ao arrepio da legislação brasileira e das normas estatutárias da Companhia, envolvendo, inclusive, fortes indícios de falsificação de documentos e de assinaturas e (2) a Companhia não tem e nunca teve qualquer negócio ou relação contratual com as empresas beneficiadas.

A CGTEE notificou extrajudicialmente o Banco KfW, em 18 de julho de 2007 sobre a inexistência das supostas garantias prestadas em seu nome. Em 10 de setembro de 2007 ajuizou ação declaratória de falsidade documental cumulada com pedido de exibição de documentos em face do Banco KfW.

As supostas garantias dadas a uma das empresas já foram formalmente tornadas sem efeito pelo Banco KfW em novembro de 2007.

Até o encerramento destas Demonstrações Financeiras não ocorreram alterações significativas no andamento do processo. A administração da Companhia não espera incorrer em perdas com relação a esse assunto.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Astrogildo Fraguglia Quental
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Flávio Decat de Moura
Diretor de Distribuição

Ubirajara Rocha Meira
Diretor de Tecnologia

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/0-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
CONSUMIDORES E REVENDADORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA				Circulante
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	31/12/2008	31/12/2007
				Total	Total
AES Eletropaulo	198.574	-	-	198.574	200.238
AES SUL	42.083	-	-	42.083	33.336
AES Tietê	-	-	-	-	-
Ampla	42.836	-	-	42.836	28.399
ANDE	-	-	-	-	-
EBE	51.608	-	-	51.608	65.661
CEA	-	-	-	-	-
CEB	21.149	-	-	21.149	13.169
CEEE-D	55.052	-	-	55.052	29.507
CEEE-GT	-	-	-	-	-
Celcsc	88.739	-	-	88.739	50.824
Celg	-	41.652	410.722	452.374	153.575
Celpa	-	-	-	-	-
Celpe	-	-	-	-	-
Cemar	-	-	-	-	-
Cemig	168.761	-	-	168.761	196.914
Cesp	-	-	-	-	-
Coelce	-	-	-	-	-
Coelba	-	-	-	-	-
Copel	100.040	-	-	100.040	74.090
CPFL	109.835	-	-	109.835	91.718
Elektro	58.388	-	-	58.388	49.982
Enersul	16.359	-	-	16.359	11.738
Escelsa	31.374	-	-	31.374	28.834
Light	107.251	-	-	107.251	134.829
Piratininga	57.097	-	-	57.097	62.310
RGE	37.616	-	-	37.616	24.304
Comercialização CCEE	-	-	-	-	-
Ativo Regulatório	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-
Proinfa	11.323	5.212	22.995	39.530	89.010
Consumidores	-	-	-	-	-
Poder público	-	-	-	-	-
Outros	30.903	-	-	30.903	10.821
(-) PCLD	-	-	-	-	-
	<u>1.228.988</u>	<u>46.864</u>	<u>433.717</u>	<u>1.709.569</u>	<u>1.349.259</u>

Anexo I

CONSOLIDADO							
Circulante				Longo Prazo			
31/12/2008				31/12/2007	31/12/2008		31/12/2007
A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total			
235.100	-	-	235.100	290.496	-	-	-
61.031	-	-	61.031	52.031	-	-	-
761	-	-	761	690	-	-	-
77.634	-	-	77.634	66.548	-	-	-
55.251	-	-	55.251	38.779	-	-	-
69.843	-	-	69.843	90.474	-	-	-
11.501	26.873	527.909	566.283	423.275	-	-	-
34.251	-	12.802	47.053	41.205	-	-	-
83.252	-	-	83.252	43.993	-	-	-
250	-	-	250	3.432	-	-	-
102.242	-	-	102.242	59.016	-	-	-
33.858	41.652	410.722	486.232	187.784	-	-	-
43.305	-	-	43.305	38.513	-	-	-
47.808	-	-	47.808	47.465	-	-	-
30.259	-	-	30.259	24.511	-	-	-
238.590	-	-	238.590	279.535	-	-	-
2.500	-	-	2.500	2.267	-	-	-
30.367	-	-	30.367	30.794	-	-	-
64.146	-	-	64.146	65.096	-	-	-
180.742	-	-	180.742	160.921	-	-	-
130.982	-	-	130.982	118.581	-	-	-
105.961	-	-	105.961	99.840	-	-	-
29.371	-	-	29.371	18.473	-	-	-
47.895	-	-	47.895	49.075	-	-	-
172.966	-	-	172.966	218.111	-	-	-
58.932	-	-	58.932	1.208	-	-	-
43.675	-	-	43.675	30.373	-	-	-
307.564	-	1.082	308.646	383.448	-	-	-
86.879	-	12	86.891	448.361	10.986	-	78.341
339.129	4.374	20.969	364.472	134.620	-	-	-
11.323	5.212	22.995	39.530	89.010	-	-	-
368.883	229.139	468.921	1.066.943	1.065.169	-	-	-
23.214	24.156	201.539	248.909	396.657	-	-	-
577.414	24.924	153.035	755.373	862.306	36.269	-	170.736
(366.828)	(26.873)	(1.148.035)	(1.541.736)	(1.679.733)	(5.231)	-	(69.623)
3.340.051	329.457	671.951	4.341.459	4.182.324	42.024	-	179.454

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA							
	31/12/2008				31/12/2007			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO								
Furnas	10,00%	8.082	78.073	1.091.846	8,86%	4.779	460.606	530.877
Chesf	11,47%	31.575	440.873	2.988.359	10,74%	43.047	420.273	3.747.908
Eletrosul	7,56%	1.168	77.274	513.719	7,54%	261	2.676	183.629
Eletronorte	13,57%	15.500	231.349	7.342.566	12,83%	117.582	247.051	5.649.475
Ceam	-	-	-	-	5,75%	443	62.090	541.765
Eletronuclear	12,69%	2.176	64.870	2.835.655	12,26%	6.023	179.138	2.263.506
CGTEE	6,39%	816	-	574.138	0,00%	-	-	-
Manaus	10,49%	-	140.254	589.101	11,11%	89	72.935	604.498
Ceal	12,57%	3.435	39.874	303.656	7,17%	2.784	54.234	227.165
Ceron	11,43%	1.472	53.617	396.735	4,94%	1.264	21.773	354.518
Cepisa	12,03%	984	84.663	348.331	4,73%	406	65.258	278.848
Eletroacre	11,02%	351	9.557	30.161	2,89%	-	7.499	35.680
Itaipu	7,07%	-	60.944	18.355.581	7,07%	-	46.191	14.624.980
		<u>65.559</u>	<u>1.281.348</u>	<u>35.369.848</u>		<u>176.678</u>	<u>1.639.724</u>	<u>29.042.849</u>
OUTRAS								
Cemig	6,76%	2.457	63.022	403.565	6,76%	2.353	58.020	355.958
Copel	10,21%	429	4.548	67.142	8,33%	2.130	35.855	271.965
CEEE	9,33%	172	66.693	30.085	9,33%	1.174	90.383	54.436
DUKE	10,00%	2.375	168.691	439.233	10,00%	3.966	144.026	865.083
AES Tietê	10,00%	4.819	224.659	982.694	10,00%	5.062	183.766	1.104.299
AES Eletropaulo	10,01%	274.406	117.931	-	10,01%	262.048	120.904	8.917
Tractebel	12,00%	707	29.611	41.114	12,00%	1.005	31.909	68.559
Celpe	6,00%	867	17.173	77.957	6,04%	679	16.295	82.851
Cemar	5,09%	1.154	26.352	317.532	7,97%	924	8.157	284.790
Cesp	9,36%	1.165	28.121	235.273	9,44%	1.185	24.106	245.098
Outras	-	100.658	331.872	1.572.714	-	63.927	240.682	1.103.298
(-) PCLD	-	(58.221)	(59.454)	-	-	(38.785)	(41.845)	-
		<u>330.988</u>	<u>1.019.219</u>	<u>4.167.309</u>		<u>305.668</u>	<u>912.258</u>	<u>4.445.254</u>
T O T A L		<u>396.547</u>	<u>2.300.567</u>	<u>39.537.157</u>		<u>482.346</u>	<u>2.551.982</u>	<u>33.488.103</u>

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014	TOTAL
CONTROLADORA	2.976.960	2.781.021	2.595.367	2.501.559	2.434.402	26.247.848	39.537.157
CONSOLIDADO	1.014.050	947.306	884.067	852.112	829.237	8.940.871	13.467.643

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
 (Em milhares de reais)

DADOS DAS EMPRESAS	31/12/2008			
	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE
Capital social	6.000.000	4.196.306	1.245.042	4.177.205
Afac	31.154	294.396	94.576	-
Patrimônio líquido	13.681.453	12.773.150	2.354.149	6.188.665
Lucro líquido (prejuízo) do período	454.518	1.437.291	268.250	(2.424.558)
PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS				
Quantidade de ações - lote de mil				
Ordinárias	50.618.949	40.478	42.582.421	68.736.323
Preferenciais	14.088.233	1.002	-	-
Participação em %				
Subscrito e integralizado	99,54	99,45	99,71	98,66
Votante	99,82	100,00	99,71	98,66
MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:				
Saldos no início do período	13.325.437	11.507.964	2.103.058	6.798.763
Transferência de controle acionário	-	-	-	-
Equivalência patrimonial - resultado do exercício	454.296	1.429.386	267.472	(2.021.630)
Dividendos	(251.607)	(541.878)	(135.713)	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-
Ajustes da Lei 11.638/07	59.472	14.649	18.203	(4.128)
Conversão de Afac em Capital Social	-	-	-	1.333.970
Saldos no final do exercício	13.587.598	12.410.121	2.253.020	6.106.975

Anexo III

31/12/2008						31/12/2007	
ELETRONUCLEAR	ELETROPAR	CGTEE	MANAUS	ITAIPIU (a)	TOTAL	TOTAL	
3.296.032	55.769	868.721	2.381.558	233.700	-	-	
-	62.285	-	-	-	-	-	
4.319.737	118.587	350.006	753.971	233.700	-	-	
(282.070)	10.664	(292.202)	198.845	-	-	-	
9.611.945	8.480.196	1.126.273	1.750.588	-	-	-	
2.687.056	-	-	-	-	-	-	
99,80	81,61	99,94	100,00	50,00	-	-	
99,92	81,61	99,94	100,00	50,00	-	-	
4.446.849	45.181	641.823	387.076	88.565	39.344.716	38.672.726	
-	-	-	168.050	-	168.050	-	
(281.535)	9.035	(292.026)	198.845	-	(236.157)	1.149.525	
(28.749)	(8.268)	-	-	-	(966.215)	(477.535)	
-	-	-	-	28.285	28.285	-	
174.965	-	-	-	-	263.161	-	
-	-	-	-	-	1.333.970	-	
4.311.530	45.948	349.797	753.971	116.850	39.935.810	39.344.716	

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
ATIVO IMOBILIZADO

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA			CONTROLADAS		
	31/12/2008			31/12/2008		
	ELETROBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL
Geração						
Em serviço	-	8.865.499	17.319.003	17.474.335	6.048.244	-
Depreciação acumulada	-	(3.064.423)	(6.940.820)	(7.254.557)	(2.042.099)	-
	-	5.801.076	10.378.183	10.219.778	4.006.145	-
Em curso	-	1.474.035	195.185	482.753	2.561.143	289.774
	-	7.275.111	10.573.368	10.702.531	6.567.288	289.774
Transmissão						
Em serviço	13.269	12.418.450	7.479.588	6.220.484	-	3.232.630
Depreciação acumulada	(740)	(6.336.871)	(3.321.142)	(2.897.953)	-	(1.355.168)
	12.529	6.081.579	4.158.446	3.322.531	-	1.877.462
Em curso	-	1.263.346	1.015.348	507.751	-	149.560
	12.529	7.344.925	5.173.794	3.830.282	-	2.027.022
Distribuição						
Em serviço	-	1.416	-	227.885	-	-
Depreciação acumulada	-	(549)	-	(62.600)	-	-
	-	867	-	165.285	-	-
Em curso	-	79	-	99.333	-	-
	-	946	-	264.618	-	-
Administração						
Em serviço	41.777	200.171	1.030.983	55.006	14.754	33.175
Depreciação acumulada	(28.812)	(87.704)	(486.686)	(24.480)	(6.851)	(9.947)
	12.965	112.467	544.297	30.526	7.903	23.228
Em curso	-	24.016	79.326	162.735	411	-
	12.965	136.483	623.623	193.261	8.314	23.228
	25.494	14.757.465	16.370.785	14.990.692	6.575.602	2.340.024
Obrigações Vinc. a Concessão						
(-) Amortizações e reversões	-	-	-	-	-	-
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(3.344)	(318)	-	-
(-) Participação da União Federal	-	-	(108.052)	(230.256)	(2.056)	-
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	-	(43.865)	-	-	(6.815)
(-) Outras	-	(112.540)	(606)	(38.632)	(189)	-
	-	(112.540)	(155.867)	(269.206)	(2.245)	(6.815)
TOTAL	25.494	14.644.925	16.214.918	14.721.486	6.573.357	2.333.209
Taxa anual média de depreciação (%)						
Geração	0,00%	2,20%	2,41%	2,56%	3,30%	0,00%
Transmissão	0,00%	3,00%	2,98%	2,76%	0,00%	3,19%
Distribuição / Comercialização	0,00%	5,70%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%
Administração	7,95%	9,30%	7,18%	15,00%	10,00%	7,51%

Anexo IV

CONTROLADAS								CONSOLIDADO
31/12/2008								31/12/2008
ITAIPU	CGTEE	MANAUS	CEAL	CERON	CEPISA	ELETROACRE	ELETROPAR	TOTAL
18.944.955	197.752	2.026.384	-	47.318	-	-	-	70.923.490
-	-	(1.004.830)	-	(32.139)	-	-	-	(20.338.868)
18.944.955	197.752	1.021.554	-	15.179	-	-	-	50.584.622
270.616	726.860	147.757	-	1.545	-	-	-	6.149.668
19.215.571	924.612	1.169.311	-	16.724	-	-	-	56.734.290
1.439.025	-	-	-	-	-	-	-	30.803.446
-	-	-	-	-	-	-	-	(13.911.874)
1.439.025	-	-	-	-	-	-	-	16.891.572
-	-	-	-	-	-	-	-	2.936.005
1.439.025	-	-	-	-	-	-	-	19.827.577
-	-	1.105.448	673.588	480.320	363.518	257.754	-	3.109.929
-	-	(527.136)	(252.788)	(212.092)	(172.817)	(65.738)	-	(1.293.720)
-	-	578.312	420.800	268.228	190.701	192.016	-	1.816.209
-	-	245.443	88.585	95.904	116.078	53.911	-	699.333
-	-	823.755	509.385	364.132	306.779	245.927	-	2.515.542
1.001.391	-	286.948	14.311	33.626	-	15.059	187	2.727.388
-	-	(187.542)	(8.583)	(14.144)	-	(9.825)	(140)	(864.714)
1.001.391	-	99.406	5.728	19.482	-	5.234	47	1.862.674
402.292	-	1.317	399	96	-	1.248	-	671.840
1.403.683	-	100.723	6.127	19.578	-	6.482	47	2.534.514
22.058.279	924.612	2.093.789	515.512	400.434	306.779	252.409	47	81.611.923
-	-	-	(418)	-	-	-	-	(418)
-	-	(24.375)	(19.258)	(12.111)	-	(3.266)	-	(62.672)
-	-	(53.747)	(150.895)	(24.240)	-	(146.828)	-	(716.074)
-	-	(197.751)	(36.143)	(4.502)	-	-	-	(289.076)
-	-	-	(5.296)	(114.999)	-	(8.747)	-	(281.009)
-	-	(275.873)	(212.010)	(155.852)	-	(158.841)	-	(1.349.249)
22.058.279	924.612	1.817.916	303.502	244.582	306.779	93.568	47	80.262.674
0,00%	6,12%	2,02%	0,00%	2,98%	0,00%	0,00%	-	
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	
0,00%	0,00%	1,06%	6,44%	4,21%	5,40%	4,09%	-	
0,00%	12,50%	1,57%	4,19%	9,25%	5,60%	5,29%	-	

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
ATIVO IMOBILIZADO

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA	CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO				
	31/12/2007	31/12/2007				
	ELETROBRAS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL
Geração						
Em serviço	-	7.657.039	17.143.404	19.762.511	6.036.619	-
Depreciação acumulada	-	(2.879.918)	(6.593.464)	(7.698.655)	(1.860.924)	-
	-	4.777.121	10.549.940	12.063.856	4.175.695	-
Em curso	-	1.973.816	169.207	580.437	2.294.264	93.768
	-	6.750.937	10.719.147	12.644.293	6.469.959	93.768
Transmissão						
Em serviço	-	12.180.452	6.936.848	5.990.161	-	2.914.876
Depreciação acumulada	-	(5.981.580)	(3.135.709)	(2.716.878)	-	(1.279.948)
	-	6.198.872	3.801.139	3.273.283	-	1.634.928
Em curso	-	1.252.690	1.175.238	567.970	-	280.638
	-	7.451.562	4.976.377	3.841.253	-	1.915.566
Distribuição/Comercialização						
Em serviço	-	1.480	-	1.054.108	-	-
Depreciação acumulada	-	(502)	-	(478.420)	-	-
	-	978	-	575.688	-	-
Em curso	-	39	-	291.518	-	-
	-	1.017	-	867.206	-	-
Administração						
Em serviço	53.704	195.521	895.235	319.186	13.137	44.586
Depreciação acumulada	(24.897)	(83.559)	(441.070)	(185.563)	(7.255)	(12.171)
	28.807	111.962	454.165	133.623	5.882	32.415
Em curso	-	20.535	131.056	72.177	4.170	1.986
	28.807	132.497	585.221	205.800	10.052	34.401
	28.807	14.336.013	16.280.745	17.558.552	6.480.011	2.043.735
Obrigações Vinc. a Concessão						
(-) Amortizações e reversões	-	(81.998)	-	-	-	-
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(3.344)	(24.482)	-	-
(-) Participação da União Federal	-	(28.539)	(108.052)	(266.480)	(3.617)	-
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	(2.003)	(43.865)	(18.260)	(204)	(6.815)
(-) Outras	-	-	(380)	(36.072)	-	-
	-	(112.540)	(155.641)	(345.294)	(3.821)	(6.815)
TOTAL	28.807	14.223.473	16.125.104	17.213.258	6.476.190	2.036.920
Taxa anual média de depreciação (%)						
Geração	0,00%	2,20%	2,41%	2,56%	3,30%	0,00%
Transmissão	0,00%	3,00%	2,97%	2,76%	0,00%	3,19%
Distribuição / Comercialização	0,00%	5,70%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%
Administração	7,95%	9,30%	6,57%	15,00%	10,00%	7,51%

Anexo IV - A

CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO								CONSOLIDADO
31/12/2007								31/12/2007
CGTEE	ITAIPU	CEAL	CERON	CEPISA	ELETROACRE	CEAM	ELETROPAR	TOTAL
1.880.963	15.132.699	-	47.364	-	-	235.983	-	67.896.582
(1.576.832)	-	-	(30.746)	-	-	(92.801)	-	(20.733.340)
304.131	15.132.699	-	16.618	-	-	143.182	-	47.163.242
176.578	207.234	-	1.545	-	-	59.617	-	5.556.466
480.709	15.339.933	-	18.163	-	-	202.799	-	52.719.708
-	1.090.279	-	-	-	-	-	-	29.112.616
-	-	-	-	-	-	-	-	(13.114.115)
-	1.090.279	-	-	-	-	-	-	15.998.501
-	-	-	-	-	-	-	-	3.276.536
-	1.090.279	-	-	-	-	-	-	19.275.037
-	-	599.731	439.922	530.560	213.877	125.352	-	2.965.030
-	-	(226.590)	(193.724)	(270.146)	(55.457)	(64.952)	-	(1.289.791)
-	-	373.141	246.198	260.414	158.420	60.400	-	1.675.239
-	-	79.545	58.907	157.361	42.905	89.820	-	720.095
-	-	452.686	305.105	417.775	201.325	150.220	-	2.395.334
8.418	746.544	14.005	33.493	12.925	16.759	14.555	171	2.368.239
(2.793)	-	(7.688)	(12.705)	(9.455)	(10.314)	(9.723)	(129)	(807.322)
5.625	746.544	6.317	20.788	3.470	6.445	4.832	42	1.560.917
-	390.305	1.493	165	9	1.240	453	-	623.589
5.625	1.136.849	7.810	20.953	3.479	7.685	5.285	42	2.184.506
486.334	17.567.061	460.496	344.221	421.254	209.010	358.304	42	76.574.585
-	-	(418)	-	-	-	-	-	(82.416)
-	-	-	(10.859)	(10.050)	-	(544)	-	(49.279)
-	-	-	(24.240)	(3.604)	-	(10.636)	-	(445.168)
-	-	(171.502)	(4.489)	(117.091)	-	(121.938)	-	(486.167)
-	-	-	(90.438)	(2.210)	(119.786)	-	-	(248.886)
-	-	(171.920)	(130.026)	(132.955)	(119.786)	(133.118)	-	(1.311.916)
486.334	17.567.061	288.576	214.195	288.299	89.224	225.186	42	75.262.669
6,12%	0,00%	0,00%	3,17%	0,00%	0,00%	2,61%	0,00%	
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
0,00%	0,00%	4,07%	4,31%	5,40%	4,09%	1,77%	0,00%	
12,50%	0,00%	4,94%	9,64%	5,60%	5,29%	1,64%	0,00%	

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA							
	31/12/2008				31/12/2007			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
MOEDA ESTRANGEIRA								
Instituições Financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	5,32%	5.489	43.482	369.600	5,62%	4.578	32.957	313.091
Corporación Andino de Fomento - CAF	4,76%	10.340	-	1.635.900	8,06%	1.934	6.959	184.089
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KfW	5,73%	202	31.349	95.514	5,73%	199	24.773	100.540
AMFORP & BEPCO	6,50%	-	128	-	6,50%	-	296	303
Dresdner Bank	6,25%	259	31.349	95.513	6,25%	266	24.772	100.539
Eximbank	2,15%	2.544	56.822	482.981	2,15%	1.721	34.767	330.291
Outras		2.510	2.359	585.322	6,40%	366	1.790	16.629
		<u>21.344</u>	<u>165.490</u>	<u>3.264.830</u>		<u>9.064</u>	<u>126.314</u>	<u>1.045.482</u>
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	5.347	-	701.100	7,75%	4.052	-	531.390
		<u>5.347</u>	<u>-</u>	<u>701.100</u>		<u>4.052</u>	<u>-</u>	<u>531.390</u>
Outros								
Tesouro Nacional - Itaipu		-	-	-		-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>26.691</u>	<u>165.490</u>	<u>3.965.930</u>		<u>13.116</u>	<u>126.314</u>	<u>1.576.872</u>
MOEDA NACIONAL								
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		-	-	-		-	-	-
Outros		-	-	-		-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>26.691</u>	<u>165.490</u>	<u>3.965.930</u>		<u>13.116</u>	<u>126.314</u>	<u>1.576.872</u>

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R\$ 4.158.112 mil, equivalente a US\$ 1,779,252 mil e no consolidado a R\$ 16.738.887 mil, equivalente a US\$ 7,162,553 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
CONTROLADORA	81%	6%	13%
CONSOLIDADO	93%	5%	2%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2008, foi de 6,40%a.a. e 2007, foi de 7,03 %a.a.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014	TOTAL
CONTROLADORA	120.731	120.731	193.841	240.325	240.327	781.063	1.697.018
CONSOLIDADO	657.827	514.798	648.203	646.627	618.488	4.743.566	7.829.509

Anexo V

CONSOLIDADO							
31/12/2008				31/12/2007			
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
5,32%	5.489	43.482	369.600	5,62%	4.578	32.957	313.091
4,76%	10.340	-	1.635.900	8,06%	1.934	6.959	184.089
5,73%	376	59.698	95.514	5,73%	479	47.610	123.378
6,50%	-	128	-	6,50%	-	296	303
6,25%	331	45.110	95.513	6,25%	382	35.859	111.625
2,15%	2.544	56.823	482.981	2,15%	1.721	34.767	330.291
	<u>3.466</u>	<u>19.246</u>	<u>502.328</u>		<u>558</u>	<u>14.858</u>	<u>34.699</u>
	<u>22.546</u>	<u>224.487</u>	<u>3.181.836</u>		<u>9.652</u>	<u>173.306</u>	<u>1.097.476</u>
7,75%	5.347	-	701.100	7,75%	4.052	-	531.390
	<u>5.347</u>	<u>-</u>	<u>701.100</u>		<u>4.052</u>	<u>-</u>	<u>531.390</u>
	<u>5.698</u>	<u>941.908</u>	<u>11.655.965</u>		<u>6.202</u>	<u>667.338</u>	<u>9.179.553</u>
	<u>5.698</u>	<u>941.908</u>	<u>11.655.965</u>		<u>6.202</u>	<u>667.338</u>	<u>9.179.553</u>
	33.591	1.166.395	15.538.901		19.906	840.644	10.808.419
		224.977	86.930			306.419	277.296
	<u>52.114</u>	<u>237.534</u>	<u>2.671.731</u>		<u>35.674</u>	<u>248.172</u>	<u>1.943.353</u>
	<u>52.114</u>	<u>462.511</u>	<u>2.758.661</u>		<u>35.674</u>	<u>554.591</u>	<u>2.220.649</u>
	<u>85.705</u>	<u>1.628.906</u>	<u>18.297.562</u>		<u>55.580</u>	<u>1.395.235</u>	<u>13.029.068</u>

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL								
2008								
ATIVO				PASSIVO				
Circulante	Não Circulante		TOTAL	Circulante	Não circulante	Pat. Líquido	TOTAL	
	Outros	Imobilizado, Intangível e investimentos						
Furnas	2.242.891	2.048.138	15.998.268	20.289.297	2.461.587	4.146.167	13.681.543	20.289.297
Chesf	2.050.322	212.570	16.497.310	18.760.202	1.924.551	4.062.501	12.773.150	18.760.202
Eletrosul	753.020	958.947	2.334.767	4.046.734	637.861	1.054.724	2.354.149	4.046.734
Eletronorte	2.237.348	570.308	15.071.074	17.878.730	2.103.273	9.586.792	6.188.665	17.878.730
Manaus	703.626	1.204.797	1.832.093	3.740.516	935.639	2.050.907	753.970	3.740.516
Boa Vista	61.418	50.524	129.169	241.111	132.961	46.958	61.192	241.111
Eletronuclear	863.099	891.998	6.602.538	8.357.635	429.997	3.607.901	4.319.737	8.357.635
CGTEE	111.518	10.876	928.849	1.051.243	123.597	577.640	350.006	1.051.243
Eletropar	107.033	1	93.696	200.730	82.142	1	118.587	200.730
Itaipu	2.226.006	3.843.996	40.811.662	46.881.664	3.474.740	43.173.224	233.700	46.881.664

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
2008								
Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício	
Furnas	5.771.647	(4.858.236)	913.411	(9.851)	(318.399)	585.161	(130.643)	454.518
Chesf	4.826.300	(2.610.935)	2.215.365	(108.419)	(464.979)	1.641.967	(204.676)	1.437.291
Eletrosul	638.958	(328.689)	310.269	(14.701)	103.626	399.194	(130.874)	268.320
Eletronorte	3.854.497	(3.663.420)	191.077	(1.120.506)	(1.495.129)	(2.424.558)	-	(2.424.558)
Manaus	991.488	(596.472)	395.016	(28.207)	(162.558)	204.251	(5.406)	198.845
Boa Vista	113.244	(156.612)	(43.368)	(1.278)	8.008	(36.638)	-	(36.638)
Eletronuclear	1.471.755	(1.085.042)	386.713	(330)	(589.158)	(202.775)	(79.295)	(282.070)
CGTEE	176.206	(378.454)	(202.248)	(92.190)	2.236	(292.202)	-	(292.202)
Eletropar	14.122	(3.818)	10.304	(12)	428	10.720	(56)	10.664
Itaipu	8.001.428	(3.077.817)	4.923.610	1.770	(2.864.458)	2.060.922	-	2.060.922

Equivalencia = Outros resultados
Participação no s lucros - Outros Resultados

Anexo VI

BALANÇO PATRIMONIAL							
2007							
ATIVO				PASSIVO			
Circulante	Não Circulante		TOTAL	Circulante	Não circulante	Pat. Líquido	TOTAL
	Outros	Imobilizado, Intangível e investimentos					
2.026.416	2.354.090	15.184.024	19.564.530	2.773.971	3.358.851	13.431.708	19.564.530
1.789.042	257.662	16.421.300	18.468.004	1.704.403	4.897.597	11.866.004	18.468.004
488.855	632.005	2.280.372	3.401.232	420.269	777.212	2.203.751	3.401.232
2.143.497	1.093.996	17.488.676	20.726.169	2.513.896	9.594.867	8.617.406	20.726.169
273.970	603.077	1.576.054	2.453.101	652.425	1.245.551	555.125	2.453.101
53.909	46.993	85.105	186.007	43.023	45.154	97.830	186.007
751.170	793.831	6.486.309	8.031.310	548.126	3.027.607	4.455.577	8.031.310
184.785	11.213	527.777	723.775	74.988	6.579	642.208	723.775
97.209	1	93.691	190.901	72.846	1	118.054	190.901
1.530.658	4.437.118	31.047.697	37.015.473	2.378.875	34.459.468	177.130	37.015.473

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
2007							
Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício
5.105.173	(5.140.796)	(35.623)	(66.893)	1.055.733	953.217	(276.693)	676.524
3.980.753	(2.452.170)	1.528.583	(60.132)	(486.608)	981.843	(329.213)	652.630
549.145	(318.943)	230.202	(35.866)	101.744	296.080	(99.140)	196.940
4.624.070	(4.426.515)	197.555	(7.466)	(688.650)	(498.561)	(43.754)	(542.315)
810.290	(1.338.514)	(528.224)	267	(73.749)	(601.706)	-	(601.706)
109.435	(127.098)	(17.663)	183	9.371	(8.109)	-	(8.109)
1.271.697	(1.092.041)	179.656	(7.494)	(53.282)	118.880	(1.212)	117.668
131.122	(219.864)	(88.742)	235	19.358	(69.149)	-	(69.149)
19.089	(3.475)	15.614	-	609	16.223	(126)	16.097
5.967.576	(2.312.945)	3.654.631	(2.171)	(2.330.870)	1.321.591	-	1.321.591

Siglas Utilizadas

Albrás	Alumínio Brasileiro S.A.
AES Bandeirante	AES Bandeirante Empreendimentos Ltda.
AES Eletropaulo	AES Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A.
AES SUL	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
AES Tietê	AES Tietê S.A.
Ampla	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANDE	Administración Nacional de Electricidad
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Artemis	Artemis Transmisora de Energia S.A.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
CAJA	Caja Paraguaya de Judicaciones y Pensiones del Personal de Itaipu Binacional
Cataguazes Leopoldina	Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDSA	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
Ceal	Companhia Energética de Alagoas
Ceam	Companhia Energética do Amazonas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEB Lajeado	CEB Lajeado S.A.
CELB	Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A
CEEE - D	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE - GT	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Celesc	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Celg	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
Cenf	Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S.A.
Celpa	Centrais Elétricas do Pará S.A.
Celpe	Companhia Energética de Pernambuco
Cemar	Companhia Energética do Maranhão
Cemat	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
Cemig	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
Centroeste de Minas	Companhia de Transmissão Centro-Oeste de Minas
Cepisa	Companhia Energética do Piauí
Ceron	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
Cesp	Companhia Energética de São Paulo
Chapecoense	Chapecoense Geração S.A.
Cnen	Comissão Nacional de Energia Nuclear
Coelce	Companhia Energética do Ceará
Copel	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
Eate	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A.

Anexo VII

EDP Lajeado	EDP – Lajeado Energia S.A.
Elejor	Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
Elektro	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Elos	Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social
Eletros	Fundação Eletrobrás de Seguridade Social
Eletroacre	Companhia de Eletricidade do Acre
Eletroceee	Fundação CEEE de Seguridade Social
Eletonet	Eletonet S.A.
Emae	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
Energipe	Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S.A.
Enerpeixe	Enerpeixe S.A.
Enersul	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPTE	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
Etau	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
Escelsa	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
Fachesf	Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social
FGP	Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas
Fibra	Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
Guascor	Guascor do Brasil Ltda.
Ibracon	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Intesa	Integração Transmissora de Energia S.A.
Investco	Investco S.A.
Itiquira	Itiquira Energética S.A.
Light	Light Serviços de Eletricidade S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
Nucleos	Nucleos Instituto de Seguridade Social
Nuclep	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
Paulista Lajeado	Paulista Lajeado Energia S.A.
Piratininga	Companhia Piratininga de Força e Luz
Previnorte	Previnorte – Fundação de Previdência Complementar
Real Grandeza	Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social
Rede Lajeado	Rede Lajeado Energia S.A.
RGE	Rio Grande Energia Elétrica S.A.
RS Energia	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul
Saelpa	Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A.
SC Energia	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.
STN	Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Tangará	Tangará Energia S.A.
Tractbel	Tractbel Energia S.A.
Transirapé	Companhia Transirapé de Transmissão
Transleste	Companhia Transleste de Transmissão
Transudeste	Companhia Transudeste de Transmissão
Uirapuru	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Eletrobrás (DEE) é eleita pelo Conselho de Administração e tem cinco integrantes: o presidente, que é necessariamente um membro do Conselho, e cinco diretores. A DEE trabalha de acordo com o estabelecido pelo Estatuto Social da empresa e as diretrizes do Conselho de Administração.

Em dezembro de 2008, a DEE era assim constituída:

José Antonio Muniz Lopes	Presidente
Miguel Colasuonno	Diretor de Administração
Flávio Decat de Moura	Diretor de Distribuição
Astrogildo Fraguglia Quental	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Valter Luiz Cardeal de Souza	Diretor de Engenharia
Ubirajara Rocha Meira	Diretor de Tecnologia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Márcio Pereira Zimmermann **Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia**

Conselheiros

José Antonio Muniz Lopes	Presidente da Eletrobrás
José Antonio Corrêa Coimbra	Chefe de Gabinete do Ministro de Minas e Energia
Luiz Soares Dulci	Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Arlindo Magno de Oliveira	Eleito pelos acionistas minoritários
Míriam Aparecida Belchior	Palácio do Planalto – Casa Civil
Victor Branco de Holanda	Ministério da Fazenda
Nelson Rubner Moreira	Consultor de empresas
Wagner Bittencourt de Oliveira	Diretor da Área de Infra-estrutura/diretor da Área de Insumos Básicos - BNDES

CONSELHO FISCAL

Titulares

Haílton Madureira de Almeida	Ministério da Fazenda – Cofis / Gabinete
Édison Freitas de Oliveira	Acionista Controlador da União / Ministério de Minas e Energia
Danilo de Jesus Vieira Furtado	Acionista Controlador da União/ Ministério de Minas e Energia
Ana Lúcia de Paiva Lorena Freitas	Acionistas minoritários detentores de ações ordinárias
Carlos César Meirelles Vieira	Acionistas minoritários detentores de ações preferenciais

Suplentes

Luciana de Almeida Toldo	Suplente de Haílton Madureira de Almeida
Jairez Elói de Sousa Paulista	Suplente de Édison Freitas de Oliveira
Rodrigo Magela Pereira	Suplente de Ana Lúcia de Paiva Lorena Freitas
Elson Espedito Panoeiro	Suplente de Carlos César Meirelles Vieira

Parecer Auditores Independentes



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua 7 de Setembro, 71
15º e 21º andares - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
20050-005

Tel.: +55 (21) 3534-7500
Fax.: +55 (21) 2221-1395
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS - controladora e consolidado, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, em 31 de dezembro de 2008 os investimentos em determinadas empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações contábeis examinadas por outros auditores independentes e nosso relatório, no que se refere aos valores desses investimentos, da receita de equivalência patrimonial por eles produzida e da provisão para o passivo a descoberto, nos montantes de R\$33.711.984 mil, R\$2.172.549 mil e R\$(353.921) mil, respectivamente, está baseado exclusivamente nos relatórios desses auditores.
2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Não nos foi apresentado até a presente data o parecer dos auditores independentes relativo às demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, de determinadas empresas coligadas (nota explicativa nº 16), cujos investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Conseqüentemente, não foi possível, por meio de procedimentos adicionais de auditoria, avaliar a adequação dos valores desses investimentos, bem como da receita de equivalência patrimonial por eles produzida, nos montantes de R\$1.526.447 mil e R\$34.969 mil, respectivamente.
4. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres emitidos por outros auditores independentes, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos procedimentos de auditoria omitidos mencionados no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 30, a Companhia mantém registrado no passivo não circulante o montante de R\$1.328.244 mil correspondente à provisão para contingências cíveis relacionadas à reclamação, por parte de determinadas pessoas jurídicas, do direito de receber a correção monetária plena sobre os valores de empréstimo compulsório arrecadado em favor da ELETROBRÁS. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos que revelam incerteza sobre a probabilidade de perda dos correspondentes processos judiciais (em 2003 a probabilidade de perda foi classificada como possibilidade de insucesso na defesa das ações judiciais em curso) e no princípio da prudência, à luz da verificação de decisões desfavoráveis em 1ª instância e da inexistência de julgamento nos tribunais superiores, a Administração da Companhia manteve registrada a provisão para contingências, substancialmente constituída em exercícios anteriores em face de eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis. Dada a controvérsia do assunto, não é possível nas circunstâncias atuais concluir sobre o desfecho da lide, bem como os eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis.
6. As demonstrações contábeis de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 6 de março de 2009, contendo ênfase referente ao crédito de ICMS, junto ao Estado do Mato Grosso, no valor de R\$49.374 mil, registrado por FURNAS no ativo circulante. Em 13 de junho de 2007 foi lavrado o Termo de Conclusão da Ação Fiscal, no qual consta que o Estado ressarcirá FURNAS, sendo que a liquidação desse crédito depende de ações da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso, à época de sua realização.
7. As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram por nós examinadas e emitimos parecer sem ressalvas, datado de 20 de março de 2009, contendo ênfase referente ao fato de as demonstrações contábeis da controlada Boa Vista Energia S.A. terem sido preparadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, no entanto, essa vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos últimos anos e insuficiência de capital de giro, suportados por seu acionista controlador, mediante ingressos de recursos destinados a aumento de capital e empréstimos. Dessa forma, a controlada é dependente de aportes de recursos por parte do acionista controlador, para desenvolvimento e continuidade de suas operações.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

8. As demonstrações contábeis da Manaus Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 20 de março de 2009, contendo as seguintes ênfases: a) em cumprimento ao Ofício Circular nº 2.775/2008 - SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008, a Companhia registrou no ativo não circulante, créditos fiscais extemporâneos do PIS/PASEP e da COFINS, relativos aos períodos de apuração de 2004 a 2008, sendo que a utilização de tais créditos dependerão da geração de débitos futuros, e, para evitar o risco de prescrição, a Administração da Companhia, através de seus consultores jurídicos entrou com recursos junto à União Federal. Da mesma forma, a Companhia registrou no passivo não circulante os débitos com ICMS, PIS/PASEP e COFINS a serem restituídos à Conta de Consumo de Combustível - CCC, relativos às notas fiscais de compras de combustíveis que foram pagas através do fundo CCC-ISOL. A Companhia, seguindo orientações de seus consultores jurídicos, requereu judicialmente a suspensão dos efeitos do referido Ofício Circular, conforme divulgado na nota explicativa nº 12; e b) a Companhia vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos últimos anos e insuficiência de capital de giro, suportados pelo seu acionista controlador, mediante ingressos de recursos destinados ao aumento de capital. Dessa forma, a Companhia é dependente de providências operacionais e gestão, incluindo aportes de recursos por parte do acionista controlador, para desenvolvimento e continuidade de suas operações.
9. As demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 6 de fevereiro de 2009, contendo ênfase referente ao fato de as demonstrações contábeis terem sido preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, apesar dos lucros apurados nos dois últimos exercícios, essa vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos anos, suportados pelo acionista controlador, mediante ingresso de recursos destinados ao aumento de capital. Assim, a Companhia é dependente de aportes de recursos por parte do acionista controlador, para desenvolvimento e continuidade de suas operações.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

10. As demonstrações contábeis da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 13 de março de 2009, contendo ênfase referente ao fato de a Fundação CESP ter passado a processar, a partir de setembro de 2005, a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei nº 4.819/58, de acordo com a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo. Em janeiro de 2006 a Procuradoria Geral do Estado passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites estaduais constitucionais determinados para pagamento dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A diferença entre o valor pago pela Companhia e a glosa efetuada pelo Estado está registrada no ativo não circulante. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano é de inteira responsabilidade do Governo do Estado, como consequência, não registra nas demonstrações contábeis da Companhia nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse plano.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

11. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis da Companhia - controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, além das informações complementares, compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer, datado de 14 de março de 2008, contendo ressalva semelhante à descrita no parágrafo 3 e ênfases semelhantes às descritas nos parágrafos de 5 a 10, além de ênfase contida no parecer por nós emitido em 20 de fevereiro de 2008 da controlada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, referente à implementação da tábua AT-83, para atendimento ao requerido pela CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, cujo assunto foi regularizado durante o trimestre findo de 30 de setembro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2009

Luiz Carlos de Carvalho
Sócio-contador
CRC 1SP197193/O-6 "S" RJ
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ

Créditos do Relatório

Coordenação Geral:

Departamento de Administração do Capital Social – DFS
Assessoria de Comunicação e Relacionamento com a Imprensa - PGC

Endereços

Escritório Central – Rio de Janeiro
Avenida Presidente Vargas, 409 / 13º. andar
CEP. 20071-003 – Centro
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2514-5151

Sede – Brasília
SCN – Quadra 04 – Bloco B – Sala 203 / C – Centro Empresarial Varig
CEP. 70714-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3329-7303

www.eletronbras.com

Para sugestões, críticas e informações adicionais favor entrar em contato com:

Assessoria de Comunicação e Relacionamento com a Imprensa - PGC
(55 21) 2514-5900
pgc@eletronbras.com

Projeto Gráfico

Design AbóboraX
www.aboborax.com.br

Eletrobrás 

Ministério de
Minas e Energia

